



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ELIÁBIA DE ABREU GOMES BARBOSA

**EDUCAÇÃO POPULAR: EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS E FORMAÇÃO
DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE
EUSÉBIO (CE)**

FORTALEZA

2013

ELIÁBIA DE ABREU GOMES BARBOSA

EDUCAÇÃO POPULAR: EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS E FORMAÇÃO DA
CONSCIÊNCIA CRÍTICA EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE
EUSÉBIO (CE)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sônia Pereira Barreto

FORTALEZA

2013

ELIÁBIA DE ABREU GOMES BARBOSA

EDUCAÇÃO POPULAR: EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS E FORMAÇÃO DA
CONSCIÊNCIA CRÍTICA EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE
EUSÉBIO (CE)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: 18/01/2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Sônia Pereira Barreto
(Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Eliane Dayse Pontes Furtado
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Célia Maria Machado de Brito
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

À minha família, alicerce da minha vida,
meu porto seguro. Em especial à
Luzanira, minha mãe.
A ela devo quase tudo ...
Ao Daniel, meu amor, esposo
companheiro, meu incentivador
primeiro...
Aos meus filhos, Natanael e Maria
Izabel, na esperança de que, assim como
eu, encharquem de sentido seus
percursos e experiências educacionais...
Às minhas irmãs que nunca desistiram
de mim...
À professora Sônia Pereira, inspiração
intelectual de meu trabalho...
Ao “homem simples” de meu estudo,
sem el@s não haveria o que lhes
contar...

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível porque pude contar, especialmente nos momentos mais difíceis, com a ajuda, compreensão e cumplicidade de muitas pessoas e instituições. Aventurarei aqui citar apenas alguns nomes. Tenho ciência que dessa forma deixarei de nominar tantos outros que igualmente colaboraram com este estudo. A todas elas minha gratidão.

A Deus, pelo dom da vida.

Aos meus pais, Luzanira de Abreu Melo e José Bezerra Gomes, por terem permitido meu nascimento e, posteriormente, empreendido tanto esforço para educar a mim e minhas irmãs de forma tão digna.

Ao meu esposo Daniel, antes, companheiro e amigo muito amado, com quem compartilho a vida, nossos filhos, minhas reflexões, e tudo o que juntos construímos.

Aos meus filhos Natanael e Maria Izabel, sem eles faltar-me-ia coragem para enfrentar os desafios que me são postos cotidianamente.

Às minhas seis irmãs: Marineide, Elizabeth, Elizete, Eliete, Edileuza (Edy) e Edileuda (Pena), pelo cuidado, admiração e incentivo que sempre tiveram com a irmã caçula.

Aos meus cunhados: Sérgio, Otacílio (Barrica), Luciano e Iran. São eles os irmãos que não tive, sempre prontos a me auxiliar no que for preciso.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas, principalmente à Mayara, que prontamente me auxiliou tantas vezes nesse trabalho, e aos demais familiares, inclusive à Samia, pela torcida constante pela finalização deste trabalho.

Às amigas-irmãs: Elizângela (Nem) e Vera Roque, que com dedicação amenizaram minha ausência junto aos nossos negócios.

Às amigas e amigos, Raquel Carine, Cristine, Rita de Cássia (Fórum de Educação de Jovens e Adultos), Lilica, Rejane Mary, Ângela Coelho, Ienatla David, Valda, Moana, Cláudio (Max Cópia) e Sr. Fernando Ferraz, que com paciência e solidariedade, ajudaram-me, cada um de sua forma, a obter sucesso nessa empreitada.

A todos os amigos e amigas que me rodeiam, mesmo que virtualmente, e as pessoas de minha comunidade, que teceram orações pela concretização desse sonho.

À professora Rosemary Conti, sua atenção e consideração à minha história de vida assegurou a realização do meu Curso de Mestrado.

Às queridas professoras e professores da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, que acompanharam minha vida acadêmica até aqui. Sou grata pelas contribuições teóricas e práticas.

Às professoras Eliane Dayse, Célia Brito e Sandra Gadelha, que com presteza e gentileza deram suas contribuições ao meu trabalho. As duas primeiras acompanhando-o até a data de sua defesa através da Banca Examinadora.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Programa REUNI de Orientação e Operacionalização da Pós-Graduação articulada à Graduação (PROPAG), pelo incentivo financeiro. Minha vivência como bolsista PROPAG junto às turmas de graduação do curso de Pedagogia propiciaram-me aprendizados valiosos para uma futura carreira de docência no Ensino superior.

Aos “homens simples” integrantes da Associação de Moradores e Amigos do Cauassu (AMACAUASSU) e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), sujeitos de minha pesquisa, pela confiança que depositaram em mim.

Finalmente, à minha querida mestra, professora Sônia Pereira, pela orientação dedicada; pelo incentivo nos momentos mais difíceis, e respeito ao meu ritmo e dificuldades, sobretudo, por ter acreditado em meu potencial, desde a graduação.

Já em 2006, Sônia presenteando-me com um livro, desejou que minha vida acadêmica fosse iluminada pelo “afeto, respeito e disciplina”. Com a convivência junto dela nesses últimos anos, através de seu exemplo, de sua dedicação aos estudos e ao outro, aprendi cada vez mais a cultivar tais qualidades.

“Não é no silêncio que os homens se
fazem, mas na palavra, no trabalho, na
ação-reflexão.”
(Paulo Freire)

RESUMO

Atualmente, na sociedade brasileira, encontra-se um celeiro de iniciativas no que diz respeito à ampliação da participação dos sujeitos nas decisões públicas, dentre elas as associações e os conselhos de políticas públicas. Tais experiências constituem-se como espaços educativos. Este trabalho teve como objetivo principal analisar a contribuição das experiências participativas e dos aprendizados nelas vivenciados para a formação da consciência crítica do “homem simples” no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) e na Associação de Moradores e Amigos do Cauassu (AMACAUASSU) no município de Eusébio (Ce), espaços de atuação política da pesquisadora. A opção por pesquisar minha prática encontra-se apoiada em Paulo Freire (2005; 2006; 2008), para quem o conhecimento deve ter função eminentemente libertadora, inclusive nas ações de Educação Popular. O ator principal do estudo é o homem simples (MARTINS, 2010). Além do estudo bibliográfico, a pesquisa de abordagem qualitativa, utilizou-se para a produção dos dados (Gonsalves, 2001) de estratégias de cunho etnográfico, tais como: observação participante; entrevistas semi-estruturadas; diário de campo; fragmentos de história de vida dos sujeitos; dinâmicas de grupo e o grupo focal. Utilizei-me ainda da análise de documentos oficiais dos espaços, e de um questionário com questões fechadas para construir o perfil socioeconômico dos sujeitos. Foram entrevistados quatro sujeitos do COMDIM, sete da AMACAUASSU, e um grupo focal com a diretoria da Associação. As observações se deram em vários momentos: reuniões; audiências públicas; assembleias; momentos de formação e avaliação. Os resultados evidenciam que apesar da emancipação de Eusébio ter se dado através de um plebiscito, esse não ocorreu por força da organização e mobilização da sociedade civil organizada, mas por forças e interesses político-partidários. Os espaços constituem-se em um esforço organizacional significativo, mas ainda não se configuram como espaços efetivos de politização das questões sociais. Destacam-se como dificultadores do processo formativo e, conseqüentemente, da participação e permanência dos sujeitos nesses espaços: a prevalência das formas tradicionais de se fazer política, baseadas no autoritarismo social, personalismo, clientelismo, e na cordialidade brasileira; a concentração exagerada das representações da sociedade civil junto aos conselhos gestores de políticas públicas; a descontinuidade das ações formativas e, ainda, a influência da formação religiosa dos sujeitos - católicos ou evangélicos - acarretando uma hierarquização de valores, com a subordinação das atividades da Associação às da Igreja, por exemplo. Contudo, apesar das fragilidades, há nuances de conscientização e aproximações gradativas de um modo de ser democrático. O “homem simples” enquanto gente é inacabado, e se faz humano em suas vivências com outros homens. É preciso que se compreenda que esse sujeito, possui uma história anterior a sua chegada a esses espaços, e para além deles. Ele é um sujeito de relações! E como sujeito de muitas relações, que não apenas as de aspectos sociais, por muitas vezes permite que algumas influências se revelem e se sobressaiam às tentativas de conscientização desse homem. A vivência dos princípios da Educação Popular, a partir das contribuições de Paulo Freire, poderia colaborar para que a formação da consciência crítica do “homem simples” se desse de forma mais significativa, contribuindo para a construção de uma nova cultura política.

Palavras-chave: Educação Popular. Experiências participativas. Formação da consciência crítica.

ABSTRACT

Currently, in our Brazilian society, we have lots of initiatives regarding the increasing of the participation of individuals in the process of decisions of public issues, among these, we could mention, Associations and Public Policy Councils. Such experiences comprise the educational spaces. This paper aims mainly to investigate the contribution of participatory experiences, as well as, the learning results experienced from them concerning the formation of critical consciousness by the "simple-minded man" in the Municipal Council for Women Rights (COMDIM) and Dwellers' Association and Friends of Cauassu (AMACAUASSU) in the municipality of Eusébio - CE, the researcher's acting policy spaces. The option for the searching of my practice is hereby supported by Paulo Freire (2005, 2006, 2008), to whom knowledge should have eminently a liberating function, including the sharing of Popular Education. The main actor of the study is the simple-minded man (Martins, 2010). Besides the bibliographical study, a qualitative approach was used to produce the data (Gonsalves, 2001) ethnographic strategies, such as the participating observation, semi-structured interviews, field journal; fragments of life history of subjects, group dynamics and focus groups. I also used the analysis of official documents of the spaces, and a questionnaire with closed questions to build the socioeconomic profile of the subjects. We interviewed four subjects of COMDIM, seven of AMACAUASSU, and a focus group with the board of the Association. The observations took place in several stages: meetings, public hearings, meetings, moments of training and evaluation. The results show that despite the emancipation of Eusébio has been brought forth by means of a referendum, this has not occurred by virtue of the organization and by the mobilization of civil society, but by the forces and interests of political parties. Spaces are on a significant organizational effort, but still not depicted as effective spaces of politicization of social issues. We could highlight as hindrances for the educational process and, consequently, for the participation and retention of subjects in those spaces: the prevalence of the traditional ways of doing politics which are based upon the social authoritarianism, personality, clientele, and Brazilian cordiality; the exaggerated concentration of civil society representatives within the policymakers Councils; discontinuity in training activities, and also the influence of the religious training of the subjects - Catholics or evangelicals - resulting in a hierarchy of values, with the subordination of the activities of the Association of the Church, just to mention a few. However, despite the weaknesses, there are nuances of awareness and gradual approximations of a democratic way of being. The "simple-minded man" as being an unfinished gentry, and they become more human in their experiences with other individuals. You need to understand that this man has a history prior to his insertion into these spaces, and beyond that. He is a fellow of relationships! And as the subject of many relationships, not just out of social aspects, for often allows some influences stand out and prove to attempts to raise awareness of this man. The experience of the principles of Popular Education, based on the contributions of Paulo Freire, which could contribute to the formation of critical consciousness of the "simple-minded man" that has been the most significant one. Thus, contributing to the construction of a new political culture.

Keywords: Popular Education. Participatory experiences. Formation of critical consciousness.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG - Associação Brasileira de ONGs

AMACAUASSU - Associação de Moradores e Amigos do Cauassu

AMCOSA – Associação dos Moradores da Comunidade do Santo Antonio

CACJ - Centro de Apoio à Comunidade do Jabuti

CCNSA - Conselho Comunitário Nossa Senhora Aparecida

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

CMDI - Conselho Municipal do Idoso.

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMAD - Conselho Municipal de Política Sobre Drogas do Município de Eusébio

COMCULT - Conselho Municipal de Cultura de Eusébio

COMCULT - Conselho Municipal de Cultura de Eusébio

COMDEMA - Conselho do Meio Ambiente

COMDIM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

COMESPORTE - Conselho Municipal de Esporte de Eusébio

CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONSEGURANÇA – EUSÉBIO - Conselho Comunitário de Segurança do Município de Eusébio

EJA- Educação de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FEJA - CE -Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Ceará

GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômicas e Aplicadas

LOA - Lei do Orçamento Anual

MEB - Movimento de Educação de Base

NEJAHM- CE - Núcleo de Referência em Educação de Jovens e Adultos do Ceará - História e Memória.

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ONG - Organização Não Governamental

ONGs - Organizações Não Governamentais

PIB - Produto Interno Bruto

PIBIC/CNPq - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ProUni - Programa Universidade para Todos

PSB- Partido Socialista Brasileiro

SINDEUS - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Eusébio

SUS - Sistema Único de Saúde

TAM - Tempo de Avançar do Ensino Médio

TCE - Tribunal de Contas do Estado do Ceará

UECE - Universidade Estadual do Ceará

UFC - Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: A PESQUISA E O SOCIAL: OS CAMINHOS EM BUSCA DE UM OBJETO EMINENTEMENTE POLÍTICO	26
1.1. Uma longa caminhada inicia-se com o primeiro passo: “passei na Federal!”	26
1.2. O segundo passo: uma escolha difícil: Educação de Jovens e Adultos na escola ou na Universidade? Primeiras aproximações com a temática da Educação Popular e dos Movimentos Sociais....	32
1.3 Em busca da coerência teórica- metodológica: o desafio de investigar a própria prática desde a Pesquisa Exploratória.....	38
1.4 Trajetórias do trabalho de campo: “falar ou não falar? Eis a questão.”	43
CAPÍTULO II: PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: ESPAÇOS, SUJEITOS E PROPOSTA FORMATIVA NO MUNICÍPIO DE EUSÉBIO	53
2.1 A questão política da participação social no Brasil.....	53
2.2 Espaços de participação social no Brasil: as Organizações Não Governamentais (ONGs) e os Conselhos Gestores de Política Pública.....	57
2.3 A participação social em Eusébio - espaços, sujeitos e proposta formativa.....	59
2.3.1 Associação dos Moradores e Amigos do Cauassu (AMACAUASSU): a sociedade civil em busca da participação.....	63
2.3.2 Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Eusébio (COMDIM): a participação a convite do estado.....	74
CAPÍTULO III: AS PRÁTICAS EDUCATIVAS E A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA NAS EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS: CONCEITOS, PROPOSTAS E APRENDIZADOS	80
3.1 Educação não formal, educação em espaços não escolares e Educação Popular: contextualizando conceitos em busca da formação crítica.....	80

3.2 Reflexões sobre a proposta freireana de educação: bases para uma educação dialógica, problematizadora e humanística, voltada para a construção da consciência crítica nos espaços de experiências participativas.....	83
3.2.1 A Pedagogia do Oprimido como proposta para uma Educação como prática da liberdade.....	85
3.3. “Eu aprendi a ...”- O aprendizado do homem simples na participação social.....	89
3.3.1 As atividades da Associação.....	90
3.3.1.1 As reuniões ordinárias e extraordinárias – base da organização e do aprendizado do respeito ao outro.....	91
3.3.1.2 Teoria e Prática: a práxis freireana na I Oficina de Projetos.....	100
3.3.1.3 Oficina: “Preservação e Arte: construindo parcerias e possibilidades de reinventar.”.....	103
3.3.1.4 Diálogos com a realidade: “Drogas: Prevenir é Importante”.....	105
3.3.1.5 AMAMULHER: O Dia Internacional da Mulher como referência para o debate em torno dos direitos da mulher.....	107
3.4.1 As atividades do conselho.....	112
3.4.1.1 As reuniões ordinárias e extraordinárias	112
3.4.1.2 Oficina: Fundo Público e Papel Político dos Conselhos	115
3.4.1.3 Oficina sobre Gênero e Violência	117
3.4.1.4 Reunião Ampliada do COMDIM.....	118
3.4.1.5 Pré-conferências: construindo a Conferência Municipal.....	121
3.4.1.6 I Conferência Municipal dos Direitos da Mulher de Eusébio.....	126
CAPÍTULO IV: IMPASSES E POSSIBILIDADES NA CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	130
4.1 Impasses na construção do público no Brasil – uma visita ao pensamento social brasileiro.....	130
4.2 AMACAUASSU: o problema é “de cima”.....	131
4.3 COMDIM: o problema é mais embaixo.....	140
CAPÍTULO V: EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS E FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE EUSÉBIO: NOTAS DE CONCLUSÃO.....	146

REFERÊNCIAS.....	156
APÊNDICES.....	163
ANEXOS.....	170

INTRODUÇÃO

“O relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a História se desvenda ou se oculta.”

(José de Souza Martins)

A presente pesquisa resulta de um estudo sistemático em relação às experiências participativas no município de Eusébio, Ceará, bem como da possível contribuição dos aprendizados oriundos dessa participação para a construção de uma consciência crítica nos sujeitos que delas participam.

A investigação teve como pano de fundo o universo do cotidiano vivenciado pela investigadora e seus pares nos espaços de militância social frequentados pelos mesmos, na tentativa incessante de trazer o homem simples¹ para o palco principal deste estudo, percebendo-o como sujeito histórico, pois de acordo com Martins, “são os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível” (MARTINS, 2010, p.12).

A opção por pesquisar minha prática encontra-se apoiada nos ensinamentos deixados pelo educador Paulo Freire, para quem o conhecimento deve ter uma função eminentemente libertadora. Em seu legado, Freire nos convoca a partir sempre de nossa prática, de nossa realidade e, principalmente, a refletir sobre essa realidade na intenção de transformá-la, sempre.

Ao expor tais aspectos da investigação já nessa introdução intenciono partilhar com o leitor o quanto foi difícil realizá-la, visto que, por muitas vezes, exigiu de mim um esforço sobre-humano, de tão envolvida que estava com as questões elegidas para averiguar.

¹ Utilizo o conceito de homem simples segundo os estudos de José de Souza Martins. Para o autor, “todos nós somos esse homem que não só luta para viver a vida de todo dia, mas que luta também para compreender um viver que lhe escapa porque não raro se apresenta como absurdo, como se fosse um viver destituído de sentido (MARTINS, 2010, p. 9).” Ainda de acordo com o autor, “o novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais” (Idem, p. 52). Em consonância com o autor, Pereira (2002) em seu trabalho de tese, conceitua o homem simples como “o homem comum, personagem anônimo das pequenas e também das grandes cidades” (PEREIRA, 2002, p.9). Em minha compreensão o homem simples por muitas vezes passa despercebido, ou não é valorizado por aqueles que dirigem a sociedade, principalmente no contexto das políticas públicas, como também aos olhos da própria ciência social.

Ainda a título de esclarecimento gostaria de enfatizar que o conceito de homem simples incorpora a situação real e contemporânea de gênero. Daí, quando tratamos do homem simples, um conceito abstrato, a questão de gênero é contemplada. Neste trabalho “homem simples” abrange tanto homens, como mulheres, heterossexuais, homossexuais, ou homoafetivos, etc.

Por mais que a metodologia científica me amparasse com seus métodos e técnicas, conduzindo-me ao distanciamento necessário, para que ao final do trabalho eu apresentasse um “produto” da ciência, passível à crítica e não apologia, pulsava em minhas veias um espírito em conflito, uma alma inquieta, paradoxal, contraditória, porque uma obra humana.

Durante o trabalho de campo e também antes dele, tive que me despir de muitos preconceitos, rever novos e velhos conceitos, por vezes, levantar a voz, gritar no que acreditava ser a verdade, o correto. Já em outras ocasiões, precisei calar, inclusive quando compreendi o poder que instituições seculares têm sobre nós, e o quanto nossa cultura tem a nos revelar.

Meu trabalho, portanto, feito a muitas mãos e que agora lhes apresento, tem cheiro, cor, movimento e sentimentos vários. Cheiro daquelas pessoas que depois de um dia intenso de atividades em suas casas, locais de trabalho, dedicam-se aos afazeres comunitários, doando, em alguns momentos, o que não tem, na esperança de terem uma comunidade melhor, onde se possa viver com mais dignidade; cheiro da comida no lanche partilhado ou na festa de idosos ou da comida que encontramos fervendo nos lares que visitamos ao pedir que assinassem o abaixo assinado reivindicando melhorias para o bairro; cheiro de suor que cai do corpo do capoeirista ou do sambista na aula de Dança de Salão; tem também cheiro do esgoto correndo pelas ruas; cheiro de sangue que escorregou pela avenida principal do Cauassu, pela falta de segurança e que, ao mesmo tempo, encorajou aos moradores do Cauassu a se organizarem, como também a Maria da Penha a lutar por justiça.

O estudo também tem cor: é lilás, a cor que representa a luta das mulheres por uma vida mais digna, rosa, vermelho, verde. Tem risos de felicidades, ao ver a utopia, por vezes, realizar-se; tem lágrimas de tristeza, ao ver os sonhos, em outros momentos, acabar, o diálogo não acontecer, os sujeitos recuarem e as incompreensões prevalecerem. Foi um parto difícil, mas finalmente consegui.

Ao tentar concluí-lo deparei com mais dúvidas do que certezas. Quanto a esta última tenho convicção de pelo menos uma: que após tantas emoções vividas durante a construção deste estudo, estou diferente e que jamais serei a mesma, afinal, nenhuma mulher é a mesma depois de um filho, principalmente, quando ele constitui-se em um sonho de toda uma vida e é o que essa dissertação representa neste momento, um filho.

Emoções postas, passo agora a contextualizar a temática da participação social no Brasil, na tentativa de oferecer uma compreensão de como se deu a construção de meu objeto de pesquisa.

Na história recente do Brasil, nosso país viveu por mais de vinte anos sob o obscurantismo do regime militar, quando as possibilidades da participação popular eram limitadas e desencorajadas. Contudo, isso não impediu que uma pluralidade de experiências participativas e emancipatórias florescessem na base da sociedade brasileira.

Durante a década de 1980, por exemplo, grande parte das forças políticas e sociais que impulsionaram o processo de redemocratização do país estava imbuída de uma concepção democrática ampliada, que não se restringia apenas ao restabelecimento do sistema representativo eleitoral, mas pautava-se em um desejo de mudar a estrutura do Estado, não-democrático, excludente e autoritário, transformando-o radicalmente. Para Ciconello (2008), a transformação das estruturas de poder seria gradual, e a participação de homens e mulheres nas decisões políticas que afetavam suas vidas seria assim alargada.

Atualmente, na sociedade brasileira, encontra-se um celeiro de iniciativas e de ideias no que diz respeito à ampliação da participação de cidadãos e cidadãs nas decisões públicas, dentre elas: movimentos sociais, fóruns, associações, conselhos de políticas públicas, Organização Não Governamental (ONG), fundações, institutos, etc. Os brasileiros, para além do voto, têm ao seu alcance uma pluralidade de instâncias e de mecanismos de alargamento da esfera pública, normatizados e inseridos na burocracia estatal, algumas vezes por pressão de organizações da sociedade civil e, por outras, “a convite” do próprio estado, como é o caso dos conselhos de políticas públicas nos três níveis de poder: municipal, estadual e federal.

Essas experiências, a partir de um conceito ampliado de educação - que permite compreendê-la não somente no ambiente da escola ou da família, podendo também acontecer em todos os contextos e âmbitos da existência individual e social do ser humano, de forma institucionalizada ou não - constituem-se como espaços educativos não formais, ou não escolares.

Para Gohn (2006), os espaços não formais devem ser construídos coletivamente, com a participação dos indivíduos de forma espontânea ou por força de uma dada circunstância histórica atravessada pelo sujeito. Ainda de acordo com a autora, a

educação vivenciada nessas experiências deve capacitar o indivíduo para o exercício da prática cidadã e assim torná-lo um cidadão “do mundo no mundo” (Idem).

Ao participar desses espaços o “homem simples”- cuja existência é atravessada por mecanismos de dominação e de alienação e que luta para viver e compreender a vida de todo dia, conforme o define Martins (2000) - experimenta várias situações de aprendizagens. Tais experiências podem colaborar tanto para alienar, como para conscientizar esse sujeito, já que as práticas educativas não acontecem de forma isolada, pelo contrário, estão sempre permeadas em um contexto maior, a sociedade, de relações sociais, políticas, culturais, econômicas, e por que não afetivas.

Os movimentos sociais, por exemplo, constituem-se em um campo de virtualidade tanto para a elaboração de uma nova cultura como para a afirmação de práticas e mentalidades tradicionais.

Por muitas vezes as distinções partidárias e confessionais presentes nos movimentos são ocultadas, não desaparecem e impedidas de se degladiarem em público, resvalam-se para os espaços das fofocas e acusações pessoais. Daí os movimentos apresentarem dupla face, a pública e a oculta.

[...] De um lado, eles criam um espaço (restrito) onde é possível a vivência da igualdade, permitindo a representação da utopia e elaboram os direitos que definem uma nova cidadania. Mas, por outro lado, restringem a experiência democrática à prática da democracia direta nos pequenos grupos (DURHAM, 1984, p.30).

Esta problemática, agregada a tantas outras, como: o cenário contraditório de relações entre estado e sociedade civil; o quadro insatisfatório de atendimento aos direitos básicos e a contribuição da educação popular, e mais especificamente da Educação Libertadora (FREIRE, 2005), nos processos educativos que desejem colaborar com a formação de uma consciência crítica em seus sujeitos, despertaram meu interesse em conhecer como vinha se dando a formação do “homem simples” nas experiências participativas no município de Eusébio (CE), situado na Região Metropolitana de Fortaleza.

O interesse pela temática está estreitamente vinculado a minha história de vida, inclusive com as vivências junto à temática dos Movimentos Sociais e da Educação Popular na Universidade Federal do Ceará (UFC), desde meus estudos iniciais na graduação.

Inicialmente as raízes de meu engajamento com o tema estão fincadas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e na Educação Popular, onde atuei como professora leiga, cargo exercido durante os anos 2002-2006, junto ao município de Eusébio. Em seguida, devido minha atuação desde a graduação, no Grupo de Pesquisa “Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola”, primeiro como bolsista de pesquisa na Universidade Federal do Ceará (UFC) pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq) através do curso de graduação em Pedagogia, atuando em duas pesquisas². Depois de graduada, estive como auxiliar de pesquisa no Núcleo de Referência em Educação de Jovens e Adultos do Ceará- História e Memória³ (NEJAHM-CE). Por fim, o interesse advém de minha participação como militante social em vários espaços de participação social: Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), Associação de Moradores e Amigos do Cauassu (AMACAUASSU), Comissão de Defesa do Direito à Educação do Ceará e o Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Ceará (FEJA-CE).

Todas essas experiências e, particularmente, a experiência com os educandos da EJA motivaram-me a optar por um estudo que tivesse em seu centro o “homem simples”, afinal foram alguns deles, os educandos da EJA- empregadas domésticas, pedreiros, serventes, costureiras, ambulantes, manicures, artesãos, desempregados - que me incentivaram, após 12 anos sem frequentar uma sala de aula, a persistir no sonho de estudar em uma universidade pública para cursar Pedagogia e, conseguindo concluí-la, aprofundar estudo no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, voltado à classe trabalhadora⁴.

² As duas pesquisas, “A construção do direito à educação: significados do letramento para trabalhadores rurais” e “Lógicas e Atribuições do Estado e da Sociedade Civil nos Programas para Jovens e Adultos no Ceará e o Direito à Educação em (des) Construção”, foram coordenadas pela professora Dra. Sônia Pereira Barreto (UFC) durante o período de 2007 a 2010.

³ O Núcleo de Referência em Educação de Jovens e Adultos do Ceará – História e Memória é integrante do Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos da Região Nordeste, e tem a sua frente duas coordenadoras, Profª PhD Eliane Dayse Pontes Furtado, da Universidade Federal do Ceará (UFC), também coordenadora do Grupo de Estudos cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola, e a Profª Drª Célia Maria Machado de Brito da Universidade Estadual do Ceará (UECE). O Núcleo tem como objetivo geral “reconstruir a história e a memória da Educação de Jovens e Adultos no Ceará, reunindo material literário e didático, disponibilizando bibliografia, dados e fontes primárias para pesquisadores e outros interessados, bem como difundir o resultado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do tempo, a serem utilizados como referência na compreensão do processo de desenvolvimento educacional” (NEJAHM-CE, 2011).

⁴ Uso o termo para designar o conjunto de trabalhadores e/ou desempregados que economicamente dispõem de pouco ou nenhum recurso para sobreviver; sujeitos desprovidos de vários direitos, inclusive o da educação; sujeitos que quando crianças tiveram que trabalhar duro ao invés de estudar, já que nesse

Meu maior estímulo foi, sobretudo, uma de minhas educandas - uma mulher negra, empregada doméstica em Fortaleza, que sob chuva ou sol, após andar cerca de dois quilômetros para apanhar o primeiro ônibus às cinco da manhã, lotado, trabalhar pesado o dia todo e ao retornar às seis da tarde, estava as sete, diante de mim na sala de aula, com os olhos brilhando na tentativa do “ser mais”, de desvelar o mundo (Freire, 2005).

A busca pela realização de um sonho, o envolvimento político com as temáticas das classes populares e a atuação nos espaços “públicos” citados - inclusive no COMDIM e na AMACAUASSU, onde minha participação é mais assídua, já que ambos encontram-se no município de Eusébio, local de minha residência - levaram-me a formular algumas questões para conhecer a realidade dessas experiências participativas nesse município.

Nessa construção tomando como referência, devido à similaridade do tema, o estudo de Pereira⁵ (2004), apresento novas questões: Quem são os homens e as mulheres que se empenham nas atividades comunitárias através das associações de moradores, conselhos ou em outras formas de convivência associativa? O que os mobilizam e como despertam para a organização desses espaços públicos? Os processos educativos que perpassam as experiências participativas propiciam a construção de uma consciência crítica (Freire, 2005) nos sujeitos envolvidos? E, por fim, a questão norteadora: quais os aprendizados gerados nessas experiências?

Ao formular as questões de pesquisa, destaco o quanto a história de nosso país é permeada de uma herança cultural oligárquica, preconceituosa e autoritária (Chauí, 1994) que, por muitas vezes, impõe limites à vivência de uma cultura política participativa efetiva no Brasil. Em estudo anterior⁶, por exemplo, deparamo-nos com vários entraves impostos por essa cultura.

momento do texto, relato minha intenção em trabalhar exclusivamente com o educando da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que é uma modalidade de educação da classe trabalhadora. Para os autores marxistas contemporâneos, classe social continua sendo uma categoria fundamental, entretanto a abordagem não tem tônica exclusiva no aspecto econômico, mas também na história, na cultura e na subjetividade, segundo suas lutas e ações coletivas (GOHN, s/d).

⁵ O estudo analisa a experiência participativa do homem simples – o trabalhador rural sem-terra ou com pouca terra, posseiro ou arrendatário – nos espaços públicos como conselhos municipais, associações de pequenos agricultores e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baturité, município de 30 mil habitantes no Ceará. A pesquisa parte de uma indagação básica: como o homem simples vivencia a política hoje? (PEREIRA, 2004).

⁶ Resultados parciais de pesquisa coordenada pela professora Sônia Pereira Barreto (UFC) e da qual fiz parte - “Lógicas e Atribuições do Estado e da Sociedade Civil nos Programas para Jovens e Adultos no Ceará e o Direito à Educação em (des) Construção”- apontam para várias problemáticas em relação à participação social. Os fóruns de Educação de Jovens e Adultos - e mais especificamente o Fórum do

À medida que acendem no país as oportunidades para reprodução dessa herança, extinguem-se as possibilidades de ações coletivas mais consistentes. No caso do município de Eusébio, observações preliminares advindas da pesquisa exploratória, sobretudo no que se refere aos conselhos de políticas públicas, apontaram para a seguinte hipótese (MINAYO, 1999): há um engessamento da participação e o aprendizado da política ou, nos termos de Paulo Freire, a produção da consciência crítica pode estar comprometida ou ocorrer em outros espaços ou dimensões da vida.

Ao tomar para estudo de campo o município de Eusébio, algumas peculiaridades foram observadas. Pontua-se inicialmente o fato do município ser bastante jovem, sua emancipação política só ocorreu em 1987, através da Lei 11.333 de 19 de junho de 1987 e publicação no Diário Oficial em 23/06/1987; portanto, um município ainda muito escasso de estudos; e também pelo fato do mesmo ter sido criado por força da realização de um plebiscito⁷, realizado em 15 de novembro de 1986, quando foi desmembrado da cidade de Aquiraz. Outro ponto, é que ao situar historicamente a emancipação, 1986, esta encontra-se no contexto nacional dos anos 1980, quando se tem no Brasil o momento da redemocratização do país, o pós-ditadura: momento caloroso, de bastante “efervescência da sociedade civil”. Achei, portanto, deveras interessante observar até que ponto essa efervescência esteve presente no processo de emancipação do município e como isso repercuta hoje nas experiências participativas.

Outro aspecto que justifica esse tipo de investigação no município é o fato da pesquisa, em sua fase exploratória, ter identificado ali a presença de uma forte cultura oligárquico-patrimonialista⁸, que contribui para a permanência e/ou revezamento dos

Ceará, lócus dessa fase da pesquisa, configuram-se como esforço organizacional significativo, porém, ainda não propiciam a politização da questão educacional (BARBOSA et alli, 2009a).

⁷ A palavra plebiscito tem sua origem do latim *plebiscitu* (decreto dos plebeus). Na Roma Antiga, os votos passados em comício eram obrigatórios para a classe dos plebeus. Nos dias atuais o plebiscito significa a convocação dos cidadãos que, através do voto, podem aprovar ou rejeitar uma questão importante para o país. Ou seja, o plebiscito é um mecanismo democrático de consulta popular, antes da lei ser promulgada (passar a valer).

⁸ Dados da pesquisa exploratória apontam que o plebiscito, enquanto “síntese” do processo de emancipação do município de Eusébio, fora muito mais uma iniciativa de um grupo partidário, que teve no Sr. Edson Sá, seu principal líder, do que um projeto popular. Prova disso, é que posteriormente ao plebiscito esse líder foi eleito como “o primeiro prefeito de Eusébio” (1989-1992); posteriormente elegeu, sob sua indicação, o Sr. Raimundo Damasceno Silva (1993-1996); seguidamente, o Sr. Edson Sá retorna para seu segundo mandato (1997- 2000), agora tendo como vice- prefeita a Sra. Marta Maria do Socorro Lima Barros Gonçalves, esposa de outro “líder” que despontava no município, hoje o atual prefeito. Esta coligação permaneceu no poder no mandato posterior (2001- 2004) quando o Sr. Acilon Gonçalves Pinto Júnior (Dr. Acilon), então esposo da vice-prefeita, de posse de suas “40” propostas (o número de proposta fazia alusão ao número que se candidatara pelo Partido Socialista Brasileiro- PSB), e do *slogan* “Eusébio melhor para se viver”, chega ao seu primeiro mandato (2005-2008) e com a promessa de fazer um Eusébio “Vivendo cada vez melhor”, venceu novamente as últimas eleições (2008) para o período de

“chefes” no poder, através de acordos e negociações. Esta cultura influencia de modo incisivo nas decisões municipais, inclusive nos espaços que se propõem públicos. Nesse sentido, ao passo que o estudo tem como foco a formação da consciência crítica nos sujeitos participantes desses espaços, poder-se-ia colaborar com a construção de um processo reflexivo que procurasse perceber em que medida essa atuação poderia contribuir para a transformação dessa cultura.

Além disso, a pesquisa exploratória constatou através da Coordenadoria de Articulação Comunitária da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social de Eusébio a existência de um vasto universo tanto de entidades da sociedade civil cadastradas junto à instituição, como de conselhos gestores de políticas públicas.

Portanto, é nesse cenário contraditório da sociedade eusebiense, apontado pelos estudos preliminares, de desenvolvimento econômico; cultura política “neocoronelista” e uma diversidade de aparelhos de gestão democrática, que se situou esta pesquisa.

Nesses termos, o **objetivo geral da pesquisa** concentrou-se em analisar a contribuição das experiências participativas e dos aprendizados nelas vivenciados para a formação da consciência crítica do “homem simples” no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) e na Associação de Moradores e Amigos do Cauassu (AMACAUASSU) no município de Eusébio.

Para o alcance desse objetivo maior foram traçados os seguintes passos, ou seja, os seguintes **objetivos específicos**: (i) caracterizar socioeconomicamente os atores sociais integrantes do COMDIM e da AMACAUASSU; (ii) identificar nos documentos as propostas que orientam a formação dos integrantes nas duas experiências participativas; (iii) identificar as práticas educativas na dinâmica de participação dos espaços que visam a construção de uma consciência crítica e de direitos; (iv) identificar as lógicas diversas e os significados atribuídos pelo “homem simples” à participação popular; e apreender qual a racionalidade subjacente às várias situações de participação social.

A definição de um referencial teórico que proporcionasse uma análise da construção de espaços públicos e a formação de sujeitos críticos na atualidade brasileira, que se relacionem com o Estado capitalista, exigiu a eleição de categorias teóricas, tais como: homem simples, participação, sociedade civil, estado e movimentos sociais, consciência crítica e conscientização; educação não formal, educação popular e outras.

Os países periféricos do capital na América Latina têm uma forma peculiar de vivenciar o sistema capitalista de produção: dependência aos países ditos desenvolvidos, graves desigualdades econômicas e sociais, forte concentração de renda, escolaridade deficitária, forte hierarquização de poder, autoritarismo social, etc.

O Estado necessita selecionar suas ações e proteger o capital global contra interesses e conflitos anticapitalistas, seja formulando um interesse positivo para a acumulação capitalista, seja através da repressão aos interesses percebidos como antagônicos. Alguns dos recursos atualmente utilizados pelo Estado brasileiro para sua concretização como “estado mínimo” são a filantropia e o voluntariado; por seu lado, a sociedade civil, através das associações civis sem fins lucrativos, usualmente, denominadas Organizações Não Governamentais (ONGs) têm utilizado essa forma organizacional para a captação de recursos tanto estatais como privados, oriundos de agências nacionais ou internacionais.

Sobre estas questões, as análises de Nogueira (2001; 2004) contribuem para pensarmos a possibilidade de democratização do estado (sociedade política) e da sociedade civil nesse movimento de construção de espaços públicos e de desafio do exercício do controle social. Por outro lado, a captação de recursos estatais pela sociedade civil organizada, seja através de ONGs, fundações e/ou institutos, também revela a forma encontrada pelo setor privado para captar o fundo público e dele fazer uso com o intuito de sanar interesses particulares. Ou seja, ocorre a privatização do público pelo privado como bem caracterizou Oliveira (1999).

No Brasil, ao longo dos últimos 20 anos, foram construídos diferentes espaços formais de participação nos âmbitos federal, estadual e municipal. A dinâmica política que aí se verifica e as formas de constituição do sujeito crítico são temáticas tratadas por autores como Paoli (2003), Feltran (2005) e Freire⁹ (2005; 2006; 2008), cujos estudos, cada um com suas especificidades, podem iluminar as reflexões. Entendo que as categorias de política e esfera pública, movimentadas pelas análises de Rancière (1996) e Arendt (2000; 2008) deverão ser aqui empregadas, considerando as peculiaridades de nossa cultura.

Assim como Arendt (2008), acredito que a política refere-se à liberdade de homens e mulheres em sua pluralidade e diferenças ao se relacionarem com o mundo, ou seja, pensar, falar e agir livremente no espaço público. Espaço público aqui

⁹ Embora essas obras tenham sido publicadas na década de 60 e 70 possuem análise atual e, portanto, trazem várias colaborações para o tema em questão.

compreendido como inerente à democracia, “cujo princípio organizativo está unido à liberdade de expressão, contendo temas políticos e outros, espaço aberto no qual se exprimem todos aqueles que se autorizam a falar publicamente, logo, a assegurar certa publicidade e mediação de seu discurso” (WANDERLEY, 1996, p.96).

Sou partidária ainda da ideia freireana de que há um potencial transformador no sujeito que participa da vida de sua comunidade, principalmente quando atua em sua realidade na tentativa de fazer política, de se fazer mais (Freire, 2005; 2006).

Destaco ainda, que ao pontuar os princípios da Educação Libertadora, Paulo Freire aproxima-se das análises tanto dos autores já citados, como dos estudos de Martins (2000), quando esclarece em sua leitura sobre a vida cotidiana do homem simples, que esse faz política mesmo sem saber que a faz. Assim, é possível pensar também com esse autor a possibilidade de se refazer o dia a dia com iniciativas de homens comuns e não somente de lideranças que, por muitas vezes, reafirmam práticas tradicionais. Não são poucos os exemplos de lideranças políticas partidárias como também de lideranças comunitárias que, aproveitando-se dos cargos e do poder que representam, utilizam recursos públicos para sanar interesses particulares ou de grupos partidários aliados¹⁰.

No que se refere à noção de direitos, as referências podem ser buscadas em Bobbio (1992) e Telles (1994), para os quais os direitos são históricos e conquistas que resultam de lutas cotidianas, dizendo respeito não somente a leis que regem a vida dos cidadãos, mas à própria forma desses homens e mulheres problematizarem suas vidas, tornarem suas necessidades e demandas questões políticas e éticas. Já em relação à categorização das experiências participativas como espaços de educação não formal, ou espaços de educação não escolar, tomaremos as referências de Gohn (2006) e Haddad (s/d).

¹⁰ Um dos casos recentes envolvendo lideranças comunitárias bastante noticiado na mídia cearense foi o “Escândalo dos Banheiros”. Segundo os jornais O Povo e Jangadeiro, em suas versões *on line*, Renata Guerra, então presidente da Associação Cultural de Pindoretama e ex-funcionária do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE), admitiu à promotoria de Justiça daquele município que, mesmo tendo recebido R\$ 400 mil da Secretaria das Cidades, a entidade não havia construído os 200 *kits* sanitários prometidos quando prestou contas da pasta, um ano após a liberação do dinheiro. O Ministério Público verificou que praticamente toda a verba recebida pela Associação foi destinada a uma construtora com sede em Fortaleza, que não produziu os banheiros, que nenhum recibo ou nota fiscal de compra de material foi encontrado na prestação de contas. Além de Pindoretama, contratos para a construção de banheiros em outras 27 cidades estão sendo investigados. No total, 56 convênios estão sob análise, totalizando um repasse milionário de verba pública. Já em relação aos escândalos envolvendo diretamente lideranças políticas, o caso do “Mensalão” tem se sobressaído sob as demais suspeitas de corrupção envolvendo o dinheiro público, principalmente por envolver um esquema de dimensão nacional. Vale registrar que trago aqui versões veiculadas pelos meios de comunicação.

No primeiro capítulo realizo breve contextualização da metodologia científica adotada pelo estudo, revelando os passos e dificuldades encontradas; bem como sintetizo o caminho que percorri até obter a aprovação no curso de Pedagogia da UFC e, posteriormente, a chegada ao Programa de Pós-graduação em Educação e a opção pelo objeto de pesquisa ora em estudo.

Já no segundo capítulo apresento uma caracterização socioeconômica dos atores sociais do COMDIM e da AMACAUASSU e identifico nos documentos as propostas que orientam a formação dos integrantes nas duas experiências participativas selecionadas.

No terceiro capítulo, após apresentar de forma sucinta o pensamento de dois autores, Gohn e Haddad, em relação às práticas educativas em contextos não escolares, exponho alguns dos princípios da Educação Popular e da obra freireana de educação, principalmente no que diz respeito ao conceito de consciência crítica. Ao final do capítulo analiso as práticas educativas na dinâmica de participação dos espaços acompanhados pela pesquisa.

No capítulo seguinte, empreendo esforço de identificação dos limites e possibilidades postas para a construção de espaços efetivamente públicos, ao mesmo tempo em que contextualizo as lógicas diversas e os significados atribuídos pelo “homem simples” à participação popular, apreendendo a racionalidade subjacente às várias situações de participação social. Por fim, pontuo algumas considerações conclusivas que, em face da riqueza da experiência vivida, configura-se como parcial, alcançando aproximações gradativas para a compreensão do objeto de estudo.

CAPÍTULO I

A PESQUISA E O SOCIAL: OS CAMINHOS EM BUSCA DE UM OBJETO EMINENTEMENTE POLÍTICO.

1.1 Uma longa caminhada inicia-se com o primeiro passo: “passei na Federal”!

Por ser oriunda de uma família que possui duas professoras da Educação Básica no ensino público, sempre acompanhei de perto o desafio que os profissionais da educação têm que enfrentar no Brasil, e talvez tenha sido esse o principal motivo que me fez hesitar durante muito tempo em tentar seguir os passos em direção à educação.

Sabia da responsabilidade e compromisso que uma sala de aula exigiria de mim, mas sempre tive afinidade com este tipo de trabalho. Pude comprovar isto desde cedo, quando, mesmo por pouco tempo, fui trabalhar no Grupo São Miguel, a escola em que eu havia estudado até a 6ª série, no lugar de uma professora que ficou de licença e quando, logo depois dessa experiência passei a trabalhar em casa com reforço escolar.

Contudo, não abracei a profissão. Seguindo a ideologia que me foi imposta à época, ao ingressar no Ensino Médio prevaleceu a questão da necessidade financeira, ou seja, queria uma qualificação imediata para um emprego imediato, para que pudesse ajudar minha família.

Por mais que gostasse de “ser professora¹¹” não optei pelo Curso Pedagógico, porque achava que naquele momento ele não me daria a condição que eu precisava, e nem pelo Científico, pois esse curso era somente para os “crânios”, para quem queria tentar o vestibular e ir para a universidade. Universidade? Eu já sabia, era coisa de gente rica, portanto, a solução foi optar pelo curso de Técnico em Contabilidade. Eu mais do que nunca era um objeto, como citou Freire: “Quanto mais dirigidos são os homens pela propaganda ideológica, política ou comercial, tanto mais são objetos e massas” (Freire, 2010, p. 32).

¹¹ Ser professor (a) não é uma das atividades mais fáceis de ser executada, pelo contrário. Contudo, é uma das profissões mais importantes para a sociedade que temos hoje, a dita, “do conhecimento”. É também, a meu ver, muito gratificante, pois esse profissional lida diretamente com a formação do ser humano, e talvez seja por isso, que por muitas vezes, requer tempo integral. É comum, por exemplo, nos encontrarmos pensando, pesquisando uma estratégia de ensino-aprendizagem para entender um educando (a) em pleno horário de nossa refeição. Trocamos o passeio com a família para estudar uma maneira de solucionar um problema que está acontecendo na sala de aula, elaboramos trabalhos e corrigimos as avaliações nos finais de semana; planejamos na hora do intervalo; estudamos sempre, permanentemente, para crescermos intelectualmente e oferecer o melhor de nós para que a aprendizagem do (a) educando (a) aconteça. Ou seja, a sala de aula é apenas um dos espaços de execução do trabalho exercido pelo professor (a), diferente de todas as demais profissões, e se é remunerado, aliás, muito mal remunerado, apenas pelo tempo que estamos dentro dela. E os “outros” tempos? Quem paga a conta?

Durante o curso, por desinformação e falta de condições financeiras desperdicei a chance de trabalhar como estagiária no Banco do Nordeste, e ao concluir o curso, para minha decepção, não tive o emprego tão sonhado. Foi então que compreendi na prática o quanto as promessas dos *outdoors*, das propagandas da televisão e do próprio estado, quando ofereciam os cursos técnicos e aliavam-nos a questão da qualificação ao emprego imediato não eram verdadeiras.

Percebi que as coisas não eram tão simples como pensavam as minhas avós quando me aconselhavam: “estude pra ser gente na vida”. Eu havia lutado tanto para concluir o Ensino Médio Técnico. Chegava muitas vezes a andar a pé, sei lá quantos quilômetros por dia, do Cauassu - Eusébio, até a Escola Paulo Benevides em Messejana e, no entanto, o emprego não aparecia. Para os cargos no escritório exigiam-me uma “boa aparência”, coisa que aos olhos tomados pelo preconceito racial, eu não tinha, e mais qualificação: “vá cursar Ciências Contábeis!”

O tempo passava e tive que trabalhar em várias “profissões” e em muitos lugares: em um restaurante *self service*. Lá pude conviver mais de perto com a opressão, pois literalmente comíamos “as migalhas” do que produzíamos; em uma revendedora de pneus, que tinha o proprietário enfiado em muitas dívidas e mantinha-me no emprego apenas para “me ajudar”; trabalhei ainda em muitas campanhas políticas fazendo propaganda para os candidatos¹². Na sequência, consegui um emprego “de verdade” em uma importadora de artigos decorativos e religiosos importados, que ficava bem próxima a minha residência. Nesta empresa eu exercia várias funções: vendedora-secretária-compradora-zeladora-gerente, ou seja, eu era a funcionária conhecida popularmente como a funcionária “Bombril”, pois eu tinha “mil e uma utilidades”.

Ali aprendi muito da vida, principalmente sobre os sacrifícios que se tem que fazer para perseguir os sonhos. Aprendi como aos poucos, nós trabalhadores, vamos sendo massificados, pois de forma ingênua, em vista de nossas necessidades, agradecemos quando nossos patrões nos oferecem “comprar” nossos direitos trabalhistas, conquistados com tanto sacrifício, visto ser a oportunidade de termos em nossas mãos algum dinheiro “livre”.

Com este pensamento de gratidão, ao invés da reivindicação por um aumento de salário, fui aos poucos vendendo tudo o que tinha de direito: férias, licença-maternidade

¹² Nesta época meu trabalho foi muito disputado, pois eles achavam que eu o exercia bem, visto que ele não se restringia apenas a entregar os “santinhos” com suas fotos, mas conversava atentamente com as pessoas, ouvindo de perto suas necessidades, que naquela época, eram muito piores que as minhas.

(fiquei apenas 45 dias em casa com meu primeiro filho), feriado, tudo para conseguir ter um “cantinho” para morar e um transporte para levar o Natanael para o hospital em Fortaleza onde fazia tratamento para a alergia respiratória.

Fiquei neste emprego por sete anos, e ao sair fui desafiada pelo destino a voltar a uma sala de aula. Agora não mais para trabalhar com crianças, e sim com uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Soube da vaga através de conversas informais. A comunidade corria o risco de ficar sem o Programa Brasil Alfabetizado, recém-chegado em Eusébio, por conta de não ter nenhuma professora da Escola São Miguel interessada em trabalhar à noite com esta modalidade.

De posse da informação não pestanejei. Fui até a Secretaria de Educação de Eusébio, preenchi uma ficha e, como não há muitas exigências para ser alfabetizador, e principalmente, alfabetizador de adultos no Brasil, fui selecionada.

Foi amor à primeira vista. Ao entrar naquele espaço e ver todas aquelas pessoas dispostas a aprender, a “ser mais”, percebi o quanto poderia colaborar para o crescimento intelectual, cultural, social e afetivo delas, e o quanto eu poderia aprender com aquela experiência. Já na primeira noite me convenci: era aquilo que sempre quis na vida, e que por um bom tempo havia fugido, trabalhar de alguma forma com a formação das pessoas, preferencialmente com a educação popular.

Os educandos eram lavradores, donas de casa, pedreiros, costureiras, babás, comerciantes, desempregados, enfim, eram gente, homens e mulheres simples com sede de saber. Inicialmente desejavam apenas a aprender a ler e a escrever seus nomes, na tentativa de sentirem-se mais dignos e menos humilhados. Um dos seus sonhos era o de não mais colocar o dedo polegar sujo de tinta no lugar de sua assinatura, quando fossem solicitados a assinar algum documento ou uma ficha qualquer.

Para iniciar o trabalho junto a eles não recebi nenhum curso de “capacitação” e aos poucos, junto como eles, usando seus conhecimentos e experiências de vida, fomos construindo novos saberes. Meu trabalho não limitou-se a alfabetizá-los. Junto com outras educadoras iniciamos todo um trabalho de educação popular sem nunca termos discutido teoricamente esta categoria.

Realizamos vários eventos culturais valorizando seus saberes e suas práticas; incentivamos a escrita de poesias, para compor um livro lançado pela escola; realizamos passeios culturais: Centro Dragão do Mar de Cultura e Museu do Ceará; resgatamos costumes e festas que estavam “adormecidos”, como o drama e a quadrilha; criamos o “Arraiá do Migué” (que existe até hoje); ensaiamos e apresentamos peças teatrais,

quando foram aplaudidos de pé pela comunidade, e já nos últimos anos em sala de aula, promovemos o seminário “Educação de Jovens e Adultos: pensando a relação Educação X Trabalho”.

Aos poucos fomos incentivando a elevação da autoestima de cada educando (a). Lembro-me das vezes que falava baixinho para o Sr. João: “tem muito engenheiro na Faculdade querendo ter o conhecimento que o senhor tem, viu João.”

Mesmo sem nunca ter ouvido falar da educação problematizadora sugerida por Paulo Freire, começamos a problematizar nossa realidade, a discutir as demandas da comunidade, a escrever carta para o prefeito durante as aulas de Português, e ao refletir sobre minha prática achei por bem, assim como eles, voltar a estudar. Afinal, eles mereciam mais. Mereciam ter ali na sala de aula alguém que além da prática tivesse também uma “bagagem” teórica sobre educação, e mais particularmente, sobre a Educação de Jovens e Adultos. E assim, incentivada por eles, voltei para a sala de aula após onze anos sem estudar.

Matriculei-me em um cursinho preparatório para o vestibular, o “Geração 2000”, em Messejana. Tinha dias que dava vontade de sair correndo de lá. Não compreendia o que os professores ensinavam. Eu havia cursado Técnico em Contabilidade e não tinha conhecimentos exigidos por algumas disciplinas como, Física, Química, Biologia, etc, como obteria aprovação passaria um dia?

Quando acabou o dinheiro para pagar o cursinho passei a estudar em casa. Não deixava de pegar um panfleto que as “grandes” escolas de Fortaleza distribuíam nas grandes filas para as provas do vestibular, nas diversas tentativas que fiz. O que era resto para alguns, para mim era o único instrumento de estudo. Estudava sempre nas madrugadas e contava com o apoio dos educandos (as) com os quais eu trabalhava, familiares, amigos e de toda comunidade, que sabendo da escassez de material que eu possuía, traziam das casas de seus patrões apostilas já usadas e faziam promessas em favor de minha aprovação.

Após algumas tentativas finalmente consegui passar na primeira fase do vestibular (2005.1) da Universidade Federal do Ceará, para o Curso de Pedagogia. Naquele momento comecei a acreditar que um antigo sonho, de quando eu ainda era uma garotinha, poderia se realizar. Acontece que todas as vezes que eu passava de ônibus ou a pé com a minha mãe, do lado da Reitoria, acompanhando-a para mais um dia de sua luta diária, como lavadeira de roupa em Fortaleza, eu dizia para ela que um

dia estudaria ali. À época eu achava que a UFC resumia-se naquele prédio, e já a achava grande demais, se comparada aos prédios que conhecia.

Fiz as provas da segunda fase na “Escola Ari de Sá” da Avenida Duque de Caxias, no Centro de Fortaleza. O Daniel, meu esposo, me levou de moto, e sentada na garupa, continuava estudando. Eu sabia do potencial dos meus concorrentes, ficara na 129ª colocação na primeira fase e tinha que me sair muito bem nos exames da segunda fase, inclusive na redação, para conseguir a vaga.

Em alguns momentos perdia a fé e me convencia que aquele lugar era realmente para “os filhos dos ricos, dos que sempre estudaram em escola particular”, outras horas não, enchia-me de coragem e dizia: “eu vou passar sim, eu também posso!” e nesse movimento entre o acreditar e o desacreditar, fiquei ansiosa por muitos dias até sair o resultado.

No mesmo ano eu havia feito o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), política adotada pelo governo Lula como uma pré-seleção para o recém criado programa do governo federal, o ProUni (Programa Universidade para Todos), que na verdade era mais uma política de privatização da Educação Superior. Na prova de redação do ENEM alcancei a nota 97,50 e isto me dava oportunidade de fazer um curso em uma instituição privada. Entretanto aquilo não me animara, primeiro porque a burocracia exigida para se provar que era pobre era muito grande, e em segundo porque meus olhos “brilhavam” mesmo era pela UFC.

Certa noite, mais precisamente sexta-feira, sete (7) de janeiro de 2005, passeando com o Natanael, meu filho, pelo bairro, ouvi a propaganda na televisão anunciar: “leia amanhã no seu Diário do Nordeste: Universidade Federal do Ceará divulga lista do aprovados em seu último vestibular.” Corri para a casa, e o meu filho sem entender muito o que estava acontecendo, dizia: “mamãe, a senhora passou nessa UFC?”

A pressa era para chegar o mais rápido possível em casa e ligar para minha amiga Elisângela, a “Nem”. É que a época, seu esposo era entregador do jornal Diário do Nordeste e recebia os exemplares durante a madrugada. Fiz com ela o seguinte combinado: “Vou ficar acordada. Quando você receber o jornal, olha bem direitinho se tem o meu nome. Só me liga se eu tiver passado. Se você não ligar, não precisa dizer mais nada. Eu vou entender que não passei e amanhã mesmo já começo a estudar para o próximo vestibular, mas um dia eu passo!”

Às quatro horas da madrugada o telefone toca. Fiquei paralisada e pedi para o Daniel ir atender. Eu só o ouvia dizer: “Tem certeza? Eliábia de Abreu Gomes Barbosa?” Ele agradeceu o favor e correu para me contar a novidade. Abraçamos-nos e choramos muito juntos. A aprovação na UFC tinha um significado enorme para nós. Eu era aprovada naquela universidade não somente por mim, mas por todas as pessoas que eu já havia acompanhado em suas tentativas de aprovação sem sucesso. Inclusive por ele mesmo, que nutria o sonho de ser formado primeiramente em medicina e depois em arquitetura, e que no momento abdicara de seu sonho para ajudar na realização do meu.

Em seguida ouvimos o barulho do apito de uma moto. Era o esposo de minha amiga com o jornal na mão: “Olha a prova! Aqui tem o seu nome menina!” Acordamos minha mãe, o Natanael e dei início aos telefonemas anunciando o feito: “Passei na Federal!” Era muita alegria e eu tinha obrigação de partilhar com todos que torceram para que este sonho se realizasse.

Meu caminho, e o de muitos que advém das camadas populares, até chegar à universidade pública não é fácil. Há, semelhante à estrutura da própria sociedade brasileira, uma disputa extremamente desigual. Além de termos que enfrentar uma concorrência massificadora, nossos adversários, na maioria dos casos, passam todo o período referente à educação básica estudando nas melhores escolas privadas¹³ de Fortaleza e, além disso, para nós, estudar não é a prioridade de nossas vidas, infelizmente. Temos, em primeiro lugar, que trabalhar, como foi o meu caso.

Fui a primeira¹⁴ moradora nata de minha comunidade, o Cauassu, e a primeira pessoa da família a ser aprovada em uma universidade pública, e isto representava não só uma grande conquista, mas uma responsabilidade para com as pessoas que me rodeiam, e com a minha comunidade, meu território desde o meu nascimento.

No mesmo dia em que soube de minha aprovação no curso de Pedagogia prometi internamente para mim mesmo, que se conseguisse concluí-lo, faria a seleção

¹³Isto decorre do fato de não termos no Brasil uma educação básica pública de qualidade, e os que “podem”, além de pagarem seus impostos, pagam também o ensino privado para seus filhos (as), intencionando a aprovação deles (as) na Educação Superior pública.

¹⁴Desde minha aprovação no vestibular do semestre 2005.1 até minha entrada no mestrado (2010.2) apenas outras duas pessoas – moradores natos do Cauassu tiveram aprovação em uma universidade pública. Uma no curso de Letras na Universidade Federal do Ceará (UFC) e outra em Geografia, na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atualmente muitos jovens da comunidade estão matriculados nos cursos tecnológicos oferecidos pelas faculdades ditas “populares”. Há inclusive uma “febre” pelos cursos de Administração de Empresas e Recursos Humanos. Ao conversar com alguns deles percebo-os totalmente desacreditados em relação a uma possível aprovação na universidade pública e os que “podem” preferem, pelo imediatismo do emprego, ou mudança do mesmo, pagarem a todo custo uma faculdade particular.

para o Programa de Pós Graduação em Educação, e se aprovada, iria pesquisar algo relacionado ao saber dos homens e mulheres simples, e que também de alguma forma partilharia os saberes e conhecimentos adquiridos na Academia com esses sujeitos.

Tal promessa está registrada em minha escrita autobiográfica, trabalho que realizei incentivada pela professora Maria Juraci Maia Cavalcante por ocasião da participação na disciplina “Projeto Especial I” durante o Curso de Pedagogia,

Desejo muito prosseguir meus estudos, tentar fazer um mestrado, doutorado, não pelo *estatus*, mas com o intuito de um dia poder contribuir de alguma forma para o desenvolvimento do meu bairro, da minha comunidade e quem sabe da minha cidade. Isso com certeza me realizará muito. Estou sendo formada por uma universidade pública, com o dinheiro de muita gente, inclusive dos pobres, dos oprimidos, que por mais que se tenha avançado na educação, continuam a “anos luz” dessa universidade, tentando ultrapassar os muros que são colocados todos os dias, das mais diversas formas, para eles não estarem aqui. E se cheguei, quero abrir caminhos para todos os outros que assim com eu, desejam estar aqui um dia. (BARBOSA, 2007, p. 42).

1.2 O segundo passo: uma escolha difícil: Educação de Jovens e Adultos na escola ou na Universidade? Primeiras aproximações com a temática da Educação Popular e dos Movimentos Sociais.

“Eu não seria eu sem eles (as).”

Minha chegada à universidade foi emocionante: aquele espaço; a diversidade de pessoas, pensamentos; livros; biblioteca; as disciplinas; aquelas mulheres sábias, minhas mestras, eu a discípula.

Contudo, algo me inquietava. Nos primeiros semestres do curso não ouvia falar em Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular e nem tão pouco Movimentos Sociais. Convivia ainda com o desconhecimento e ignorância de meus amigos de sala em relação à EJA. Para eles, e para muitas outras pessoas, a EJA resumia-se ao supletivo, e que, portanto, ao desejar aprofundar meus estudos junto a esta modalidade de ensino, eu estaria desperdiçando meu precioso tempo: “Esquece esses velhinhos menina!”

Aos poucos fui percebendo o quanto a EJA e seus sujeitos eram estigmatizados¹⁵ também no universo da universidade, espaço onde ocorre a formação inicial do

¹⁵ Ao analisar a definição do termo analfabeto, nos dicionários da Língua Portuguesa deparei com significados pouco animadores como: que não conhece o alfabeto; que não sabe ler e escrever; absolutamente ou muito ignorante; indivíduo ignorante; sem nenhuma instrução; iletrado e outros termos de teor pejorativo. De acordo com Haddad e Di Pierro (2000), Di Pierro e Galvão (2007) e Martins (2000), a palavra analfabeto para a sociedade brasileira contemporânea é pronunciada quase sempre

pedagogo, o meu caso. A grade curricular do curso, e as disciplinas oferecidas privilegiavam a Educação Infantil. Suas abordagens voltavam-se exclusivamente para a aprendizagem das crianças.

A partir daí passei a perceber o quanto a ausência e a escassez de reflexões, ações e debates relacionados à EJA durante a formação inicial do pedagogo eram decisivas para que a modalidade continuasse a ocupar uma posição marginal no interior das políticas públicas educacionais.

Em minhas reflexões à época, pensava que para transformar aquele quadro, dentre outras coisas, era preciso identificar o sentido ou significado que os pedagogos com a sua formação ainda em construção atribuíam à EJA, e assim delinear uma política de formação de modo a sensibilizá-los a trabalhar com esses sujeitos.

Em perseguição a este objetivo, a sensibilização, cheguei a realizar em 2008, durante a disciplina de Pesquisa Educacional II, junto com alguns amigos (as) já “sensibilizados” em relação à causa da EJA, uma investigação qualitativa¹⁶ que visava justamente, perceber se o pedagogo estava desde sua formação inicial, sensível à situação de analfabetismo em que ainda vivem milhões de brasileiros, e se pretendia exercer sua prática junto a esses sujeitos. Para isto foi formulado um questionamento inicial: Quais os significados da Educação de Jovens e Adultos para pedagogos em formação na Faculdade de Educação da UFC?

A pesquisa, além da aprendizagem obtida, mostrou-me de forma mais precisa os caminhos que o (a) pedagogo (a) deveria seguir para aprofundar-se na temática da Educação Popular e dos Movimentos Sociais. Descobri que no Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação ainda estava vigente uma versão do currículo¹⁷ que oferecia, através do Departamento de Teoria e Prática de Ensino, e do Departamento de Estudos Especializados, cinco disciplinas que reunidas formavam a Área de Aprofundamento em Educação de Adultos e Popular, já disponível ao discente em nível de graduação.

acompanhada por uma grande carga de sentido negativo, atribuindo a esse sujeito uma série de preconceitos e estigmas.

¹⁶ A pesquisa investigou os pedagogos que cursavam o terceiro semestre em diante, visto que a universidade possuía outro currículo em andamento com alunos do 1º e 2º semestre no qual oferecia em regime obrigatório algumas disciplinas pertencentes à temática da EJA. Os resultados foram apresentados em através de alguns artigos em eventos científicos. O primeiro, intitulado: “Significados da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para Pedagogos em Formação na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará: um tema para debate” foi apresentado no XXVII Encontro de Iniciação Científica da Universidade Federal do Ceará, em 2008, em Fortaleza.

¹⁷ No momento da pesquisa a instituição estava em fase de revisão e/ou reformulação do Currículo do Curso de Pedagogia em vista as novas demandas e, portanto, havia mais de uma versão de currículo vigente.

O Departamento de Teoria e Prática de Ensino oferecia a disciplina Pedagogia de Paulo Freire em regime obrigatório e o Departamento de Estudos Especializados trabalhava as disciplinas: Movimentos Sociais e Educação; Educação Popular; Educação de Adultos, e Prática de Educação de Adultos e Popular, ambas em caráter optativo. Ao cursar todas essas disciplinas o pedagogo teria em seu diploma a habilitação em Educação de Adultos e Popular e, por conseguinte, com uma fundamentação teórica, mesmo que inicial, para trabalhar com o público da EJA.

A partir de então passei a cursar ainda com mais afinco as disciplinas que eu ainda não havia cursado, no intuito de cumprir com a missão que havia elegido ao ser aprovada no vestibular, como descrita anteriormente.

Cursei a disciplina Pedagogia de Paulo Freire com a professora Eveline Andrade e foi então que conheci a obra Pedagogia do Oprimido, um de meus referenciais teóricos. Durante a disciplina o pensamento do educador foi abordado com muita competência. Tratava-se de um convite ao conhecimento da obra freireana, mais precisamente aos fundamentos de uma pedagogia crítico-emancipatória, dialética, reflexiva, que reconhece a potencialidade humana e sua vocação histórica de “ser mais”.

Já durante a disciplina de Movimentos Sociais e Educação, fui acompanhada pela professora Dra. Sônia Pereira, hoje minha orientadora no mestrado. O curso foi estruturado em três unidades: Como pensar o Brasil; A trajetória dos movimentos sociais no Brasil e no Ceará, e o Aprendizado nos movimentos sociais.

Ou seja, no decorrer dessa disciplina procurou-se compreender a sociedade brasileira, principalmente, no que diz respeito às suas raízes culturais e políticas; conhecer o caminho traçado por esta sociedade na construção de sua cidadania, e finalmente, identificar nas experiências participativas, e nas redes de movimentos, seus aprendizados políticos e ainda a real dimensão e contribuição dos movimentos sociais na constituição de uma nova cultura política no Brasil.

Em relação à disciplina de Educação Popular, que trazia em seu programa do semestre de 2006.1 a proposta de: “Propiciar uma fundamentação básica em Educação Popular, demonstrando a diversidade de seus conceitos e de suas práticas e a evolução das discussões em torno da mesma,” não obtive o mesmo aprendizado teórico que as demais disciplinas vinculadas a Área de Aprofundamento em Educação de Adultos e Popular me propuseram. A metodologia adotada pela docente responsável pela disciplina voltou-se muito mais a conhecer e vivenciar experiências de educação popular existentes em Fortaleza, inclusive as experiências de matriz africana. Tal

disciplina, restrita pela metodologia empregada, não possibilitou a ampliação teórica também buscada na graduação.

Cursei ainda duas disciplinas: Educação de Adultos e Prática de Educação de Adultos e Popular, sob a orientação da professora Eliane Dayse, militante atuante e pesquisadora renomada das temáticas: Educação Popular, Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo, dentre outras. As disciplinas deram-me um panorama das várias concepções didático-pedagógicas e a da questão política da EJA na perspectiva da sociedade capitalista.

Todas essas disciplinas a que fiz referência, e tantas outras, como as disciplinas de Sociologia da Educação e Estágio Supervisionado, coordenadas pelas professoras Bernadete Beserra e Ana Maria Dorta de Menezes, respectivamente, de alguma forma, estimulava minha atuação junto às temáticas vinculada à população menos assistida social, cultural e economicamente, como os trabalhadores, negros, pobres, analfabetos, principalmente. A vivência junto a tais disciplinas e as pessoas, me encaminhavam a intensificar meus estudos e minha prática em torno do homem simples, de seus conhecimentos, suas vivências, sua organização social.

No entanto, foi durante a disciplina de Educação e Movimentos Sociais que decidi realmente trabalhar com ele e por ele. Não sei ao certo qual o sentimento foi despertado em mim já mesmo durante o primeiro dia de aula. Só sei que ao ouvir a leitura do texto, “Se eu fosse governo...” de Adélia Prado, feita com tanto entusiasmo e emoção, como se as palavras brotassem do fundo da alma de quem o lia, no caso a professora Sônia Pereira, me “achei” no cosmo.

O texto “mexeu” com minhas estruturas, meus sentimentos, minhas dúvidas, certezas. Fiquei ainda mais indignada com a corrupção e ausência de direitos tão naturalizadas na sociedade brasileira. Ele me levou a refletir ainda sobre a postura das pessoas que só reclamam e que nada fazem para que a mudança aconteça, mesmo que apenas ao seu redor. Trouxe a minha memória cenas de minha vida e de tantas pessoas que conheço, e que a exemplo de tantos brasileiros, passaram fome nesse país tão rico e ao mesmo tempo tão desigual, que é o Brasil.

Depois desse turbilhão de sentimentos e lembranças que passavam em minha memória em tão pouco tempo, como um filme, chorei. Especialmente porque percebi o quanto aquela professora, doutora, cientista social de um nível intelectual invejável, mostrava-se sensível às necessidades do ser humano. Mostrava-se atenta as nossas inquietações e sonhos. Já naquele primeiro contato pude apreender que não se tratava

apenas de mais uma professora preocupada com a excelência do ensino e da pesquisa. Ela parecia esperar mais de cada um de nós. Feliz, respirei e continuei a ouvir Adélia. E devido a grande afinidade com a autora desse texto e ao seu significado para mim, peço licença aos leitores para incluí-lo no corpo desta dissertação:

Eu, se fosse governo, subia num tamborete, batia palma e gritava bem alto pra todo mundo escutar: cala a boca, gente, escuta aqui. Obrigava todo mundo a ficar quieto primeiro e explicava o meu programa administrativo. Governo não é Deus, muito pelo contrário, é o tipo da coisa que precisa de ajuda. Não ia fazer nada sozinho, que eu não sou bobo. Escolhia pra meus ajudantes só gente que tivesse duas coisinhas à-toa: honestidade e competência. Feito isso, falava pra eles: faz um levantamento do nosso país, aí, isto é, varre a casa primeiro. Depois conferia numa assembléia, que não ia ter recesso enquanto não me dessem, por escrito, quantos meninos sem escola, quanto pai de família sem emprego, quanto homem e mulher que fosse amarelo, feio, sem dente, sem saúde, sem alegria. Me aparecesse tudo anotado no papel. Bom, depois dava um descanso de meia hora pras câmaras alta e baixa e ia de novo presidir eles arranjam um meio de acabar com essa tristeza toda, em primeiro lugar com o problema da comida. Porque vou dizer: passar fome não é coisa pra gente, não; passar fome é de uma desumanidade tão exagerada, que só pensar bole com a bile de quem tiver um grão de consciência. Eu não tenho poder nenhum, de política eu não entendo. Fico falando essas coisas, fico mais ridículo que galinha na chuva, já viu que dó? (...) Eu falei de comida, mas tudo tem um nome só: “Procurai antes o Reino de Deus e Sua justiça”, está escrito na Bíblia. Pois nosso país assinou a Carta dos Direitos Humanos, não assinou? Nós somos um país rico, cujo tamanho abarca Europa inteira e ainda sobra terra pra leilão. Não é assim? Então, pelo amor de Deus, o que eu posso fazer pra ter sossego, pra recuperar umas coisas que desenvolvimento nenhum nunca mais vai me dar? (...) Tapar os ouvidos não quero, que é covardia. De morrer eu não gosto. Francamente eu não sei o que fazer, eu não sei mesmo. Se eu fosse o governo ou o chefe dos bispos do Brasil, baixava um decreto pra funcionar desde o mais perdido cruzeiro de roça até a catedral mais chique, desde as prefeituras mais mixas até o palácio dos ministros. Que se estudasse até descobrir o que Deus quis dizer exatamente, quando inspirou o profeta a escrever no Livro Sagrado esta oração mais linda que se reza em vésperas do Natal: “Derramai, ó céus, das alturas o vosso orvalho, e as nuvens façam chover o Justo.” Porque Ele veio e virá sempre à palha e ao cocho para ser compassivo. Mas nós o que estamos fazendo pra ajudar? (PRADO, 1999, p.62)

Foi também durante o mesmo ano em que cursei esta disciplina, 2006, que tive que me retirar da sala de aula onde trabalhava com EJA como professora leiga. Dentre os motivos de meu afastamento estavam: a questão “política”- eu falava muito em política, exigência de direitos, e não era bem vista; ausência de isonomia entre os turnos na escola e certo desconforto do grupo gestor em relação ao trabalho que vinha sendo desenvolvido junto à EJA; a transferência das educadoras que desenvolviam o trabalho de educação popular juntamente comigo para outras escolas, e de minha parte a falta de tempo para se dedicar a outras atividades da Universidade que não fosse somente o ensino. Tudo confluía para que naquele momento eu me afastasse da prática da sala de

aula e procurasse atuar em outros espaços, para depois, quem sabe, retornar mais forte, como a águia da mensagem reflexiva que tantas vezes li para os educandos e educandas de minha turma.

Houve ainda um fator mais agravante para minha saída: foi proposto, para que eu pudesse continuar em sala, que eu assumisse todas as disciplinas obrigatórias junto à turma de 8º e 9º ano de EJA. Como poderia fazer aquilo? Que competência e conhecimento eu teria para dar aulas de Matemática, Inglês, Química, Física? Tempos mais tarde, analisando a situação cheguei à conclusão que aquilo não passara de uma estratégia para a escola fechar as portas para a EJA, visto que, logo após a minha saída, extinguisse o trabalho junto à modalidade naquele estabelecimento.

Este momento foi muito difícil, todavia minha história com a EJA e as classes populares não havia parado ali. Pelo contrário. Com a saída de sala aula, fiz seleção e fui aprovada para a monitoria da disciplina de Pesquisa Educacional do Departamento de Fundamentos da Educação da UFC, e logo depois ingressei no grupo de pesquisa Educação Popular, Movimentos Sociais e Escola, como bolsista de iniciação científica, do qual faço parte até os dias atuais.

Na ocasião pude reencontrar a professora Sônia Pereira e minha amiga Raquel Martins, com quem também estive durante a disciplina de Educação e Movimentos Sociais, e Educação Popular, ou seja, perseguíamos os mesmos caminhos. Foi principalmente dela que sempre recebi, e continuo a receber, acolhimento e ajuda para vencer as dificuldades acadêmicas, tanto nos primeiros meses de ingresso no Grupo, como durante todo o curso de mestrado que por ocasião do destino, cursamos juntas. Conheci também a professora Eliane Dayse, coordenadora do grupo de pesquisa, mulher guerreira, firme em seus propósitos e lutas, estudiosa da obra freireana, da Educação do Campo, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Popular, pesquisadora consagrada e conhecedora profunda da vivência dos movimentos sociais.

Minha inserção no grupo de pesquisa me levou a conhecer e participar do Fórum de Educação de Jovens e Adultos (FEJA-Ce); do grupo de estudos mantido através de uma parceria entre o Fórum e o Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), à época coordenado pela professora Maria das Dores, a “Dorinha da UECE”, e algum tempo depois passei também a compor a Comissão de Defesa do Direito à Educação do Ceará.

A cada dia conhecia mais autores, sujeitos que de alguma forma estudavam e/ou militavam nas mesmas causas que as minhas, como as professoras: Sandra Gadelha,

Célia Brito, Mazé Barbosa, Iolanda Maia, Rejane Mary e Rita de Cássia e os professores: Ribamar Furtado, Ernani e “Tony”. Todos esses movimentos e pessoas foram me incentivando cada vez mais a me interessar pela temática dos Movimentos Sociais, da EJA, da Educação Popular e da Educação do Campo, fosse estudando ou militando.

A partir dessas experiências e conhecimentos, encorajei-me, junto com outras pessoas de minha comunidade, a iniciar todo um movimento pela reativação da associação de moradores de nosso bairro, e ao mesmo tempo pela reabertura das portas da escola para trabalhar novamente com a EJA.

Dessa vez fui para a luta “munida” de mais conhecimentos e de parceiros, o que colaborou para que tivéssemos êxito em nossa empreitada. Após realizar juntamente com o grupo, o levantamento de quantas pessoas estavam fora de sala e que queriam voltar a estudar, e ao ameaçar denunciar o caso do fechamento das turmas de EJA tanto para o FEJA-Ce e Ministério Público, como para a Comissão de Defesa do Direito à Educação do Ceará, fomos recebidos pelas autoridades e atendidos em nossa reivindicação.

Ao concluir o Curso de Pedagogia e começar a sonhar com a aprovação no mestrado, eu ainda permanecia, “mais do que nunca”, convicta de meus propósitos: não queria apenas produzir conhecimento. Estava determinada a colaborar com as práticas educativas, fosse em espaços escolares, ou não escolares, com o intuito de transformar de algum modo, a vida da minha comunidade, e ao ser aprovada na seleção do mestrado no semestre de 2010.2, procurei ser coerente com tudo o que havia vivido e experimentado até chegar ali.

1.3 Em busca da coerência teórica- metodológica: o desafio de investigar a própria prática desde a Pesquisa Exploratória.

A fase exploratória da pesquisa, segundo Minayo (1999), é tão importante que ela em si próprio pode ser compreendida como uma pesquisa, a Pesquisa Exploratória. Ainda de acordo com a autora, esta fase abrange desde a etapa de escolha do tópico de investigação, de delimitação do problema, de definição do objeto e dos objetivos, de construção do marco teórico conceitual, dos instrumentos de coleta de dados até a exploração do campo a ser investigado.

Com base nesta definição é possível pensar que no caso desse estudo, a pesquisa exploratória teve seu início desde o momento em que conclui o Curso de Pedagogia e

passei a planejar, que se caso obtivesse aprovação na seleção do mestrado, a realização de uma observação participante junto a uma experiência participativa, espaço de educação não formal, ou de educação não escolar, localizada em meu município, o Eusébio, ou que nele tivesse uma atuação, e onde eu pudesse, através das práticas educativas, colaborar com a formação política dos sujeitos.

Este último tópico descrito está estreitamente relacionado à minha preocupação com a possibilidade dessas experiências colaborarem ou não para a formação da consciência crítica nos sujeitos que delas participam. Portanto, o interesse em contribuir diretamente, poderia se efetivar à medida que fosse garantida a realização de algumas práticas educativas que objetivassem colaborar com essa formação crítica.

Agendei então uma visita à Coordenadoria de Articulação Comunitária da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social de Eusébio e lá adquiri uma cópia¹⁸ do relatório de Cadastro de Entidades da Sociedade Civil de Eusébio, que contemplava as entidades cadastradas junto àquela secretaria, bem como a relação de todos os conselhos existentes no município.

Além das instituições, levantei também o universo de conselhos de políticas públicas existentes no município. Quatro deles estavam diretamente vinculados à Assistência Social, a saber: Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Tutelar de Eusébio e Conselho Municipal do Idoso (CMDI).

De acordo com a coordenadoria, existiam ainda outros conselhos setoriais vinculados a outras secretarias ou ao Gabinete do Prefeito, como o Conselho de Educação, Conselho Municipal de Política Sobre Drogas do Município de Eusébio (COMAD), Conselho Municipal de Cultura de Eusébio (COMCULT), Conselho Municipal de Esporte de Eusébio (COMESPORTE) e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Eusébio (COMDIM).

Anteriormente a esse achado, havia cogitado realizar a investigação junto a alguma das experiências participativas nas quais eu estava inserida: o Fórum de Educação de Jovens e Adultos, a Comissão de Defesa do Direito à Educação do Ceará, a Associação de Moradores e Amigos do Cauassu ou o Conselho dos Direitos da Mulher de Eusébio.

¹⁸ Ver anexo de nº 1.

Contudo, a partir daquelas informações pensei seriamente em mudar de foco e de metodologia e investigar como se dava a participação social naquele universo de equipamentos de “participação” presentes em meu município, os conselhos. Pensei mais precisamente em acompanhar o Conselho de Educação do Município de Eusébio.

Entretanto, ao retornar aos pré-requisitos que eu havia selecionado para delimitação do meu objeto de estudo, observei que nem todos os espaços contemplariam a questão política do meu trabalho, pois além da exigência da experiência estar localizada no município de minha residência, pretendia investigar um espaço em que eu também fizesse parte dele. No caso dos conselhos, eu obrigatoriamente deveria ser uma das conselheiras.

Em relação à escolha do município de Eusébio para realização da pesquisa, para além do compromisso político da pesquisadora com sua cidade, e com os “homens simples”, que lá residem, havia outros aspectos favoráveis à escolha, dentre eles: a viabilidade do estudo; o fácil acesso da pesquisadora ao campo empírico; a abertura das entidades civis para posterior acompanhamento, e o pioneirismo do estudo no município.

Era também de meu interesse pesquisar uma experiência na qual, de alguma forma, eu atuasse junto à formação política dos sujeitos. Ou seja, deveria estar em comunhão com os sujeitos em suas lutas diárias pela efetivação de seus direitos sociais, especialmente os direitos considerados fundamentais, como a educação, por exemplo. Este era um aspecto que eu não abriria mão, em hipótese nenhuma.

Após essas reflexões em torno de minhas descobertas e dos requisitos traçados para a pesquisa, quando o mestrado ainda não passava de um sonho, achei por bem eleger a Associação de Moradores e Amigos do Cauassu (AMACAUASSU) e o Conselho dos Direitos da Mulher de Eusébio (COMDIM) como o *locus* da investigação. Os dois espaços já vinham sendo acompanhados desde mesmo a minha aprovação no mestrado.

O acompanhamento junto à AMACAUASSU teve seu início desde os primeiros movimentos pela reativação da entidade, em meados de agosto de 2009. Durante este primeiro momento, que objetivava a retomada da associação pela comunidade, tive a oportunidade de realizar algumas atividades que visavam, dentre outras coisas, a sensibilização dos sujeitos envolvidos no processo de reativação, para a questão da organização social e formação política. Minha intenção ao realizar esse trabalho era para que em um futuro bem próximo a Associação fosse conhecida pelo trabalho

desempenhado por seus sujeitos junto à sociedade, e não apenas pelo nome de seu fundador (a), ou por seu padrinho ou madrinha política, como rezava a cultura das associações de moradores em Eusébio.

As atividades incluíram: coordenação de várias reuniões para debater a reativação ou criação de uma nova entidade e demais assuntos relacionados a essa questão; leitura e socialização de vários textos reflexivos, como: “A Crise, Segundo Albert Einstein”; “Que bom que você veio”; reflexão em torno de vídeos: “Trabalho em Equipe”, por exemplo, e letras de músicas, como: “Somos quem podemos ser” (Engenheiros do Havaí). Organizei ainda a divisão do grupo em equipes, como a de divulgação e comunicação. Criei uma ficha cadastral dos moradores interessados em compor a Associação, com o intuito de qualificar a comunicação coletiva e colaborei na organização de evento¹⁹ cultural datado em 26 (vinte e seis) de setembro de 2009 (dois mil e nove).

Já no Conselho, os primeiros contatos deram-se a partir do dia 18 (dezoito) do mês de fevereiro de 2010 (dois mil e dez), por ocasião da posse do primeiro colegiado do COMDIM, em sua primeira reunião ordinária, realizada no Centro de Convivência de Idosos Irmã Ambrosina, no Parque Havaí, um dos bairros de Eusébio. Durante a ocasião, eu e a também associada Cristine Alves Pereira tomamos posse como conselheira suplente e titular respectivamente, representando a AMACAUASSU.

Todavia, durante o primeiro ano da existência do COMDIM minha participação foi bastante irregular e limitada. Ocorre que nós duas havíamos sido aprovadas em concurso público para o cargo de professora na Prefeitura Municipal de Fortaleza e fomos chamadas a assumir a sala de aula.

Em assembleia a AMACAUASSU elegeu outra representante para substituir a conselheira titular, a associada Izadora Gomes e como não surgiu outro nome para me substituir, permaneci, mesmo que apenas no papel, conselheira do COMDIM por alguns meses. Permaneci nesta posição nada agradável até conseguir o afastamento da sala de aula para cursar o mestrado. Após o afastamento, passei a acompanhar o COMDIM efetivamente, agora já sozinha, visto que a Izadora também teve que se afastar por ter conseguido um emprego em uma empresa privada.

O fato de não ter conseguido, não por meu interesse, conciliar emprego e participação social, me permitiu constatar na prática muito do que os autores traziam em

¹⁹ Dentre outros objetivos, o evento pretendia arrecadar fundos para quitar as dívidas que a antiga diretoria da Associação havia deixado junto à Receita Federal do Brasil.

relação às dificuldades da participação social no Brasil. Aquela situação tão desagradável, de querer colaborar com o COMDIM e, por uma força maior não poder fazê-lo, me fez sentir o quanto a necessidade de se manter em um emprego dificulta a participação dos sujeitos nos conselhos e em outros espaços de participação social.

Posteriormente à definição dos espaços para a realização do trabalho, passei a construir com mais precisão os aspectos metodológicos da pesquisa, uma vez que agora meu olhar sobre eles não se restringia apenas ao olhar de conselheira, no caso do Conselho e associada, exercendo a função de presidente, na Associação. A partir dali minha visão deveria ser mais apurada, pois eu tinha a minha frente outro desafio, qual seja: me comportar em ambos os espaços como uma pesquisadora-participante.

Para tanto, fiz opção pela abordagem qualitativa, principalmente por esta dar ênfase a todo o caminho percorrido durante o processo da investigação. Neste tipo de abordagem, todos os passos são importantes, não possuem hierarquia, inclusive o momento em que o pesquisador constrói/reconstrói seu objeto de pesquisa. O principal elemento, portanto, é o processo realizado, e não somente o resultado ou o produto encontrado a partir do estudo.

Minha opção pela pesquisa de natureza qualitativa é justificada ainda por ela possibilitar apreender as subjetividades, ou seja, responder a questões muito particulares, uma vez que as ciências sociais preocupam-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, elas trabalham com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (DESLANDES, 1996; MINAYO, 1994; 1999).

Optei também pelo estudo descritivo, que de acordo com Gil (2006) objetiva “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2006, p. 44) e ainda, como um estudo explicativo, que para Gonsalves (2001) visa identificar os fatores que contribuem para a ocorrência e posterior desenvolvimento de um dado fenômeno.

Em seguida, iniciei o levantamento e estudo bibliográfico. As leituras iniciais realizadas serviram para despertar em mim ainda mais curiosidade e desejo de aprofundamento em relação a alguns temas, como: movimentos sociais; estado e sociedade civil; política; participação social; educação não formal; educação não escolar; educação popular; educação libertadora; consciência crítica; conscientização e direitos sociais, considerados vitais para o andamento da pesquisa.

Organizei também alguns instrumentos e estratégias de cunho etnográfico para as observações iniciais, tais como: roteiro para observação e análise de documentos; seleção de dinâmicas de grupo e a aquisição do diário de campo e de um gravador, não encerrando, porém, nesta fase, a construção dos instrumentos a serem utilizados. Pelo contrário, eles foram sendo avaliados e ampliados no decorrer da pesquisa.

Ainda nessa etapa da pesquisa foram realizadas levantamentos na rede mundial de computadores, procurando apreender informações gerais em relação ao município e aos espaços de participação que desenvolviam experiências organizativas no município.

A fase exploratória da pesquisa revelou um terreno fértil de experiências a ser analisadas e, ao mesmo tempo, facilitou minha inserção na realidade, agora como uma pesquisadora “oficial”.

As visitas iniciais foram realizadas com o objetivo de intensificar o entrosamento e minimizar a distância social com os demais sujeitos da pesquisa. Este processo valoriza o que as pessoas sabem e acreditam, usando a realidade do momento como ponto de partida e construindo a partir dele; reconhece a importância vital do contexto histórico e atual, e então, recupera a história passada e relaciona a informação com as circunstâncias e estruturas do presente; respeita o conhecimento popular, acreditando que os sentimentos, crenças e experiências pessoais são formas vitais de conhecer (FURTADO, 2007a; 2007b).

1.4 Trajetórias do trabalho de campo: “falar ou não falar? Eis a questão.”

Na terceira etapa do estudo foi realizado o trabalho de campo junto a duas experiências participativas no município de Eusébio. Esta etapa constitui-se essencial para a pesquisa qualitativa, garantindo a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados (MINAYO, 1999).

Foi justamente durante esse momento de produção dos dados (Gonsalves, 2001) que pude realizar com mais afinco as estratégias de cunho etnográfico previsto na pesquisa, tais como: a observação participante, agora de forma mais organizada; as entrevistas semi-estruturadas; o diário de campo; os fragmentos de história de vida dos sujeitos; as dinâmicas de grupo e o grupo focal. Durante esta etapa utilizei-me ainda da análise de documentos oficiais existentes nos espaços públicos (estatuto, regimento interno, atas de reuniões ordinárias e extraordinárias, fotografias, etc).

Tais procedimentos visaram apreender a dinâmica da realidade e das atividades cotidianas dos atores envolvidos, através de uma postura reflexiva e dialógica. Apliquei

também um questionário²⁰ com questões fechadas para construir o perfil socioeconômico dos sujeitos que frequentam os espaços investigados.

Optei por realizar a observação participante²¹ nesses dois espaços, por ser esse o método que mais se aproxima da realização dos objetivos da investigação,

Na observação participante, o pesquisador (a) deve interagir com o contexto pesquisado, ou seja, deve estabelecer uma relação direta com grupos ou pessoas, acompanhados em situações informais ou formais interrogando-os sobre os atos e seus significados por meio de um constante diálogo. Essa participação pode ser mais intensa quando o pesquisador (a) é a parte integrante do grupo pesquisado, ou seja, quando se identifica com esse grupo pelo cotidiano da vida, das ações e aspirações (OLIVEIRA, 2010, p. 81).

A observação participante acompanhou dois espaços: o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) e a Associação de Moradores e Amigos do Cauassu (AMACAUASSU). Tais espaços foram escolhidos por indicarem possibilidades de atuação mais intensa e sistemática da pesquisadora e demais participantes dessas experiências participativas.

Ademais, os dois espaços, cada um com suas especificidades, destacam-se no município por serem bastante dinâmicos e ativos. Nos encontros de avaliação do COMDIM, as conselheiras, que em sua grande maioria participavam de vários outros conselhos no município, o consideravam um dos mais bem organizados e ativos²² conselhos presentes em Eusébio.

Já a AMACAUASSU, em meio às demais associações de moradores existentes na cidade, é a única que vem reunindo sua assembleia regularmente desde sua reativação. Seus membros de uma forma geral encontram-se no mínimo uma vez por mês, e sua diretoria duas vezes. Tal fato possibilita que a instituição publique seu informativo mensalmente, como também realize com frequência vários tipos de eventos na comunidade. Foram determinantes para a escolha dos espaços esses elementos que

²⁰ A utilização do questionário justifica-se devido à necessidade da caracterização socioeconômica dos sujeitos envolvidos na investigação, como proposto em um dos objetivos específicos da pesquisa. Para a elaboração dos questionamentos elegi como base as mesmas indagações que normalmente encontramos em pesquisas nacionais realizadas por órgãos, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e outras indagações que revelassem os dados mais significativos para o estudo ora em discussão, tais como: religião; escolaridade; ocupação; renda; moradia e participação social. Ver apêndices A e B.

²¹ A observação participante pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Sua importância é de tal ordem que alguns estudiosos a tomam não apenas como uma estratégia no conjunto da investigação, mas como um método em si mesmo, para a compreensão da realidade” (MINAYO, 1999, p. 134 e 135).

²² Durante a observação participante pude perceber que grande parte do mérito pela a agilidade e eficiência das atividades realizadas pelo COMDIM devia-se ao fato de sua presidente ser ao mesmo tempo a primeira dama do município. Esse elemento facilitador colaborava para que todas as ordens e pedidos para a realização dos eventos fossem prontamente atendidas pelo funcionalismo público.

se agregaram às possibilidades da pesquisadora de colaborar de alguma forma com a formação política dos sujeitos, já que integra os dois espaços.

O recorte temporal partiu do ano de 2009, quando iniciou-se o movimento pela reativação da AMACAUASSU e conseqüentemente as primeiras aproximações junto ao universo das experiências participativas no município de Eusébio, até os dias atuais.

A temporalização da pesquisa coincide com a permanência da gestão do Partido Socialista Brasileiro (PSB) à frente do poder executivo do município. Desde 2005, a gestão “Eusébio melhor para se viver” e depois a gestão “Vivendo cada vez melhor” (reeleição 2008) encontra-se no poder, o que supõe-se continuidade tanto nas equipes da administração municipal e nos espaços de participação, como nas ações descritas no Plano de Gestão Municipal, especialmente em relação às ações referentes à política de “participação popular”.

Considerei a realização do trabalho de campo, como sendo a etapa mais difícil no processo de construção desse estudo, sobretudo, junto ao COMDIM. A etapa culminou com o período pré-eleitoral e/ou eleitoral no município e assim pude perceber o quanto era complexo realizar naquele período uma pesquisa que tinha como temática principal a participação social. Tive dificuldades principalmente para conseguir realizar as entrevistas.

Era realmente como se expressara uma das conselheiras, quando eu a indaguei se atualmente a instituição que ela representava no COMDIM estava conseguindo reunir-se mensalmente. A entrevistada não titubeou em me responder:

Não. A minha comunicação é assim: vai ter reunião tal dia (...) mas para a gente se sentar para falar sobre o Conselho mesmo, tá difícil. Muito difícil, principalmente em ano eleitoral, né? Em ano eleitoral a gente não pode nem se reunir, de jeito nenhum (...) Eu ri tanto porque (...) disse que se a gente se reúne o povo pensa que é outra coisa. É. Aqui é assim” (Conselheira C).

Em momentos eleitorais em Eusébio, e nos municípios de uma forma geral, Brasil afora, a disputa política local geralmente se acirra, e as facções que concorrem ao pleito eleitoral, ou que pretendem fazê-lo, são claramente identificadas, como também suas estratégias de manipulação junto aos eleitores. Essas estratégias, muitas vezes não explícitas, ou seja, que não seguem procedimentos e regras democráticas, como a transparência em acordos, dificultaram a fala dos sujeitos da pesquisa, inclusive dos sujeitos que representam o segmento governo dentro do Conselho investigado.

Não foram poucas as vezes que tentei comunicação com as diversas conselheiras no intuito de marcar uma entrevista ou conversa informal com elas. A comunicação

tornou-se mais inviável quando tentei fazê-la por meio eletrônico²³. Ao utilizar esta estratégia não obtive sequer uma resposta eletrônica das conselheiras. Esse fato intrigou-me bastante, principalmente porque a maioria das conselheiras são mulheres atuantes, tanto em suas pastas na gestão municipal, como nas instituições que representam junto ao COMDIM, e, sendo hoje a internet um dos recursos mais utilizados para a manutenção das redes de relacionamentos, imaginei obter retorno, se não de todas, pelo menos de algumas delas. O que não ocorreu.

Fica a inquietação: essas mulheres realmente não se utilizam desse meio de comunicação? E se não se utilizam, por que forneceram em suas fichas cadastrais o endereço eletrônico para que fossem informadas quanto às notícias do COMDIM pela secretaria executiva? E mais: tal atitude poderia ser considerada como mero desinteresse em colaborar com a pesquisa ou com o “medo” em se comprometer?

A ausência mais sentida durante essa tentativa de contato foi a da presidente do Conselho, pois compreendo que apenas pelo fato de exercer essa função no COMDIM, já se justificaria ao menos um posicionamento como tal.

Embora o projeto de pesquisa ambicionasse entrevistar o coordenador de articulação comunitária da Secretaria de Ação Social do município, e ainda algumas autoridades públicas, como o atual prefeito da cidade, por exemplo, para que expusessem suas apreensões em relação à participação social, não lhes foi possível.

Por parte do secretário não houve compatibilidade de agenda nas vezes em que mantive contato. Contudo é preciso registrar o quanto ele foi prestativo e atencioso, tanto em relação à disponibilização do material por mim solicitado, como fotos, atas, etc, quanto na comunicação. Sempre que eu enviava mensagem eletrônica para as conselheiras, solicitando a colaboração delas para o estudo, esse secretário as reenviava.

Já em relação ao prefeito não foi possível realizar nenhum contato pessoal para tratar do assunto da pesquisa. A tentativa para a realização da entrevista foi efetivada apenas através da mensagem eletrônica aqui já citada e, assim como as conselheiras, também não obtive qualquer resposta por parte dele. A ausência desse sujeito em muito se assemelha com a ausência da presidente do Conselho na pesquisa. Sobre a omissão desses dois sujeitos possuo duas hipóteses.

A primeira é que alguns sujeitos, a presidente, sobretudo, demonstraram enorme dificuldade em distinguir o que era uma atividade da pesquisa, da “Eliábia” enquanto

²³ Ver a mensagem enviada via correio eletrônico às conselheiras solicitando entrevistas no apêndice C.

pesquisadora, estudante de um mestrado em Educação Brasileira, e as atividades da “Eliábia” militante social. Era nítida a desconfiança que nutriam em relação a minha presença no Conselho da Mulher e em outras situações, sempre anotando tudo, inclusive a fala deles (as). Posso supor que temiam que o conteúdo fosse divulgado no Amacauassu Notícias, por exemplo, pois esse é um jornal em que eu costumava colaborar, fosse escrevendo minhas reflexões sobre política, participação social, ou mesmo realizando denúncias.

Não foram poucas as situações em que a presidente do Conselho, de forma “amigável” abordou-me indagando sobre meus escritos. Era clara sua preocupação em saber o que eu tanto escrevia naquele caderno de capa vermelha. Certa vez ela chegou mesmo a pedir para ler o que eu havia escrito, e depois justificou: “tenho uma amiga que é igual a você: anota tudo.”

Vale ressaltar que além de mim apenas duas outras conselheiras costumavam levar um caderno ou agenda para anotações da reunião. Todas as outras, quando muito, faziam suas anotações na mesma folha de ofício que era entregue pelo secretário executivo, onde estava escrita a pauta da reunião. Esse aspecto me levou a concluir que individualmente elas não possuíam um instrumento específico para registro das informações, das agendas exclusivas do COMDIM, não tendo como sistematizar esses dados posteriormente. Ou seja, não havia uma cultura de registro escrito por parte das conselheiras, inclusive pela conselheira que fora eleita para exercer a função de secretária.

A outra hipótese em relação à ausência dos dois sujeitos acima mencionados encontra-se apoiada no fato deles manterem uma relação afetiva e profissional muito próxima. Para além da função de presidente do conselho, a mesma ocupa o cargo de assessora de políticas para a mulher do município e é também a primeira dama de Eusébio, ou seja, a esposa do prefeito.

Outras dificuldades encontradas pela pesquisa para a realização das pesquisas junto ao COMDIM e até mesmo a própria observação, foram: i) as reuniões do Conselho acontecerem primordialmente apenas uma vez por mês, salvo raras reuniões extraordinárias, diminuindo as possibilidades de observação do “conjunto”; ii) a falta de tempo²⁴ das conselheiras, inclusive nos dias em que aconteciam as reuniões para sequer

²⁴ O veículo, disponibilizado pela gestão municipal para fazer o transporte da maioria das representantes da sociedade civil tinha horário marcado para apanhar as conselheiras. E as representantes governamentais saíam dos encontros, na maioria das vezes, “correndo” para retornar aos seus postos de

uma conversa informal; iii) a constante mudança que ocorreu no calendário de reuniões, do Conselho, devido ao acúmulo de funções dos sujeitos que dele participavam. Esse fator fez com que eu deixasse de participar²⁵ de algumas reuniões, inclusive a última reunião dessa “versão” do COMDIM, em dezembro de 2011. E, finalmente, o mandato das conselheiras do COMDIM ter vencido ainda quando da realização do trabalho de campo e o Conselho ter sido oficialmente desativado.

Inicialmente o critério de escolha eleito para as entrevistas no COMDIM, foi a própria divisão da estrutura de formação do Conselho: sociedade civil e governo. Ou seja, como o Conselho era formado por seis representações governamentais, seis da sociedade civil e a representação da Câmara municipal de Vereadores, pretendia-se entrevistar uma representante de cada instituição, totalizando 13 (treze) entrevistas. Entretanto, das 16 (dezesesseis) conselheiras, que normalmente reservavam-se no comparecimento às reuniões do COMDIM, consegui entrevistar apenas quatro delas.

Houve dificuldade até mesmo para elas responderem ao questionário socioeconômico, elaborado com o intuito de traçar o perfil do COMDIM, que continha em sua grande maioria apenas questões fechadas a serem preenchidas.

As poucas entrevistas realizadas junto aos sujeitos do COMDIM foram realizadas durante o último ano do segundo mandato do Partido Socialista Brasileiro (PSB) no município, tendo a frente da gestão o Sr. Acilon Gonçalves Pinto Júnior (Dr. Acilon) e apesar de durante sua gestão terem sido implantados vários conselhos, a priori instrumentos de gestão participativa, há quem publicamente diga, mesmo que de forma sucinta, que em Eusébio atualmente há várias restrições para quem se posicione contrário aos gestores municipais. Este talvez tenha sido um dos fatores determinantes para a escassez de entrevistas junto às conselheiras.

Um emprego é sempre bom, principalmente se for na cidade em que moramos ou no seu próprio bairro, mas hoje em dia o que percebo, é que as pessoas se deixam escravizar. E é aí que as pessoas parecem ter dono, que são seus patrões e governantes, e passam a serem escravos de seu patrão. São nessas pessoas que eu vejo a não valorização de si próprio. A grande maioria que passa por tal situação são os funcionários públicos e os contratos temporários que no período pré-eleitoral se tornam mais vulneráveis, e que por muitas vezes nem sequer tem a oportunidade de se aproximar dos outros porque são ameaçados (...) Se durante esses anos pessoas inocentes foram cortadas do seu trabalho, pelo simples fato de terem posições políticas diferentes, esta é a nossa vez de cortar as mordomias dos maus governantes. E logicamente, a arma mais poderosa é o seu voto quando você estiver em frente à urna e lá se expressar (SILVA, 2012, p.3).

trabalho e retomar suas agendas. O conselho abrigava duas secretárias das principais pastas do município: a Educação e a Ação Social.

²⁵ Ver apêndice D: justificativa de ausência enviada ao COMDIM.

Com o intuito de elucidar tanto a posição do cidadão acima, como minha hipótese em relação à dificuldade na realização das entrevistas e, ao mesmo tempo, a afirmação da conselheira citada acima (Conselheira C), trago a fala de outra conselheira, obtida através de ligação telefônica quando tentei agendar uma entrevista com ela.

Durante a ligação, por mais que eu explicasse que a entrevista não levava em consideração quem era titular ou suplente no Conselho, e que também não buscava saber os posicionamentos da instituição que ela representava nele, e sim, sua opinião enquanto integrante do COMDIM, ela insistia em repetir: “tenho que falar com ela para pedir autorização para eu falar com você, pois eu sou só suplente. Eu vi seu e-mail sim, viu meu amor, mas eu tenho que falar com ela primeiro” (Conselheira E). O pronome “ela” referia-se a sua chefe, e no caso, a conselheira titular. Ficava claro em seu tom de voz o medo que ela tinha de esboçar qualquer posicionamento em relação sua participação no conselho, sem que antes tivesse sua aprovação.

Esse relato serve para reforçar a descrição das dificuldades que tive que enfrentar junto a alguns sujeitos quando os solicitei que me falassem formalmente sobre suas impressões em relação à participação social em Eusébio. Tais dificuldades colaboraram ainda mais para potencializar o desafio da construção de afinidades, e ao mesmo tempo, a desconstrução de desconfianças junto aos sujeitos durante a produção de dados na pesquisa. Esta situação exigiu-me muito esforço.

Na AMACAUASSU o critério de escolha utilizado para a realização das entrevistas semi-estruturadas junto aos associados (as) foi a participação. O grupo de associados (as) foi dividido em quatro subgrupos: mais participativos; menos participativos; desistentes e a diretoria executiva.

Após a divisão dos três primeiros subgrupos os sujeitos foram escolhidos aleatoriamente totalizando sete entrevistados. Já com os sujeitos da diretoria executiva, cinco (5) membros, foi realizado o grupo focal. Logo, através das duas estratégias, foram ouvidos doze (12) sujeitos. Ao contrário do que aconteceu no COMDIM, os sujeitos não apresentaram dificuldades para conceder as entrevistas. O fato de não ter realizado um número maior de entrevistas decorre do pouco tempo de estudo do mestrado. Mesmo que entrevistasse todos os sujeitos o tempo não permitiria a análise.

A escolha do grupo focal, como um dos instrumentos para a produção dos dados, justificou-se principalmente por essa técnica permitir, segundo Dias, que se identifique “as percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de um

determinado assunto, produto ou atividade [...] seu propósito é gerar novas ideias ou hipóteses e estimular o pensamento do pesquisador” (DIAS, mimeo, p.3).

Já em relação às observações, essas não se restringiram apenas aos momentos de reuniões do COMDIM e da AMACAUASSU em seus lugares específicos de encontros, pelo contrário, procurei acompanhar os sujeitos envolvidos nas duas experiências, em outras situações relacionadas ao cotidiano da participação em Eusébio em que esses atuaram. Ou seja, presenciei situações de iniciativas de participação popular variadas, em outros locais, como na Câmara de Vereadores; secretarias municipais; reuniões e conferências.

Pude, portanto, observar os momentos de encontros dessas organizações em um sentido amplo – reuniões; audiências públicas; assembleias; momentos de formação e avaliação. Dessa forma pude ter acesso às fontes de dados diretas, que na pesquisa qualitativa é o ambiente natural investigado (Bogdan & Biklen, 1994).

Outra estratégia metodológica utilizada foi a pesquisa documental em jornais locais que circulam em Eusébio: Folha Litorânea; Eusébio - Jornal da Cidade; Voz do Povo; Cidade Luz e o próprio jornal produzido pela Amacauassu, o Amacauassu Notícias. Nesses veículos procurei obter informações principalmente vinculadas à vida política do município e à participação popular. Tais informações foram articuladas ao material obtido em entrevistas, conversas informais e anotações resultantes da pesquisa *in loco*.

Importante observar, ainda, que por mais que durante o trabalho de campo tenham sido utilizados equipamentos de áudio e vídeo para a produção dos dados, foram realizadas a complementação e o aprofundamento das informações através de um contato direto com os sujeitos em seu contexto.

Com essa estratégia pretendi obter mais qualidade na análise dos dados, visto que a possibilidade de uma melhor compreensão das ações analisadas está diretamente relacionada com a observação do ambiente da ocorrência, com o local onde perpassam não somente as relações atuais, como também a contextualização histórica do fenômeno. Pois de acordo com Bogdan & Biklen (1994), o ato, a palavra, ou o gesto, para o investigador que se propõe desenvolver um estudo de abordagem qualitativa, jamais poderá ser desvinculado de seu contexto, sob pena de se perder o significado.

O quarto e último momento do estudo constou da sistematização e análise das entrevistas; das anotações realizadas no diário de campo advindas das observações e

conversas informais; das fotografias; gravações de áudio e vídeo, enfim, de todo o material que a pesquisa tomou como importante para o processo investigativo.

Para além disso, foram necessárias novas consultas à bibliografia sobre a temática, tanto para esclarecimento de algumas dúvidas que pairavam em relação às leituras já realizadas, como também para conhecimento de novas leituras sugeridas pelas professoras que participaram da qualificação do projeto de pesquisa.

Após a sistematização, as informações foram organizadas e analisadas a partir de categorias que foram preconcebidas desde o referencial teórico, e resignificadas a partir do campo empírico de forma dedutiva. Ou seja, a partir de questões particulares até alcançar um raciocínio mais geral. “Procede de baixo para cima” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 50). Ou seja, o “quadro” foi tomando forma no decorrer do processo, à medida que as partes foram sendo encontradas e examinadas.

No decorrer do trabalho, optei por não utilizar o nome dos sujeitos vinculados ao COMDIM, compreendendo que sentir-se-iam mais à vontade para fazer as suas colocações durante a pesquisa. Preferi nomear as conselheiras entrevistadas com as letras do alfabeto, como disposto no texto. A decisão provém da percepção que tive em relação às dificuldades enfrentadas por esses sujeitos investigados em seus contextos de vida. Entretanto, no que concerne às observações feitas em relação aos sujeitos vinculados à diretoria do Conselho e aos componentes da administração municipal, por tratarem-se de ocupações de dimensão pública, não foi possível manter o anonimato.

Quanto aos sujeitos da AMACAUASSU, esses fizeram questão que a pesquisa os revelasse. À medida que eles se mostraram mais seguros para publicizar suas convicções, também me senti mais amparada para aqui torná-los visíveis, e assim poder colaborar com a visibilidade de suas histórias e, ao mesmo tempo, com sua organização coletiva.

A investigação não se remeteu apenas a produzir dados ou provas com o objetivo de confirmar ou informar hipóteses construídas previamente (Bogdan & Biklen, 1994), pelo contrário, as abstrações foram arquitetadas à medida que os dados particulares produzidos foram sendo agrupados.

Com este estudo busco contribuir para o reconhecimento do “homem simples” como produtor de conhecimento. Conhecimento esse que pode ser canalizado para o desenvolvimento de uma nova cultura política no município, principalmente no que se refere à participação social. Tal aspecto faz referência ao que trata Anadón, quando afirma que, à medida que a abordagem qualitativa leva em conta o conhecimento do

sujeito e o reconhece como um produtor de conhecimento, permite que as ciências sociais reencontrem o espaço da “política” na pesquisa (Anadón, 2005, p.8).

A investigação também apresentou alguns traços de um trabalho autobiográfico, à medida que propiciou um mergulho em minhas vivências, inclusive em minha atuação enquanto militante social. Pude, a partir de recordações do tempo vivido, como já fiz menção anteriormente, experimentar o gosto de escrever sobre minha própria prática e refletir sobre ela. Segundo Cavalcante (2008), ao escrever sobre si, o indivíduo estará se compreendendo melhor, tomando consciência de si mesmo, entendendo as decisões que tomou ao longo da vida e os caminhos que seguiu até o momento da escrita, “o que poderá lhe ajudar a fazer melhores escolhas para seu futuro” (Cavalcante, 2008, p.2).

Em síntese, a pesquisa pretendeu se constituir em um processo de aprendizagem coletiva. Essa construção foi pautada por um movimento de ação-reflexão-ação, que objetivou não apenas a produção de um conhecimento teórico, mas de um conhecimento vivo, útil, principalmente para o “homem simples” de meu estudo.

CAPÍTULO I

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: ESPAÇOS, SUJEITOS E PROPOSTA FORMATIVA NO MUNICÍPIO DE EUSÉBIO -CE

2.1 A questão política da participação social no Brasil

Apesar de não termos uma tradição democrática, tão pouco uma gestão coletiva na vida política, visto que a política e a participação social no Brasil foram historicamente alvos de repressão pelas classes dominantes e pelo Estado, a sociedade civil se constitui enquanto espaço de luta por direitos que, mesmo sendo conquistados e inscritos nas letras da lei, através de mobilizações, não são efetivados.

Uma das formas que a sociedade civil encontrou para lutar pela efetivação dos direitos sociais foi organizar-se em movimentos sociais, que para Durham

articulam-se (em diferentes níveis e com uma amplitude diversa) em função de uma ou várias *reivindicações coletivas* que são definidas a partir da percepção de *carências comuns* (que vão desde a ausência de asfalto ao sentimento de um tratamento discriminatório ao nível das relações sociais em seu conjunto). É a carência que define a coletividade possível, dentro da qual se constitui a coletividade efetiva dos participantes envolvidos. (DURHAM, 1984, p. 26).

Nos anos noventa, por exemplo, apesar de todos os dilemas vividos no país, advindos principalmente do governo de Fernando Henrique Cardoso, com a prevalência de orientações políticas neoliberais, encontramos traços de uma tentativa que apontou para a revitalização da sociedade civil no Brasil.

Houve visivelmente um "aumento do associativismo, a emergência de movimentos sociais organizados, a reorganização partidária etc. e a própria democratização do Estado" (Rizek, 2003, p.3). Ainda de acordo com a autora, tais práticas que remontam à "participação", assinalam para possibilidades de "uma atuação conjunta de 'encontros' entre o Estado e a sociedade civil" (Idem).

Contudo, como o universo da participação social no Brasil é muito complexo, multifacetado, de difícil análise, é preciso que cada experiência dita "participativa" seja analisada em sua singularidade, para, a partir daí, conferir se os processos de participação social que ocorrem nesses espaços aproximam-se do conceito de participação preconizado por Gohn (2005), adotado neste estudo:

um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova, ou seja, ela proporciona a mudança e a transformação social (GOHN, 2005, p.30).

É preciso, ainda, perceber se as experiências participativas possibilitam a vivência de uma cultura política que potencializa a transformação da pessoa da dimensão privada para a pública. Ou, dizendo de outro modo, é preciso averiguar se elas possibilitam a construção do “mundo comum”, que é a própria essência da política (ARENDDT, 2000), onde os aprendizados que visam uma nova perspectiva de participação social contribuem para a formação de sujeitos críticos, isto é, de consciência crítica²⁶; ou se nas experiências a vivência política colabora para a manutenção do *status quo*.

A necessidade de se avaliar de perto as iniciativas é justificada pelo fato de nem sempre prevalecer na sociedade brasileira, inclusive nas experiências de participação, a vivência da política, mas a da “polícia”²⁷, que para Rancière (1996) está relacionada às formas de interdição, de impedimento à ação política, visto que na ação “policial” os lugares e/ou posições sociais já estão determinadas, impostas, ou seja, a mulher, por exemplo, deve ocupar-se dos trabalhos domésticos em seu lar, não lhe cabendo a disputa no mercado de trabalho, ou estudo. Já o trabalhador, por sua vez, deve permanecer na fábrica, jamais em outros espaços, como a universidade, por exemplo.

Na atuação “policial” prevalece a combinação das forças tradicionais. Não há nesse sentido uma disputa por outros lugares. Nesse tipo de ação, seus participantes são meros telespectadores, não conseguem impor uma agenda de reivindicações e pautas, sobre as quais, e em torno das quais se desenrola o conflito, que assim como o debate de ideias é imprescindível para a criação de espaços públicos.

Portanto a “polícia” é, antes de mais nada

uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído. É, por exemplo, uma lei de polícia que faz tradicionalmente do lugar de trabalho um espaço privado não regido pelos modos do ver e dizer próprios do que se chama o espaço público, onde o *ter parcela* do trabalhador é estritamente definido pela remuneração de seu trabalho. A polícia não é tanto uma “disciplinarização” dos corpos quanto uma regra de seu aparecer, uma configuração das *ocupações* e das propriedades dos espaços em que essas ocupações são distribuídas (RANCIÈRE, 1996, p. 42).

²⁶ Esta é a minha preocupação central junto às experiências acompanhadas nessa investigação.

²⁷ As aspas no termo “polícia” serão mantidas em virtude do significado aqui trabalhado não ser usual.

Um dos aspectos que mais colaboram para a vivência da “polícia” ao invés da política, no contexto da sociedade brasileira é o autoritarismo social, tão subjacente às relações pessoais e sociais, estruturadas sempre sobre relações hierárquicas de poder entre o superior e o inferior, entre uma pessoa que manda e outra que obedece.

Nossa dificuldade inicia-se no seio da convivência familiar, expande-se nos círculos de amizades, pois nem mesmo nesses espaços a ideia de que somos iguais em direitos prevalece (CHAUÍ, 1994) e culmina na esfera pública, onde deveria acontecer a reclamação da parte dos que não têm parte (RANCIÈRE, 1996), ou seja, a materialização da política.

Essa cultura da “polícia” vivenciada no espaço público também pode ser analisada pelo viés da ressignificação dada ao termo “cidadania” pelo neoliberalismo, que transformou o cidadão tanto em cliente, em consumidor de bens e serviços, como em um vendedor de força de trabalho para o mercado capitalista. “Todo protesto passa então a ser sem sentido e o indivíduo que insiste em sua liberdade de ação torna-se um excêntrico” (Marcuse, Apud Paoli, 2007, p. 243).

Embora a sociedade brasileira seja gerida por um sistema democrático, é nítida a dificuldade em democratizar as instituições que nela convivem (NOGUEIRA, 2001; 2004), o que normalmente prevalece, é a cultura personalista imbricada em suas raízes: “não há cidadãos. Não há portadores de direitos: há “meus” parentes e “meus” amigos, e o “resto” (Chauí, 1994, p. 6). Para os primeiros tudo, para os últimos nada.

O autoritarismo social concebe cada vez mais uma cultura autoritária de exclusão, e que ao mesmo tempo reproduz a desigualdade nas relações sociais. “Sua eliminação constitui um desafio fundamental para a efetiva democratização da sociedade” (Dagnino, 2004, p.105). Faz-se necessário, de acordo com a autora, uma ampliação e aprofundamento da concepção de democracia que considere não apenas o nível institucional formal desse sistema, mas que considere também o conjunto das relações sociais permeada pelo autoritarismo social.

Entendo que, contrariamente ao autoritarismo social que predomina nas relações sociais (CHAUÍ, 1994; DAGNINO, 2004), a construção de uma nova cultura política no Brasil é possível, na medida em que sejam exercidas práticas sociais embasadas na “política do cidadão”, conforme a definiu Nogueira,

[...] concentrada na busca do bem comum, no aproveitamento civilizado do conflito e da diferença, na valorização do diálogo, do consenso e da comunicação, na defesa da crítica e da participação, da transparência e da integridade, numa operação que se volta para uma aposta na inesgotável

capacidade criativa dos homens. É a “política com *muita* política” (NOGUEIRA, 2001, p.58).

À medida que as experiências participativas compactuam com esse pensamento e procuram vivenciá-lo em suas práticas cotidianas, estarão compreendendo a política, do mesmo modo que Arendt (2005), como sinônimo de liberdade. E, mais ainda, estarão agindo conforme o pensamento de Freire (2005), quando nos diz que “a existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa” (Freire, 2005, p. 90), e que por isso existir é pronunciar o mundo, é problematizá-lo.

Inversamente, ao passo que a atuação das experiências participativas for regida pelas regras do silêncio, do personalismo, do autoritarismo social, estaremos perpetuando a cultura da “polícia” e, conseqüentemente, diminuindo cada vez mais as possibilidades de democratização das instituições.

No entanto, sabe-se que nem sempre as práticas sociais que perpassam esses espaços estarão separadas, categorizadas entre o “bem” e o “mal”. Em Eusébio, município investigado, isso não foi diferente. Pelo contrário, a realidade observada exigiu uma análise minuciosa e uma vigilância constante na tentativa de enxergar as entrelinhas, e, principalmente, as interfaces presentes no constate movimento provocado pela atuação das experiências participativas no município, num período tratado por Oliveira (2007), como a “era da indeterminação”.

A dificuldade na análise também se justifica devido à atuação da sociedade civil ser caracterizada como atuação plural, multifacetada e heterogênea, conforme destacou Telles (2004). Contudo, ainda de acordo com a autora, tem-se um norte na difícil missão de caracterizar as experiências como espaços públicos ou não. Para ela, a construção de espaços públicos exige a expressão das diferenças, e ao mesmo tempo da constituição de possibilidades de negociação. Nesse sentido devem constituir-se em,

[...] espaços nos quais valores circulam, argumentos se articulam e opiniões se formam; e nos quais, sobretudo, a dimensão ética da vida social pode se constituir em uma moralidade pública através da convivência democrática com as diferenças e os conflitos que elas carregam e que exigem, por isso mesmo, de cada um, a cada momento, o exercício dessa capacidade propriamente moral de discernimento entre o justo e o injusto, cuja medida, por ser desprovida de garantias e pontos fixos, ainda mais neste final de século que fez desmoronar antigas certezas, só pode ser construída através de uma permanente e sempre renovada interlocução (TELLES, 2004, p.92).

Baseada nas contribuições dos autores aqui citados, que lidam com as questões da participação social e temas afins, e de outros que aparecerão no decorrer do texto,

aceitei o desafio de analisar o quadro de participação social em Eusébio, mais precisamente duas experiências participativas, o que passarei a contextualizar nos próximos tópicos desse capítulo.

2.2 Espaços de participação social no Brasil: as Organizações Não Governamentais (ONGs) e os Conselhos Gestores de Política Pública.

Atualmente, é consenso entre muitos autores a imprecisão de dados sobre o número de Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam no Brasil, pois nem sempre as pesquisas conseguem dar conta da heterogeneidade e complexidade presentes no amplo universo do associativismo brasileiro.

Dados de uma pesquisa em 2005 sobre as Fundações e Associações Privadas Sem Fins Lucrativos no Brasil, investigação desenvolvida a partir da parceria entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômicas e Aplicadas (IPEA), a Associação Brasileira de ONGs (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) revelaram a existência de cerca de 338 mil organizações sem fins lucrativos no Brasil.

A pesquisa, realizada com base nas informações do Cadastro de Empresas (CEMPRE) de 2005, organizou o universo das instituições em cinco categorias: “1. são privadas, não integram o aparelho do Estado; 2. não distribuem eventuais excedentes; 3. são voluntárias; 4. possuem capacidade de autogestão; e, 5. são institucionalizadas” (ABONG, 2009).

Em nível nacional o surgimento desse tipo de organização, deu-se no período militar, revelando assim a situação contraditória vivida à época pela sociedade brasileira, entre o autoritarismo e a violência do regime e o processo de modernização que acontecia paralelamente. As ONGs constituíam, por muitas vezes, espaços de atuação política e abrigo para militantes políticos de partidos clandestinos, proibidos pelo regime autoritário.

Até meados dos anos 90 as ONGs eram organizações pouco conhecidas no país. De uma forma geral, elas faziam parte apenas do universo dos movimentos sociais, que em muitos casos se constituíam como seu público-alvo; e das universidades, ainda assim, despertando pouco interesse de pesquisas na área (FIEGE, 2003).

No Brasil, registra-se os anos 1990 como sendo o *boom* das ONGs no país, enquanto que, no Ceará, continuávamos com um número ainda muito reduzido. Segundo Fiege, na metade dos anos 1980, no estado do Ceará apresentavam-se apenas

algumas ONGs de grande porte, como: “ESPLAR, FASE, Cetra, e entidades da igreja e outras de natureza mais assistenciais no campo da criança (Fundo Cristão para Crianças)” (Fiege, 2003, p. 28).

Para Landim, a visibilidade do nome “ONG”, foi produzida no decorrer dos anos 1980, através do investimento “na afirmação de uma identidade comum e na produção de concepções, práticas e instâncias específicas de legitimidade por parte de um conjunto de agentes e organizações preexistentes, nascidas no pós-64 e voltadas para uma atuação politizada, nas bases da sociedade” (Landim, 2003, p.107). Destaca ainda a polissemia que a expressão encerra e percebe que, desde o início dos anos 2000, o termo vem acumulando expressiva diluição do seu significado original.

A Carta Constitucional, dentre outros avanços no campo democrático, reconheceu outras atribuições às associações civis, que não somente a filantropia. O texto constitucional incentiva o protagonismo da sociedade civil, principalmente no que diz respeito ao controle social junto às políticas públicas, através dos mecanismos institucionais de participação popular, como os Conselhos e as Conferências de Políticas Públicas em todos os níveis da federação (CICONELLO, 2006).

Os conselhos gestores de políticas públicas são justamente fruto desse intenso processo pela abertura política e redemocratização do Estado brasileiro acontecido nos anos 1980, e têm na Constituição Federal de 1988 seu embrião.

Inicialmente eles foram pensados para se constituírem como “espaços institucionais de participação cidadã legalmente constituídos, nos quais Estado e sociedade civil devem tomar decisões conjuntas sobre os rumos das mais diferentes políticas públicas” (Teixeira, 2008, p.1).

Segundo Teixeira (2008) não há dados precisos e atualizados sobre a quantidade total de conselhos existentes no Brasil. Todavia, ainda de acordo com a autora, o IBGE apontava, em 1999, a existência de 23.987 conselhos municipais vinculados a políticas sociais.

Pelos números acima é possível pensar que atualmente os municípios, Brasil afora, vivenciam o fenômeno da “febre conselhistas” (Teixeira, s/d, p.9), iniciado a partir da criação dos conselhos gestores de políticas públicas. Por muitas vezes eles são formados apenas para atender a uma condição meramente formal e de interesse financeiro, já que em algumas políticas sociais sua existência é condição para o recebimento ou cancelamento do financiamento para a execução da política no

município. Tal exigência compreende regras, prazos, composição pré-definida a ser seguida, e a discussão e mobilização da sociedade fica comprometida.

Os conselhos, ao contrário do que se possa pensar, não é uma invenção contemporânea. De acordo com Gohn (s/d) sua existência em Portugal, nosso colonizador, data do século XII e XV, quando o país fez uso desses instrumentos para organizar político-administrativamente suas colônias.

Entretanto, os conselhos de que se têm mais registro na história foram a Comuna de Paris; os conselhos dos *Soviets* russos e os conselhos operários da Alemanha e Itália. Para Teixeira (s/d) todos eles representavam tentativas de construção de um poder autogerido, base para a instituição de um novo modelo de estado.

No Brasil, ainda segundo Gohn, tivemos ao longo das últimas décadas diversas experiências “conselhistas”. Foram elas: os conselhos comunitários (anos 70); os conselhos populares (final dos anos 70 e parte dos 80) e os conselhos gestores institucionalizados (anos 90). Esses últimos com uma estrutura diferenciada dos conselhos “notáveis”, como é o caso dos Conselhos Estaduais de Educação, que possui composição elitista, ou seja, é exigido dos (as) conselheiros (as) um alto nível de escolarização, muitas vezes inviável, ou mesmo impossível ao homem simples.

Em seguida, após breve contextualização do quadro da participação social em Eusébio, passarei a apresentar especificamente as duas experiências selecionadas para a observação participante, um conselho de política pública e uma associação de moradores, presentes no município.

2.3 A participação social em Eusébio - espaços, sujeitos e proposta formativa.

Eusébio, município escolhido para a realização deste estudo reside, segundo o censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 46.033 habitantes. Limita-se com Fortaleza ao norte e oeste; ao sul e leste com Aquiraz e ainda a oeste com Itaitinga.

A situação privilegiada pela sua proximidade com a Capital atrai o interesse imobiliário para a construção, principalmente, de grandes condomínios, empresas e indústrias. Entretanto, apesar da “invasão” imobiliária, Eusébio ainda apresenta-se com ares de uma cidade interiorana, tomada ainda por uma grande quantidade de sítios.

Economicamente o município destaca-se devido, principalmente, ao fato de ter apresentado em 2008, dentre os municípios cearenses, o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita, ou seja, R\$ 23.205,00, juntamente com os municípios de Horizonte (R\$ 15.947,00) e Maracanaú (R\$ 15.620,00), segundo a última atualização desse índice divulgada pelo IBGE (LEP/UFC, 2011).

Quanto à organização e participação social, no decorrer da pesquisa percebi o quanto a sociedade civil demonstra fragilidade tanto na ocupação das associações, dos sindicatos como nos dos conselhos. Esse fato só contribui para que cada vez fique mais claro que por ter a emancipação de Eusébio se dado através de um plebiscito, esse não ocorreu por força da organização e mobilização da sociedade civil organizada, mas por forças e interesses político-partidários, como fiz menção na introdução deste trabalho.

Há uma ausência de criticidade nos sujeitos, inclusive nos servidores públicos, que por mais que reclamem aos quatro cantos da cidade em relação à questão salarial, plano de carreiras, e outros pontos, não se organizam para juntar forças e reivindicar melhorias. Prova disso é que desde sua emancipação até a realização deste estudo, nunca se noticiou uma greve em Eusébio, tanto de servidores públicos municipais como empregados das empresas privadas.

Em conversa com uma das dirigentes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, ela desabafou,

É, a gente também sofre com a falta de conscientização tanto do professor como da professora. Porque a gente percebe que a categoria ainda não despertou para o real sentido do sindicato (...) e esses que reclamam são os que não vão para a assembleia. Entendeu? Que são filiados mais não participam da assembleia. E outra coisa, a gente tem dificuldade, porque os próprios diretores, não a maioria, porque tem diretores que colaboram. Mais a maioria, de 80% a 90%, não liberam o servidor pra ir para a assembleia. E o servidor que já tem aquela, digamos assim, aquele... sei lá ... Uma coisa da escravidão, sei lá. Não sei nem explicar. Aí tem medo de ir. Tem medo de chegar para o diretor e dizer: é a assembleia da minha categoria, é do meu interesse, me desculpe mas eu vou (Dirigente A).

Em documento elaborado pela Coordenadoria de Articulação Comunitária da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social de Eusébio, ao qual a pesquisa teve acesso, consta o cadastro de trinta e uma (31) entidades da sociedade civil. Desse total, a grande maioria é de associação de moradores, cerca de treze (13) delas; dois sindicatos - o dos trabalhadores rurais e o dos servidores públicos do município - e algumas associações de categorias, como a de vendedores ambulantes, dos artesãos, e de pais e amigos dos excepcionais.

Um fato chamou minha atenção ao analisar o documento. Apenas duas das associações de moradores cadastradas faziam menção, no campo “objetivo institucional”, à questão da organização de seus moradores, e conseqüentemente, da reivindicação de direitos sociais. Há uma prevalência de referências a “atividades de orientação e apoio às famílias”; e “cursos para crianças e adolescentes”.

Através dos contatos que mantive durante a pesquisa com alguns sujeitos que participam de associações de moradores, institutos, conselhos, ou seja, de ONGs que compõem os Conselhos de Políticas Públicas de Eusébio, e mesmo das visitas a algumas delas, entendi o porquê daquelas referências. As entidades, em sua grande maioria, e dentre elas, principalmente, as associações de moradores, só existiam no papel, legalmente, e quando realizavam alguma atividade, essas estavam mais próximas da tônica assistencialista do que politizadora das questões sociais.

Enquanto seus dados cadastrais, como por exemplo, o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), encontravam-se regularizados diante de órgãos públicos, como a Receita Federal do Brasil, e assim podiam concorrer às vagas nos conselhos, seus componentes passavam meses e até anos sem realizar uma reunião sequer com o corpo de associados (as). Efetivamente elas encontram-se desativadas, sem nenhuma atividade de cunho político entre seus pares.

Ocorre que elas, em sua maioria, foram criadas sem um debate político que antecederesse o período de suas fundações, e assim nasceram de interesses particulares, na maioria das vezes interesses de cunho partidário, como afirma uma das entrevistadas: “foram criadas (referindo-se as associações de moradores de Eusébio) alguns anos atrás por conta de vereadores, então tem um vínculo muito forte” (Conselheira D). Daí apenas duas entidades fazerem menção, nem que apenas no papel, à questão da organização social.

Em Eusébio as associações normalmente costumam ser conhecidas pelo nome do seu presidente: “Associação do Sr. Wilson”, “Associação da D.Lúcia”, por exemplo. A vinculação do nome do presidente ao nome da instituição não é por acaso. A estratégia reflete as relações de posse e de poder, tão presentes entre as instituições no município.

Com a vinculação do nome do dirigente à instituição é bem mais fácil para os funcionários públicos que estão à frente dos serviços públicos, vetarem ou aprovarem a solicitação feita pelas entidades civis. Através do nome é possível, de imediato, realizar a seguinte categorização: “oposição” e “situação”.

Tal fato foi constatado durante a pesquisa, quando membros da AMACAUASSU me narraram que ao chegar a alguns prédios públicos para realizarem solicitações, participar de reuniões ou, simplesmente, para entregarem o informativo que produzem mensalmente, o AMACAUASSU NOTÍCIAS, eram reconhecidos como: “o pessoal da associação da oposição”. Esta era e é atualmente a marca registrada desses membros e de qualquer outra pessoa ou instituição que exerça algum tipo de crítica em relação a qualquer serviço público executado pela gestão municipal.

Outro fato que tive conhecimento e que aqui pode ser usado também para exemplificar que de fato existe essa categorização, foi que certa feita, uma das funcionárias do alto escalão da Secretaria de Educação aceitou ser fotografada ao lado de duas associadas da AMACAUASSU para uma matéria referente ao Conselho de Educação, em que ambas faziam parte. A funcionária informalmente confessou para as duas associadas que assim que a matéria veio a público, outras pessoas que trabalhavam com ela naquela secretaria chamaram-lhe a atenção: “o que você quer tirando foto com aquele povo da oposição?”

Quanto à participação junto aos conselhos, encontrei em Eusébio alguns sintomas da “febre conselhistas”, como descrita por Teixeira (s/d), realidade presente no contexto de vários municípios brasileiros, como narrado em tópico anterior.

A pesquisa localizou vários conselhos, muitos deles criados com pouca ou nenhuma discussão política junto à sociedade civil, acarretando grandes problemas para sua efetivação e mesmo para a sua sobrevivência. Foram eles: Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA); Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS); Conselho Tutelar de Eusébio; Conselho Municipal do Idoso (CMDI); Conselho Municipal de Educação; Conselho Municipal de Política Sobre Drogas do Município de Eusébio (COMAD); Conselho Municipal de Cultura de Eusébio (COMCULT); Conselho Municipal de Esporte de Eusébio (COMESPORTE); Conselho Comunitário de Segurança do Município de Eusébio (CONSEGURANÇA – EUSÉBIO); Conselho de Saúde; Conselho de Habitação; Conselho do Meio Ambiente e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Eusébio (COMDIM).

Há uma exagerada repetição nas representações. As mesmas pessoas estão “presentes” em vários conselhos. Elas representam suas instituições ao mesmo tempo, ou melhor, no mesmo mandato, em vários espaços tornando-se humanamente impossível realizar uma atuação qualificada em todos eles, devido à falta de tempo,

disponibilidade, e mesmo qualificação nas várias temáticas, já que dessa forma não é possível um aprofundamento.

Tais questões serão aprofundadas ao longo do capítulo IV, onde tratarei de analisar se o que vem acontecendo nos conselhos, e aqui especificamente no COMDIM, e na AMACAUASSU, caracteriza ou não a existência de um espaço público, e se esse espaço propicia a participação.

Nos próximos tópicos será realizada a caracterização socioeconômica dos atores sociais integrantes desses espaços, bem como a identificação das propostas que orientam a formação de seus sujeitos presentes em seus documentos.

2.3. 1 Associação dos Moradores e Amigos do Cauassu (AMACAUASSU): a sociedade civil em busca da participação.

"Um sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas um sonho que se sonha junto é realidade." Raul Seixas.



De uma forma geral as associações são sociedades de pessoas sem fins lucrativos e podem ser constituídas a partir da união de duas pessoas. Suas principais

finalidades junto a seus associados são: representar e defender seus interesses; estimular a melhoria técnica, profissional e social do seu quadro de associados e realizar iniciativas de promoção, educação e assistência social.

Sua base legal encontra-se amparada no que preconiza a Constituição Federal em seu artigo quinto (5º), incisos XVII a XXI do capítulo destinado aos direitos e deveres individuais e coletivos, e no segundo parágrafo do artigo 174: “A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo” (Brasil, 2004, p. 108), bem como no Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, mais especificamente no segundo capítulo do Título II: Das Pessoas Jurídicas.

Já em relação ao procedimento de legalização, das associações, estas devem cumprir uma série de procedimentos, quais sejam,

Aprovação do estatuto em assembléia geral pelos associados. Eleição da diretoria e do conselho fiscal. Elaboração da ata de constituição. Registro do estatuto e da ata de constituição no cartório de registro de pessoas jurídicas da comarca. CNPJ na Receita Federal. Registro no INSS e no Ministério do Trabalho (Veiga & Rech, 2001, p.39).

A AMACAUASSU, um dos espaços acompanhados pela investigação, é uma dessas entidades civis com personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos. A Associação tem sua sede social localizada de forma provisória na Rua Talita Araújo s/n, no bairro do Cauassu, no município de Eusébio-CE.

Sua fundação é datada em 13/03/1987, três meses antes da publicação no diário oficial da emancipação de Eusébio. Emancipação que se deu por força do plebiscito ocorrido em novembro de 1986.

Desde sua fundação, até o seu processo de reativação, período contemplado por este estudo, a Associação teve a sua frente apenas uma única pessoa lhe representando enquanto presidenta. Tal contexto, a meu ver, dificultou o processo de democratização da instituição.

Tal hipótese foi confirmada por informações de uma entrevista com um dos sócios fundadores da instituição, pois ao ser indagado sobre o funcionamento da instituição e de como se davam as reuniões à época de sua fundação, ele respondeu não ter recordação de que havia reuniões e muito menos de como se tornou um sócio-fundador da AMACAUASSU.

A conversa que mantive com o sócio fez reacender em mim algumas dúvidas em relação aos procedimentos realizados pela presidenta, no que diz respeito à ausência de

substitutos ao cargo que ocupou na AMACAUASSU durante 22 anos (1987-2009); como também dúvidas relacionadas aos reais objetivos da instituição até sua reativação.

ELIÁBIA: Sr. Zé, como era esta Associação quando a D. Lúcia era a presidenta? Tinha reunião, não tinha? O senhor ia? Como foi que o senhor entrou nela pela primeira vez, quando o comando era da Lúcia “do César”?

JOSÉ LEMOS: eu não me lembro. Eu não me lembro de ter ido para uma reunião com ela, nunca.

ELIÁBIA: O senhor não dá conta de nada, como sócio fundador?

JOSÉ LEMOS: Eu não me lembro é de nada dessa época. Não tenho recordação de ter ido reunião com ela e nem de ter votado nela para presidente. Eu não tenho lembrança é de jeito nenhum.

ELIÁBIA: A gente localizou o senhor como um dos sócios-fundadores da Associação, quando tivemos acesso aos documentos, quando nós procuramos reativar a Associação. Quando com muito custo conseguimos tirar das mãos da D. Lúcia os documentos, como a ata de eleição, etc. Aí foi que nós fomos procurar o senhor para junto conosco reativarmos a Associação, já que o senhor tinha força, afinal era um sócio fundador. O senhor tem recordação dela fazer reunião, eleição?

JOSÉ LEMOS: Não tenho não.

ELIÁBIA: Sabe me contar como é que seu nome chegou lá?

JOSÉ LEMOS: Não sei não.

Conversas informais com moradores do Cauassu e associados que chegaram a participar da AMACAUASSU durante esse período revelaram que as atividades da Associação costumavam se intensificar apenas durante as campanhas eleitorais, com destaque especial para a época da eleição para prefeito do município.

Uma das associadas narra que até o “sopão” que era financiado por algumas empresas e moradores, e que era preparado e oferecido por ela em sua casa para a população, inclusive para as crianças, chegou a ser retirado de sua residência durante uma das campanhas eleitorais. O motivo era simples, ela não concordava com a aliança que a então presidenta havia feito com um dos candidatos: usar a sopa para fazer campanha eleitoral.

Esse episódio, somado a tantos outros, como por exemplo, o fato da opinião dos demais associados não ser levada em consideração pela dirigente, fizeram com que os associados desistissem do trabalho junto à Associação, e o mais grave, que a comunidade não acreditasse no trabalho da instituição como um todo.

Eu entrei imaginando uma coisa. Imaginei exatamente o que está acontecendo nessa, né, e na realidade não era. Era outra coisa. Eu entrei ela estava desativada, né? Tinha uma presidente a não sei quanto tempo, e ela quis reativar essa Associação, dizendo ela que pra ajudar a comunidade, para trazer benefícios para a comunidade. Então eu embarquei nessa com ela achando que realmente era pra isso. Só que a partir do momento em que eu comecei a participar de tudo juntamente com ela, eu percebi que a questão era só política, e como dizem, a política partidária. E aí que eu vi que não era o eu queria, não era o que eu esperava, então eu preferi sair, deixei pra lá, e só voltando agora, quando se encontra um grupo de pessoas de

responsabilidade, que realmente está numa associação que está reativada para a comunidade, para lutar pelas melhorias da comunidade, e não para lutar só pensando em política partidária, que era isso o que acontecia antes. Por isso que na época eu deixei essa associação, e hoje estou de volta exatamente porque agora tem um grupo de pessoas responsáveis (Marileuda).

Quanto ao processo de reativação da Associação, este nasceu da intercessão de dois aspectos. O primeiro está relacionado com a minha inquietação enquanto estudante de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará cursando a disciplina de Educação e Movimentos Sociais com a professora Sônia Pereira, hoje orientadora desse estudo; interessava-me em conhecer quais tipos de organização da sociedade civil existiam em Eusébio, e mais precisamente em minha comunidade, o Cauassu.

O segundo aspecto está relacionado com a questão da insatisfação da comunidade com a segurança pública. Naquele momento a comunidade atravessava uma situação muito difícil e inédita, sobretudo após o assassinato de um de seus filhos queridos, o jovem Evandro, na tarde chorosa de 06 de janeiro de 2009.

A sensação de insegurança aliada ao clamor vivenciado pela comunidade devido a morte covarde e violenta ocorrida, foram referência para que se desencadeasse todo um processo de organização social pela efetivação dos direitos sociais no bairro. Em meio a um clima de dor, revolta, busca de justiça e ausência de direitos, foi organizado por um grupo de pessoas, ainda intitulado como “o povo da Igreja”, um abaixo-assinado dirigido às autoridades locais, exigindo segurança pública no município. Em relação ao apanhado das assinaturas, contou-se com a colaboração de vários moradores, especialmente com a do Sr. João Batista, um dos integrantes daquele grupo e hoje um dos conselheiros fiscais da Associação.

Na noite de 30 de março desse mesmo ano, devido à mobilização do abaixo-assinado, a Igreja Nossa Senhora de Fátima abrigou o então “grupo” para uma reunião com o prefeito e o presidente da Câmara de vereadores de Eusébio, que receberam das mãos daquelas pessoas as reivindicações da comunidade.

Em conversas informais que mantive com os associados que lideraram o processo de reativação, eles reconheceram, assim como eu, que esse fora o divisor de águas na história da Associação. Segundo eles, nesse momento foi dado o primeiro passo para a constituição do que a AMACAUASSU é hoje.

A partir de então, pessoas de vários cultos que já trabalhavam pela comunidade através da esfera religiosa, passaram a se encontrar semanalmente para debater sobre as demandas do Cauassu, só que agora sob um enfoque mais voltado para o social; e, já em

primeiro de junho de 2009, todos juntos, participaram de uma Audiência Pública sobre Segurança Pública na Câmara de Vereadores de Eusébio. No mesmo mês, dia 22, em outra reunião com o prefeito municipal, a comunidade recebeu dele a proposta de se criar no Cauassu o Conselho Comunitário de Segurança.

“O grupo”, como fora apelidado, deu continuidade aos encontros semanais, objetivando formar o Conselho e, mesmo sem instituí-lo realizou, organizados em equipes, vários feitos na comunidade, dentre eles: o diagnóstico sobre a iluminação pública e outras questões que necessitavam ser reparadas.

Eles passaram então a convocar reuniões com as autoridades públicas responsáveis por segurança, saúde, obras, enfim. Iniciava-se ali uma nova postura no Cauassu: pautar as demandas sociais no espaço público, com a comunidade de uma forma geral, pois durante muito tempo essas questões eram tratadas apenas entre os cabos eleitorais e governantes, de forma privada, apenas com o intuito de promoção político-partidária.

Contudo, após testemunhar o desinteresse dos representantes governamentais em fazer parte do Conselho de Segurança proposto pelo prefeito, o “grupo” resolveu não assumir funções na diretoria executiva do Conselho, mas apenas acompanhar suas ações. Recordo-me bem naquela ocasião das palavras firmes proferidas pelo Sr. Sérgio Gomes, um dos integrantes do “grupo”: “Vamos continuar nos encontrando também independente do Conselho, e ver quem aguenta. Só vai ficar quem quiser alguma coisa séria, quem tiver coragem de trabalhar pela comunidade [...]”.

As reflexões que o grupo vinha fazendo em relação ao trabalho comunitário levaram-o a discutir e ao mesmo tempo começar a construir outro tipo de organização. Organização esta em que todas as pessoas que dela participasse aderissem à causa por vontade própria. Que frequentassem as reuniões porque realmente tivessem o interesse em está ali, com paixão, com desejo, assim como nós, os do “grupo”.

Não interessava ao “grupo” participações obrigadas, impostas, “cara feia”, como as que eram encontradas nos encontros do Conselho de Segurança Comunitário, onde a insatisfação dos participantes que representavam os órgãos da gestão municipal era nítida.

O “grupo” tinha até aquele momento duas opções: criar uma nova associação ou reativar a que já existia. Em assembleia, ocorrida a céu aberto na “pracinha” do Cauassu, local em que costumavam se reunir, a opção escolhida foi reativar a associação que já existia, mesmo que apenas de forma legal desde 1987.

A opção em reativá-la se deu porque “o grupo” chegou à conclusão que seria interessante continuar escrevendo a história da primeira associação do bairro, mesmo que o interesse fosse de escrever uma história bem diferente da que fora construída até aquele momento.

Optou-se pela sigla AMACAUASSU, não por acaso, mas porque realmente amamos o lugar onde nascemos; ali estudamos (primeiramente com nossas alfabetizadoras nos alpendres das casas, depois no Grupo São Miguel, e mais adiante na Escola São Miguel, São Raimundo e Creche Valdemar Pereira), trabalhamos, construímos nossas famílias.

O processo de reativação contou ainda com a assessoria direta do coordenador de Articulação Comunitária da Secretaria de Ação Social, o Sr. Armando Bandeira. Sob sua orientação, o “grupo” convocou, através de um abaixo-assinado, uma Assembleia Geral para 23 de novembro de 2009 com a seguinte pauta: apresentação da situação administrativa e financeira da entidade; apresentação e discussão do Estatuto da Associação, adequando-o ao novo Código Civil Brasileiro; convocação de eleição para a Diretoria (biênio 2010/2011), e constituição da Comissão Eleitoral responsável pela eleição. Ainda nesta Assembleia, de acordo com sua ata, foi alterado e votado o estatuto da instituição,

Para que não restassem dúvidas quanto ao que de fato consta no novo estatuto, foi feita a leitura integral do documento. Foi questionado se ainda haveria algum ponto a ser discutido e se alguma mudança a ser sugerida e votada, como não houve manifestações, o novo Estatuto da Associação de Moradores e Amigos do Cauassu - AMACAUASSU foi oficialmente aprovado e assinado por todos os presentes (AMACAUASSU, 2009, p. 2).

Após a reativação, durante o seu primeiro ano de vida, a AMACAUASSU realizou vários feitos: elaboração em grupo do regimento e atualização do estatuto; eleição para uma nova diretoria e conselho fiscal; através de eventos culturais arrecadaram-se fundos para liquidar as dívidas herdadas da antiga diretoria. Foram realizados eventos, cursos, debates, movimentos os mais variados: I e II Festival Cultural (setembro/2009 e julho/2010); I AMAMULHER (março/2010); I AMAMELHOR (setembro/2010); Curso de Português (abril a junho/2010); formação sobre a temática das Drogas, em parceria com o Conselho Municipal de Política Sobre Drogas do Município de Eusébio (COMAD) em julho/2010; movimento pela reativação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na comunidade (cadastro domiciliar de alunos para Brasil Alfabetizado; EJA Fundamental e Tempo de Avançar do Ensino Médio, o

TAM); formação de grupos de trabalhos segundo temáticas – educação, saúde, esporte, trabalho, etc; desenvolvimento do Projeto “No Ritmo da Qualidade de Vida” com aulas gratuitas de capoeira e dança de salão; atuação, juntamente com a Gestão Municipal, em vários Conselhos de Políticas Públicas: Droga; Educação e Mulher.

Para além dessas ações foi também criado um canal de comunicação com a comunidade e de forma geral, com o município de Eusébio, o AMACAUASSU NOTÍCIAS. O informativo de distribuição gratuita mensal traz em sua estrutura a coluna “Fala Cidadão”, espaço aberto exclusivamente para receber da população, reivindicações, elogios, notícias, enfim.

O jornal é usado pela Associação como um instrumento de formação em seu sentido mais amplo, objetiva o letramento dos (as) associados (as), incentivando a leitura e escrita cotidiana deles (as), inclusive estimulando-os (as) a publicar suas produções textuais no informativo.

O Amacauassu Notícias também tem como objetivo monitorar a realização das promessas feitas pela gestão municipal à comunidade, principalmente no que diz respeito as duas grandes obras, tão esperadas pelo povo do Cauassu: a praça e a creche. A cobrança pela efetivação dessas duas obras foi realizada sistematicamente no informativo, como nessa edição, por exemplo,

Mais um dezembro se passou e a promessa feita pelo nosso atual prefeito de nada valeu, nossa praça continua com buracos, matos e nenhum banco. Esse é o atual estado de nossa pracinha, pois até hoje nenhuma reforma foi feita. A creche é outra obra que não passa de promessa, desta não temos nem sequer notícia. O que vemos é que falar é bem diferente de fazer, e este é um caso claro, pois a sete anos ouvimos falar em reforma de praça e construção de creche, mas nada foi feito. O engraçado é que das 40 promessas da atual gestão duas eram para o Cauassu e estas não passam de promessas. A comunidade e a AMACAUASSU aguardam ansiosamente por posicionamento real da gestão municipal em relação a estas promessas a muito tempo feitas (DEZEMBRO..., 2012, p.1).

A criação desse veículo de comunicação, e demais ações, como por exemplo, as oficinas de formação que foram realizadas, demonstram o quanto a instituição vem esforçando-se para consolidar o que preconiza seu estatuto e regimento, respectivamente, em relação à formação de seus sócios e sócias

Art. 2º - A Associação tem por finalidade o desenvolvimento social, econômico e sustentável da comunidade do bairro do Cauassu, procurando atingir seus objetivos através de:
(...)

II – Criação e organização de grupos para o trabalho; no município de Eusébio, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de seus associados;

III – Promover atividades que visem divulgar informações úteis sobre gestão, comercialização, formação de preços, economia, saúde, educação, habitação e urbanismo, segurança pública, lazer e outros, através de cursos, palestras, oficinas, atividades artísticas, culturais, esportivas e recreativas, com finalidade de contribuir para o crescimento da cidadania dos associados;

IV – Promover pesquisas sobre os reais problemas da comunidade e elaborar planos de ação que venham a contribuir para diminuir seus efeitos;

V – Apoiar e desenvolver Programas e Projetos de desenvolvimento local no combate à pobreza, geração de emprego e renda, administrar fundos de crédito e outras operações financeiras, possibilitando o desenvolvimento social dos associados e sua integração plena à vida comunitária;

(...)

VII – Reivindicar junto aos poderes públicos a execução de medidas que assegurem à comunidade local a satisfação de suas necessidades básicas e melhoria de suas condições de vida;

IX – Participar de cursos de capacitação, encontros e outros eventos que possibilitem a melhoria das ações desenvolvidas;

X – Produzir e publicar material didático e pedagógico (AMACAUASSU, 2010a, p. 1).

Seu objetivo é trabalhar pelo bem da comunidade, verificando quais suas maiores dificuldades e necessidades, sejam elas estruturais ou não, auxiliando no processo de educação para formar cidadãos críticos que cumpram seus deveres e exijam seus direitos junto ao poder público (AMACAUASSU, 2010b, p. 1).

Em relação ao espaço físico utilizado pela instituição para realização de seus encontros e movimentos, a AMACAUASSU funcionou em vários locais e atualmente conta com o espaço exclusivo para suas atividades. Inicialmente os encontros aconteceram na Igreja Nossa Senhora de Fátima, depois na “Praça” Nossa Senhora de Fátima; Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental São Miguel; residências dos associados, e só a partir de Janeiro de 2011, passou a funcionar em uma sede alugada, custeada pelos associados através de suas contribuições mensais, e outras estratégias de arrecadação de fundos, como o brechó de artigos e roupas usadas.

Atualmente, pós-reativação, quando os sócios (as) são indagados (as) sobre o patrimônio da instituição, seus bens, quem a patrocina, eles (as) são unânimes em reconhecer que a Associação tem em seus sócios (as), homens e mulheres simples sua maior riqueza, e que, o maior patrocinador de seus eventos, e por muitas vezes o único, resume-se ao grupo de associados (as).

Hoje a Associação conta com o número de mais ou menos 50 associados, dos quais 45 permanecem constantemente ativos diante dos compromissos e das atividades

por ela realizadas. Dentre estes há prevalência do sexo feminino, contando com cerca de 30 mulheres em seu quadro de sócios (as).

Os dados obtidos através de um questionário, que foi respondido por 45 pessoas, permitiram-me traçar o perfil socioeconômico desses sócios. De acordo com as informações, trata-se de um grupo eminentemente religioso e de maioria católica (86,67%). Esse dado só reafirma uma das questões que constatei durante a observação participante: as ações da Associação sempre foram submetidas ao calendário de atividades da Igreja Nossa Senhora de Fátima, ou seja, a preferência era dada às atividades religiosas, ficando as atividades de outra natureza, como as da Associação, relegadas ao segundo plano.

Quanto ao estado civil, os associados (as), em sua maioria são casados (as), (57,78%), apenas 12 deles (as), (26,67%) continuam solteiros. Já em relação à cor, definem-se: pardos (57,78%); pretos (20%); brancos (15,56%) e amarelos (6,67%).

A escolaridade dos associados (as) varia entre o ensino fundamental incompleto (28,89%) e a pós-graduação (2,22%), havendo uma concentração maior no número de associados (as) com o ensino médio completo (40%) e com os estudos cursados somente em escola pública (77,78%).

Quanto à ocupação, estão centrados em dois pólos: trabalhador (a) contratado (a) com carteira de trabalho assinada e trabalhador (a) autônomo (a). No que se refere à renda mensal, 31,11% recebe um salário mínimo. O mesmo percentual correspondente ao número de associados (as) que ganham de um até dois salários mínimos.

A participação dos associados e associadas na vida econômica de suas famílias é decisiva: 26,67% trabalha e é responsável pelo próprio sustento, e contribui parcialmente para o sustento de outras pessoas, e 33,33% trabalha e é o principal responsável pelo sustento da família.

Dentre as profissões encontram-se as mais variadas: artesãs; cozinheiras; vendedor de leite; vendedoras de cosméticos e confecção; dançarinos; marceneiros; pedreiros; professoras; metalúrgica; agricultores; taxista; esteticista; do lar; secretárias; agente de saúde; comerciários e outras. Todos (as) afirmaram que, além das tarefas que visam o seu próprio sustento e o sustento de sua família, dedicam-se ao seu modo e ao seu tempo a alguma atividade proporcionada pela Associação.

É visível nos (as) associados (as) a preocupação com suas necessidades básicas e de seus familiares. Preocupam-se, sobretudo, em terem diariamente o pão de cada dia

em suas mesas e a moradia para o descanso depois de um dia de trabalho e de atividades que desenvolvem na comunidade.

A moradia é uma preocupação central dos (as) sócios (as), tanto que 42 deles (as) afirmaram já possuir moradia própria, ou seja, 93,33% dos (as) 45 que responderam ao questionário socioeconômico.

Os eventos, encontros ou uma simples reunião da diretoria são sempre regados com uma diversidade de alimentos²⁸: tapioca; macaxeira; chás (muitas vezes feitos com as plantas medicinais do projeto “Resgatando o valor das plantas medicinais”, desenvolvido por um dos grupos de trabalho); bolos e muitas frutas, inclusive a melancia, que costuma ser doada por um dos associados, o Sr. Edson. Já durante os eventos especiais, como o aniversário de reativação e as festas de final de ano, costuma-se realizar um jantar partilhado. Antecipadamente cada associado (a) define o “prato” que levará. As iguarias variam entre: galinha caipira; peixada; feijão verde; macarronada; baião de dois; paçoca, salada de frutas e verduras. Cada um leva para a partilha o que de melhor sabe fazer em sua cozinha.



²⁸ Inicialmente a Associação utilizava em seus eventos e encontros alimentos como refrigerantes e salgados. Durante a reunião de organização para determinado evento, ao indagar os (as) associados (as) o que doariam para o lanche partilhado, a resposta mais comum era: “um refrigerante”. Entretanto, a partir de uma reflexão oriunda dos grupos de trabalho de Educação Ambiental; Saúde e Qualidade de Vida e o da Terceira Idade houve gradualmente uma mudança em relação aos hábitos alimentares. Achou-se por bem iniciar o trabalho de reeducação alimentar dentro da própria Associação e estendê-la aos lares de cada um, e assim sucessivamente. Atualmente o refrigerante e salgados deixaram de fazer parte do cardápio dos eventos e, foram substituídos por muitos sucos naturais feitos principalmente com as frutas encontradas na comunidade, em cada época do ano, como: acerola; caju; manga; cajá; goiaba e graviola. É também encontrada na mesa dos encontros água de coco em abundância. Frequentando eventos familiares (aniversários; casamentos; chá de bebê, etc) proporcionados pelos associados (as), percebi que há realmente uma mudança de hábito alimentar. Já não investe-se tanto em bebidas artificiais, como antigamente, e em alguns deles esses produtos desapareceram de vez das mesas.

No que diz respeito às atividades que os (as) associados (as) mais participam em seu cotidiano, foi confirmado o descrédito que os (as) associados (as) diziam ter em relação aos partidos políticos presentes no município. Nenhum (a) deles (as) participa de reuniões políticas partidárias ou declarou-se filiado (a) a algum dos partidos.

Não obstante, o mesmo não se repete quando se trata das atividades religiosas. Elas foram a primeira opção para 24 das 45 pessoas como as atividades de que mais participam no seu dia a dia, sendo seguidas pelas atividades associativas (reuniões em associações; ONGs; Conselhos; Fóruns; sindicatos). Ou seja, estas foram a segunda opção mais selecionada (23 vezes). Portanto, a Igreja e a Associação são os dois espaços mais frequentados pelos sócios (as).

A televisão é o meio de comunicação mais utilizado pelos membros da Associação para manterem-se informados sobre o que acontece no Brasil e no mundo, sendo a internet ainda utilizada de forma muito tímida, e o jornal escrito citado apenas por duas pessoas, mostrando o quanto ainda é desafiante a democratização dos meios de comunicação nas camadas populares no Brasil.

Em relação à participação social, mais especificamente, a AMACAUASSU é o espaço exclusivo de participação para a grande maioria dos membros (68,89%). O restante, 31,11%, declarou participar de outros espaços, compreendidos por eles também como espaços de participação: Conselho Municipal de Educação de Eusébio; Associação Rádio Táxi; Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Eusébio; Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Eusébio; Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Horizonte; Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Ceará; Comissão de Defesa do Direito à Educação – Ceará; Associação de Artesãos de Eusébio; Conselho da Igreja Batista do Cauassu- Eusébio; Conselho Municipal de Política Sobre Drogas do Município de Eusébio; Conselho Escolar; Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Eusébio e Coordenação da Igreja Nossa Senhora de Fátima (Cauassu- Eusébio).

Quanto ao último espaço, trata-se de uma coordenação ou núcleo gestor eleito pelos coordenadores de pastorais da referida igreja para representá-los no conselho paroquial de Eusébio e ao mesmo tempo coordenar todas as atividades da comunidade cristã católica do bairro. Cinco dos (as) associados (as) declararam fazer parte dessa coordenação.

Para além do grande número de católicos presentes na Associação, a presença de cinco²⁹, dos seis coordenadores que compõem a coordenação da Igreja Nossa Senhora de Fátima, como sócios (as) da AMACAUASSU, é um dos aspectos que contribuí para a influência do calendário da Igreja sobre o da Associação.

Já a participação em cinco conselhos de políticas públicas municipais com membros diferenciados em cada um dos conselhos - antidrogas; educação; saúde; mulher e idosos - demonstra o esforço de organização da entidade, para diversificar a representação da instituição em vários espaços.

A observação participante produziu dados suficientes para afirmar que a formação crítica dos associados é uma preocupação constante da entidade, muito mais na prática do que em documentos, como veremos ao longo do Capítulo III, quando abordarei as práticas educativas realizadas pela Associação.

2.3. 2 Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Eusébio (COMDIM): a participação a convite do estado.

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
COMDIM



²⁹ Todos (as) os (as) associados (as) que declaram integrar a equipe de coordenadores da Igreja são também coordenadores de pastorais desta. Durante as reuniões da Associação em que o tema era a organização de um evento da Associação, essas pessoas costumavam privilegiar os compromissos vinculados à Igreja, em detrimento aos da Associação. Dentre os (as) cinco associados (as), uma delas compõem a atual diretoria da AMACAUASSU.

Os conselhos constituem-se como órgãos públicos colegiados, de formação paritária. Sua criação não objetiva a prevalência do institucional sobre o social ou vice-versa, mas que seu funcionamento constitua-se como um verdadeiro canal de relação entre o Estado e a sociedade na administração de seus conflitos.

Apesar da vinculação com a estrutura administrativa do poder executivo (em qualquer um dos níveis federativos), devem ser considerados autônomos. Seu funcionamento interno é regido por um conjunto de regras e procedimentos formulados e aprovados pelos conselheiros (as), geralmente após a cerimônia de posse do colegiado. A posse, por conseguinte, acontece após a eleição das entidades da sociedade civil, quando da instalação do Fórum de entidades e da indicação dos representantes das instituições governamentais por parte do chefe do executivo.

Contudo, a busca pela autonomia não parece uma tarefa simples a se realizar no dia a dia dos conselhos, e em particular, no chão dos municípios. Isto se deve a vários fatores. Um deles é o aspecto contraditório inerente à institucionalidade, pois ao mesmo tempo em que ela pode concretizar e consolidar as mudanças sociais, devido à permanência, regularidade e continuidade nas ações conselhistas. Pode também, por outro lado, devido a alguns aspectos tradicionais, como a sua rigidez, burocracia, dominação e formalidade, dificultar ainda mais as mudanças.

Outro fator passível de dificultar ou colaborar para a autonomia dos conselhos está relacionado à organização, capacitação e mobilização da sociedade civil em cada um dos conselhos em que ela se faça presente, seja qual for o nível, federal, estadual ou municipal. Quanto mais organizada, capacitada e mobilizada esteja a sociedade civil, mais chances terá o conselho de cumprir seu real papel.

Em Eusébio, dentre os vários conselhos criados durante a gestão do PSB no município encontra-se o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Eusébio (COMDIM). O Conselho foi criado em observância a Lei Municipal nº 833 de 01 de julho de 2009 e teve sua primeira reunião ordinária no dia 18 (dezoito) de fevereiro de 2010. Neste momento também aconteceram a posse dos (as) conselheiros (as) seguindo a Portaria nº 240 de 12 de fevereiro de 2010, e a eleição de sua diretoria executiva para o mandato de dois (2) anos.

A partir do momento de sua criação o colegiado do COMDIM passou a se reunir mensalmente em caráter ordinário e extraordinariamente sempre que se fez necessário. A maioria das reuniões aconteceram na “Nova Sala dos Conselhos”, situada na Rua

Eduardo Sá, 50, Fundos, no Centro de Eusébio, onde também se reúne parte dos conselhos existentes no município.

Contudo, a pretensão da criação de um conselho para tratar especificamente da questão da mulher em Eusébio é bem mais antiga. Segundo uma das conselheiras, a ideia de criá-lo no âmbito do município foi pensado inicialmente por ela,

(...) na verdade a ideia de criar o COMDIM foi minha. Na época eu falei com o Dr. Acilon, o prefeito. Falei para ele que era necessário a gente criar o conselho da mulher, e no momento ele ficou assim. Ficou naquele enrola, enrola, coisa de político. Já algum tempo ele criou esse conselho (...) Então assim, pra mim eu tenho um carinho muito especial por esse conselho (Conselheira D).

O COMDIM, portanto, foi criado com vinculação ao Gabinete do Prefeito e é o órgão propositivo, consultivo, fiscalizador, normativo e deliberativo, de promoção, proteção e defesa dos direitos da mulher em Eusébio. De acordo com seu regimento ele foi criado com a finalidade de

(...) contribuir com a Prefeitura de Eusébio na formulação e implementação da política de promoção e proteção dos direitos humanos das mulheres de Eusébio, visando eliminar todas as formas de discriminação e assegurar-lhes condições de liberdade e igualdade de direitos, assim como a sua plena participação nas atividades políticas, econômicas, sociais, esportivas e culturais do Município, no sentido de sua inserção na cidadania ativa (COMDIM, 2010, p.1).

Sua estrutura é composta por seis representações dos órgãos do poder público municipal, indicadas pelo chefe do poder executivo municipal, seis representações de entidades da Sociedade Civil, escolhidas por voto direto, em fórum convocado para tal fim, composto por entidades inscritas para o processo de escolha, e dois representantes da Câmara Municipal de Eusébio. Cada uma das representações têm direito a um representante titular e um suplente, totalizando (28) vinte e oito representantes.

Consta da estrutura do COMDIM uma Secretaria Executiva que segundo seu regimento é o órgão administrativo do Conselho, cujo secretário executivo é indicado pela presidente e nomeado pelo gestor municipal, com a finalidade de prestar o suporte técnico e administrativo necessários ao seu funcionamento.

Os órgãos do poder público representados no COMDIM são: Secretaria de Saúde; Secretaria da Educação; Secretaria do Trabalho e Ação Social; Secretaria de Esportes, Turismo e Cultura; Assessoria especial de Políticas da Mulher e Gabinete do Prefeito. Já as seis entidades da Sociedade Civil presentes no Conselho são: Centro de Apoio à Comunidade do Jabuti (CACJ); Conselho Comunitário Nossa Senhora

Aparecida (CCNSA); Instituto Maria de Lourdes; Associação dos Moradores da Comunidade do Santo Antonio (AMCOSA); Associação dos Moradores e Amigos do Cauassu (AMACAUASSU) e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Eusébio (SINDEUS).

A composição do COMDIM é essencialmente feita por mulheres. São vinte e seis no total e apenas dois homens ocupam a suplência de duas entidades, a representação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e a do Instituto Maria de Lourdes.

Passo agora a contextualizar algumas características socioeconômicas dos sujeitos que integram o Conselho, com o intuito de caracterizar a composição do COMDIM. Tais informações foram obtidas através do preenchimento do questionário socioeconômico pelas conselheiras.

É muito significativa a religiosidade entre as conselheiras. Dentre as religiões a que fizeram referência, destaca-se a religião católica (66,67) e evangélica (20%).

No que se refere à cor, autodenominam-se em sua grande maioria pardas (66,67%) e, em relação ao estado civil, esse é bem variado. Dentre as conselheiras encontram-se as casadas (40%); as solteiras (33,33%); as viúvas, e ainda as separadas/divorciadas/ desquitadas com o mesmo percentual: (13,33%) cada uma.

Quanto à escolaridade, a maioria já realizou pós-graduação (46,67%). Os cursos são concentrados na área da educação, visto ser a maioria envolvida direta ou indiretamente com a educação (46,67%) do município: Psicopedagogia; Planejamento Educacional; Administração/Gestão Escolar e outros na área da saúde, como Acupuntura e Saúde Pública. Apenas duas conselheiras possuem apenas o Ensino Médio.

Financeiramente a maioria apresenta renda mensal de (3) três a (6) seis salários mínimos e possui casa própria (86,67%). As conselheiras também participam ativamente da vida econômica de suas famílias, já que os dados mostraram que 53,33% dessas mulheres trabalham, são responsáveis pelo próprio sustento e contribuem parcialmente para o sustento de outras pessoas.

A vida social das conselheiras é bem movimentada. Elas dividem seu tempo entre as atividades religiosas e associativas. A maioria participa de outras experiências participativas além do COMDIM; mais precisamente 80% delas. Dentre os espaços frequentados por elas destacam-se os próprios conselhos (Criança e Adolescente; Idoso;

Política sobre Drogas; Cultura; Assistência Social, etc); as associações; sindicatos; conselho de entidades (Psicologia); fóruns e comissões.

Em relação ao meio de comunicação de que mais se utilizam para manterem-se informadas em seu cotidiano, utilizam-se principalmente da televisão e da internet.

Embora este perfil tenha sido construído a partir da colaboração de apenas (15) quinze das 28 pessoas que compõem o Conselho, ele pode ser considerado representativo, pois conseguiu retratar as características das pessoas que realmente vinham participando com mais frequência do Conselho.

Quanto aos documentos que orientam a proposta formativa dos integrantes do COMDIM, a pesquisa localizou dois documentos em que seu texto traz a intencionalidade. São eles, o Regimento Interno e o Planejamento Operacional das Atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Eusébio, de forma resumida, o Plano de Ação.

Ao longo do Regimento, em seu primeiro capítulo, mais especificamente no artigo segundo, que trata de seus Fins e Atribuições, estão dispostos cinco (5) itens, dos vinte e três (23) lá relacionados, que estão diretamente vinculados à questão da formação:

- IV – Estimular, apoiar, desenvolver estudos, projetos e debates relativos à condição da mulher, bem como propor medidas ao governo objetivando eliminar toda e qualquer forma de discriminação;
- IX - Realizar campanhas educativas de conscientização sobre os direitos da mulher;
- XIV - coordenar e promover atividades que objetivem a defesa dos direitos da mulher, assim como a eliminação das discriminações e a sua plena integração na vida política, sócio - econômica e cultural;
- XVI - Criar comissões especializadas ou grupos de trabalho para promover estudos, elaborar projetos, fornecer subsídios ou sugestões para apreciação pelo Conselho, em período de tempo previamente fixado;
- XXVII – Realizar Conferências Municipais dos Direitos da Mulher, de forma sistemática (COMDIM, 2010).

Já no Plano de Ação, elaborado em cumprimento ao que foi disposto no item XVIII do artigo segundo - “definição e aprovação do plano anual de atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher”- concentram-se várias outras propostas cujo objetivo é a formação das conselheiras e de outras pessoas, inclusive dos servidores públicos que atuavam diretamente no atendimento à mulher de Eusébio, dentre elas: a realização de quatro (4) reuniões ampliadas com a Comunidade; Produção de materiais educativos e desenvolvimento de campanhas: em Março – dia internacional da mulher; em Maio – dia das mães e dia de combate à violência sexual; em Novembro 25 – Dia de Enfrentamento da Violência contra a Mulher; Realização de Conferência

Municipal dos Direitos da Mulher; Elaboração de diagnóstico da situação da mulher no município e muitas outras.

Durante seu período de existência, fevereiro de 2010 até fevereiro de 2012, o COMDIM conseguiu concretizar diversas dessas ações. Já outras, como o diagnóstico da situação da mulher no município, incluindo principalmente dados relacionados à saúde e educação, não foram realizadas. As ações consolidadas serão abordadas no capítulo que segue, quando abordarei as práticas educativas na dinâmica desse Conselho.

CAPÍTULO III

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS E A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA NAS EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS: CONCEITOS, PROPOSTAS, PRÁTICAS E APRENDIZADOS

3.1 Educação não formal, educação em espaços não escolares e Educação Popular: contextualizando conceitos em busca da formação crítica.

A ampliação do conceito de educação permite-me afirmar que a educação pode acontecer em todos os contextos e âmbitos da existência individual e social do ser humano, de forma institucionalizada ou não e, ao mesmo tempo, pensar nas experiências participativas como espaços educativos por excelência.

[...] há as que acontecem de forma difusa e dispersa, são as que ocorrem nos processos de aquisição de saberes e modos de ação de moda não intencional e não institucionalizado, configurando a educação informal. Há, também, as práticas educativas realizadas em instituições não convencionais de educação, mas com certo nível de intencionalidade e sistematização, tais como as que se verificam nas organizações profissionais, nos meios de comunicação, nas agências formativas para grupos sociais específicos, caracterizando a educação não formal. Existem, ainda, as práticas educativas com elevados graus de intencionalidade, sistematização e institucionalização, como as que se realizam nas escolas ou em outras instituições de ensino, compreendendo o que o autor denomina educação formal (LISITA, 2007, p. 513).

Em concordância com essa classificação, Gohn (2006) adota o conceito de educação não formal para designar os processos educativos que ocorrem nas experiências participativas. De acordo com a autora a educação não formal designa

[...] um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc (GOHN, 2006, p. 28).

Na educação não formal, não encontramos a figura do “professor”, tal qual na educação formal. O grande educador nessa modalidade de educação é o “outro”, o sujeito com o qual interagimos nos espaços educativos onde a intencionalidade do ato de educar está presente.

Em relação aos espaços onde a educação não formal acontece, a autora enfatiza que esses devem ser construídos coletivamente, e que a participação dos indivíduos

deve se dar de forma espontânea ou por força de uma dada circunstância histórica atravessada pelo sujeito. Tal educação deve ainda capacitar os indivíduos para o exercício da prática cidadã e assim torná-lo um cidadão “do mundo no mundo” (Idem).

Quanto aos objetivos da educação não formal, a autora considera que não são dados a priori; não são elaborados previamente por um único sujeito, que os tendo prontos, apresenta-os aos demais do grupo. Pelo contrário, devem ser elaborados no processo interativo do grupo (Idem). Surgem como resultado dos interesses, valores e necessidades do coletivo.

Para Gohn, as práticas educativas da educação não formal, se planejadas levando-se em consideração alguns princípios, tais como: trabalhar a cultura política; desenvolver formas de pertencimento; construir a identidade coletiva; colaborar para o desenvolvimento da autoestima; fundamentar-se no critério da solidariedade, da construção da cidadania coletiva e pública, poderiam atingir as seguintes metas:

O aprendizado das diferenças. Aprende-se a conviver com os demais. Socializa-se o respeito mútuo; Adaptação do grupo a diferentes culturas, reconhecimento dos indivíduos e do papel do outro, trabalha o ‘estranhamento’; Construção da identidade coletiva de um grupo; Balizamento de regras éticas relativas às condutas aceitáveis socialmente (GOHN, 2006, p.31).

Já Fávero (2007) destaca que o termo “não formal” tem sido bastante utilizado para designar atividades e experiências diversas, diferentes das atividades que ocorrem dentro do ambiente escolar, assemelhando-se o termo não formal ao termo “extra-escolar”.

De acordo com o autor, o termo “extra-escolar” era utilizado para classificar as atividades geridas à margem da escola, como cinema, esporte, etc. Fávero pontua ainda que há uma grande dificuldade em se conceituar adequadamente o termo educação não formal, principalmente pelo fato dessa modalidade enquadrar as mais diversas experiências, às vezes entendidas como educação social.

Já o termo educação não escolar de adultos é utilizado por Haddad, quando em um de seus artigos discute o projeto de pesquisa coordenado por ele, e cujo objetivo é fazer um balanço da produção discente nos programas de pós-graduação das áreas de Educação, Ciências Sociais e Serviço Social, no período de 1999 até 2006.

Para esse autor o campo da educação não escolar de adulto refere-se a toda ação educativa não restrita à educação desenvolvida em instituições escolares, hoje denominada Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Haddad, em consonância com Gohn (2006), afirma que essas ações são voltadas, sobretudo, para a formação política e cidadã, bem como ao atendimento das necessidades econômicas, sociais e culturais. Para o autor, há uma diversidade de campos de referência conceitual amparando essas práticas educativas; com destaque para a Educação Continuada, Direitos Humanos, Desenvolvimento Humano e Educação Popular.

Nesse estudo, especificamente, adoto o conceito de Educação Popular como referência para analisar se as práticas educativas realizadas nos espaços acompanhados pela pesquisa aproximam-se ou distanciam-se de um projeto de educação para a liberdade, para a vivência da “política do cidadão” e por fim, para a conscientização.

As primeiras experiências de Educação Popular no Brasil surgem no início da década de 1960, no interior de grupos e movimentos da sociedade civil. Segundo Brandão (1984) elas surgem como um “movimento de educadores” que trazem para seu ambiente de trabalho e também de militância teorias e práticas advindas da cultura popular.

Nesse momento da história a Educação Popular se consolidou como “uma base simbólico-ideológica de processos políticos de organização e mobilização de setores das classes populares, para uma luta de classes dirigida à transformação social, política, econômica e cultural vigentes” (Brandão, 1984, p.66). Portanto, o alicerce da Educação Popular são os movimentos e centros de cultura popular. Dentre esses movimentos, encontra-se o Movimento de Educação de Base³⁰ (MEB), resultado de convênio entre a Igreja Católica e o Governo Federal.

Para Brandão, houve toda uma conjuntura favorável para que o nascimento da Educação Popular em meados da década de 60 no Brasil ocorresse: “conjunção entre períodos de governos populistas, a produção acelerada de uma intelectualidade estudantil, universitária, religiosa e partidariamente militante, e a conquista de espaços de novas formas de organização das classes populares” (Idem, p.67).

Deste modo, a partir da crítica realizada ao sistema educacional da época, principalmente da crítica elaborada por Paulo Freire, através de sua obra “Educação como prática da liberdade³¹”, a Educação Popular se constituiu como uma nova teoria,

³⁰ O MEB é um organismo ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), constituído como sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Distrito Federal. Teve sua fundação em 21 de março de 1961, portanto, completou 50 anos de existência no ano de 2012.

³¹ A obra foi escrita após a queda do governo de João Goulart, nos intervalos das prisões que Paulo Freire sofreu pelo governo ditatorial, resultado do golpe de Estado de 1964, e concluído no exílio.

não apenas educacional, mas da própria relação social entre os homens e sua prática, considerados a partir da cultura, com vistas a um trabalho voltado à formação política para que esse mesmo homem seja capaz de lutar pela transformação das estruturas sociais que o oprimem.

(...) educação como um instrumento político de conscientização e politização, através da construção de um novo saber, ao invés de ser apenas um meio de transferência seletiva, a sujeitos e grupos populares, de um ‘saber dominante’ de efeito ‘ajustador’ à ordem vigente – este é o sentido em que ela se propõe como uma ampla *ação cultural para a liberdade* a partir da prática pedagógica do momento de encontro entre educadores-educandos e educandos-educadores (Idem, p.67-68).

O conhecimento em uma experiência de Educação Popular é trabalhado essencialmente com intencionalidade e objetivos políticos, daí que um dos grandes desafios de para a colocar em prática, mantendo a coerência entre o discurso e a prática como exigência ética no contexto atual de consequências perversas do neoliberalismo, seja desenvolver a consciência de viver democraticamente em uma sociedade plural, incentivando a discussão crítica, sem cair na desesperança ou na sensação de impotência (BARBOSA, 2007).

A vivência dos princípios da Educação Popular como possibilidade para a construção de uma nova cultura política, a partir das contribuições de Paulo Freire é o que se segue.

3.2 Reflexões sobre a proposta freireana de educação: bases para uma educação dialógica, problematizadora e humanística, voltada para a construção da consciência crítica nos espaços de experiências participativas.

Conscientização é uma categoria freireana que evidencia o processo de formação de uma consciência crítica em relação aos fenômenos da realidade objetiva. Contudo, na segunda parte de sua obra *Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire* (2008), o autor esclarece que embora o vocábulo “conscientização” seja o conceito fundamental de toda a sua teoria educacional não seria ele o autor da expressão. Segundo Freire a autoria pertence a “uma equipe de professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, por volta de 1964” (Freire, 2008, p.29).

Ao ouvir pela primeira vez a palavra conscientização, percebi imediatamente a profundidade de seu significado, porque estou absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade. Desde então, esta palavra forma parte de meu vocabulário (Idem).

Para o autor a única maneira de colaborar com o homem para que ele realize sua vocação ontológica, e insira-se tanto na construção, como também na mudança da sociedade, é ajudando-o a substituir a compreensão mágica, ingênua da realidade, por uma captação mais crítica. Para tanto é preciso que se tenha confiança no homem e na sua capacidade de transformação.

A compreensão mágica ou ingênua não é conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. “A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica” (Idem, p.30).

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens (Idem).

Ao contrário do que se possa imaginar a conscientização não é algo estático. Enquanto processo é sempre inacabada. Ela deve continuar no momento seguinte, pois no momento seguinte a realidade construída já se encontra com um novo perfil. “A conscientização, como atitude crítica dos homens na história, não terminará jamais. Se os homens, como seres que atuam, continuam aderindo a um mundo *feito*, ver-se-ão submersos numa nova obscuridade” (Idem, p.31).

Freire defende a presença da utopia no processo de conscientização. Segundo o autor a conscientização acena para uma posição utópica diante do mundo. Utopia para ele não é algo irrealizável e muito menos idealismo, mas a é a “dialeção dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante” (Idem, p.32). Em Freire a utopia, assim como a conscientização, é também um compromisso histórico, pois precede um conhecimento crítico. “É um ato de conhecimento”.

Ainda de acordo com o autor quando os homens encontram-se diante dos temas, em contradição dialética, esses tomam posições contraditórias. Enquanto alguns trabalham para manter o *status quo*, outros se dedicam sobremaneira para que haja

mudança. Quando os temas estão contidos nas situações-limite e as contêm; as tarefas que eles implicam exigem atos-limite.

Segundo Freire as situações-limite,

(...) implicam na existência de pessoas que são servidas direta ou indiretamente por estas situações, e outras para as quais elas possuem um caráter negativo e domesticado. Quando estas últimas percebem tais situações como a fronteira entre ser e ser mais humano, melhor que a fronteira entre ser e não ser, começam a atuar de maneira mais e mais crítica para alcançar o ‘possível não experimentado’ contido nesta percepção. Por outra parte, aqueles que são servidos pela situação-limite atual vêem o possível não experimentado como uma situação-limite ameaçadora, que deve ser impedida de realizar-se, e atuam para manter o ‘status quo’. Conseqüentemente, as ações libertadoras, num certo meio histórico, devem corresponder não somente aos temas geradores como ao modo de se perceber estes temas. Esta exigência implica em outra: a procura de temáticas significativas (Idem, p. 34).

Para que a humanização efetive-se é necessário transcender as situações-limite, visto que nela os homens são reduzidos ao estado de coisas. Um dos caminhos àqueles (as) que desejam transpor tais situações é a realização da Pedagogia do Oprimido, idealizada e vivenciada por Freire ao longo de sua vida.

3.2.1 A Pedagogia do Oprimido como proposta para uma Educação como prática da liberdade.

Desde a introdução do primeiro livro de Freire, “Educação como prática da liberdade³²”, Weffort (2006) já revelava a preocupação central desse autor ao criar sua teoria educacional: “educação para a decisão, para a responsabilidade social e política” (WEFFORT, apud FREIRE, 2006 p.20). Tal preocupação se torna nítida ao longo de toda sua obra, à medida que propõe uma educação política de base dialógica, problematizadora, libertadora e humanística.

O método de Paulo Freire é, fundamentalmente, um método de cultura popular: conscientiza e politiza. Não absorve o político no pedagógico, mas também não põe inimizade entre educação e política. Distingue-as, sim, mas na unidade do mesmo movimento em que o homem se historiciza e busca reencontrar-se, isto é, busca ser livre. Não tem a ingenuidade de supor que a educação, só ela, decidirá dos rumos da história, mas tem, contudo, a coragem suficiente para afirmar que a educação verdadeira conscientiza as contradições do mundo humano, sejam estruturais, superestruturais ou interestruturais, contradições que impedem o homem a ir adiante. As contradições conscientizadas não lhe dão mais descanso, tornam insuportável

³² Este foi o primeiro livro publicado por Paulo Freire, escrito logo após a queda de João Goulart da Presidência da República. Na obra, o autor retoma as ideias centrais de sua tese “Educação e atualidade brasileira”, defendida em 1959. O livro constituiu, nas palavras do próprio autor, a sistematização do esforço educativo por ele realizado (SOUZA, 2001).

a acomodação. Um método pedagógico de conscientização alcança as últimas fronteiras do humano. E como o homem sempre se excede, o método também o acompanha. É “a educação como prática da liberdade” (FIORI, apud, FREIRE 2005, p. 22).

Na “Pedagogia do Oprimido”, por exemplo, desde seu primeiro capítulo, Freire nos convida a refletir sobre a luta do homem por querer descobrir seu “posto no cosmos”; sobre sua luta contra a desumanização, que não se constitui na sua vocação ontológica. A vocação do homem, ao contrário, é a humanização, é “ser mais”.

Contudo, alertava ele, a busca do ser mais não poderia se dar no isolamento, “no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existires, daí que seja impossível dar-se nas relações antagônicas entre opressores e oprimidos.” (FREIRE, 2005, p.86)

Já ao observar como se dava o processo educacional, Freire concluiu que prevalecia um modelo pautado no que ele denominou de educação “bancária”, que por sua vez não incita o homem a problematizar sua realidade, a discutir sobre o mundo e as pessoas em suas relações. Desta forma não há descoberta, desnivelamento, movimento, diálogo. Pelo contrário, os educandos são conclamados a receber passivamente conteúdos e informações pré-estabelecidas por pessoas que na maioria das vezes, “caem de pára-quedas” naquela realidade onde geralmente esses educandos (as) habitam.

Na educação dita “bancária”, o saber é tido como uma espécie de doação dos que sabem aos que nada conhecem. As relações educador-educandos, fundamentalmente são “narradoras, dissertadoras” (FREIRE, 2005, p. 65). Os educadores cumprem o papel de narrador e os educandos ouvintes. Fala-se da realidade como algo morto, parado, estático. Tal modelo de educação fundado nesses parâmetros tende a servir à opressão, a passividade.

Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos. [...] Quanto mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos (FREIRE, 2005, p.68).

A educação assim efetivada é vazia de diálogo, de criticidade. Torna-se impossível a assimilação dos problemas da comunidade e do mundo pelos sujeitos. Contrariamente a esse modelo de educação, a assimilação é alcançada quando a educação se faz significativa. Quando as práticas educativas permitem que o mundo, em pleno movimento, possa ser sentido, tocado, percebido. Quando se estude para a vida.

Quando as palavras servem para a leitura do mundo, já que para Freire a palavra verdadeira é a “práxis” e esta sim, é capaz de transformar o mundo (FREIRE, 2005).

Entretanto, de acordo com Freire, a verdadeira práxis necessita do diálogo, que por sua vez necessita do amor ao mundo e aos homens. É necessário ainda humildade, fé e esperança. Essas são as bases fundamentais para que o diálogo, e conseqüentemente para que a educação dialógica aconteça,

Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo. Não há, por outro lado, diálogo, se não há humildade. A pronúncia do mundo, com que os homens o recriam permanentemente, não pode ser um ato arrogante. (FREIRE, 2005, p.92).

Freire em sua proposta de uma educação libertadora propõe a busca de companheirismo entre educadores e educandos, propõe uma mudança radical nas relações sociais, inclusive nas educacionais: “Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2005, p.79).

À medida que os homens não se “encontrem”, a desumanização tende a crescer, a tornar-se mais forte. Tende-se a propagar através das práticas educativas autoritárias, ou seja, realiza-se o que o autor definiu como “pedagogia do opressor”. Pedagogia esta permeada pela teoria “antidialógica”. Ela representa o oposto da educação do oprimido, promulga o egoísmo e a individualidade. Divide, em busca da “manutenção da ordem”,

[...] as minorias, submetendo as maiorias a seu domínio, as oprimem, divididas e mantê-las divididas são condição indispensável à continuidade de seu poder. Não se podem dar ao luxo de consentir na unificação das massas populares, que significaria, indiscutivelmente, uma séria ameaça à sua hegemonia. [...] Conceitos, como os de união, de organização, de luta, são timbrados, sem demora, como perigosos. E realmente o são, mas, para os opressores. É que a praticização destes conceitos é indispensável à ação libertadora (FREIRE, 2005, p.160-161).

Para Gadotti (2005), amigo e companheiro de Freire, a obra freireana precisa ser reinventada, ser reconhecida. Segundo ele, tal reconhecimento se dará “quando a escola deixar de ser confinada no seu espaço para reconhecer a educação ao longo de toda a vida. O legado de Freire não pode ser considerado como uma contribuição à educação do passado, mas à educação do futuro” (GADOTTI, 2005, p.6).

Nesse sentido o autor nos convida a refletir sobre o significado da pedagogia do oprimido, e principalmente, da continuidade à obra de Freire: “Dar continuidade a Freire, não significa tratá-lo como totem, ao qual não se pode tocar mas se deve apenas adorar; não significa também tratá-lo como um guru, que deve ser seguido por

discípulos, sem questioná-lo” (GADOTTI, 2005, p.14), nada seria menos freiriano do que essa prática.

Ainda para Gadotti, o pensamento pedagógico de Freire não pode ser compreendido deslocado de um projeto social e político de sociedade, muito pelo contrário,

[...] não se pode ‘ser freiriano’ apenas cultivando suas idéias. Isso exige, sobretudo, comprometer-se com a construção de um ‘outro mundo possível’. Como dizia ele, em *Pedagogia da autonomia*, ‘o mundo não é; o mundo está sendo’. Sua ‘pedagogia sem fronteiras’ é um convite para transformá-lo (Idem).

Ao passo que as experiências participativas adotem em seu cotidiano a vivência de uma educação libertadora que não serve à alienação, pelo contrário, possibilita o processo de construção da conscientização dos sujeitos envolvidos no processo educativo, alargam-se as possibilidades da vivência da política do cidadão, tal como descrita por Nogueira (2001).

Os processos educativos que levam em consideração a pedagogia do oprimido - sejam eles vivenciados dentro das escolas, família, movimentos comunitários ou movimentos sociais - tornariam seus sujeitos cada vez mais conscientes de si, do outro e do mundo. Possivelmente contribuiriam para o reconhecimento da luta pelo bem coletivo. Pelo reconhecimento em si próprio de sua dimensão pública,

Nos movimentos sociais de cunho comunitário, onde se valoriza a participação de todos e de cada um, onde todos devem falar, opinar, decidir, o que parece estar ocorrendo é um processo novo, o de constituição de pessoas na *esfera pública*, através do jogo do mútuo reconhecimento que ocorre internamente, na prática comunitária (DURHAM, 1984, p.28).

Finalmente, é preciso dizer ainda que, a despeito da teoria da ação dialógica tratada por Freire, que pressupõe a co-laboração, a união, a organização e a síntese cultural, em nenhum momento tal teoria descarta a presença do conflito; pelo contrário, ele se faz necessário para combater a conquista, a manipulação e a invasão cultural, elementos presentes na ação antidialógica. A todo o momento em sua obra o autor chama a atenção para a necessidade da problematização dos temas geradores, bem como da própria realidade dos sujeitos. Freire nega ainda a necessidade do autoritarismo e da licenciosidade nos processos educacionais e políticos.

Para Freire, o antídoto a toda forma de manipulação “está na organização criticamente consciente, cujo ponto de partida, por isto mesmo, não está em depositar

nelas o conteúdo revolucionário, mas na *problematização* de sua posição no processo”. (FREIRE, 2005, p. 169).

A pedagogia de Paulo Freire convida os sujeitos a superar o ativismo e o verbalismo em relação à educação e à própria vida. Convida ainda ao desafio da realização da utopia do saber: a prevalência, em todos os espaços educativos, de uma educação dialógica, problematizadora, humanística e libertadora, significativa para cada um dos sujeitos envolvidos; uma educação que liberte homens e mulheres, “os esfarrapados do mundo”, as pessoas do campo, como o Ciço, lavrador de sítio da estrada entre Andradas e Caldas, sul de Minas Gerais, que sonha com um tipo de educação que contemple seus anseios e de seu povo,

Agora, o senhor chega e diz: ‘Ciço, e uma educação dum outro jeito? Um saber pro povo do mundo como ele é?’ Esse eu queria ver explicado. O senhor fala: ‘Eu tô falando duma educação pro povo mesmo, um tipo duma educação dele, assim, assim’. Essa eu queria saber como é. Tem? Aí o senhor diz que isso bem podia ser feito; tudo junto: gente daqui, de lá, professor, peão, tudo. Daí eu pergunto: ‘Pode? Pode ser dum jeito assim? Pra quê? Pra quem?’ (SOUZA, apud, BRANDÃO, 1980, p.10).

3.3 “Eu aprendi a ...”- O aprendizado do homem simples na participação social

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.”

(Paulo Freire)

Os sujeitos que participam das experiências acompanhadas pelo estudo - a AMACAUASSU e o COMDIM - foram unânimes em afirmar que a partir das atividades realizadas por essas experiências, e pelo simples fato de estar convivendo nesses espaços com várias pessoas e instituições, múltiplas aprendizagens e conhecimentos foram gerados.

Em suas falas, durante a realização das entrevistas, os sujeitos da AMACAUASSU apontaram algumas dessas aprendizagens, como por exemplo: firmar vínculos e/ou valores; aprender a participar de uma reunião; organizar um grupo; participar do trabalho coletivo; organizar uma reunião; se socializar; elevar a autoestima; buscar o direito à fala; lutar por direitos sociais; conhecer os órgãos do poder público responsáveis pela efetivação dos direitos sociais; buscar o letramento;

despertar a visão crítica; ter autonomia; trocar conhecimentos; respeitar as diferenças, dentre outras.

Já os sujeitos do COMDIM fizeram muitas referências ao conhecimento que obtiveram em relação à Lei Maria da Penha e às questões da Saúde da Mulher, já que esses foram temas bastante abordados pelo Conselho em suas atividades. Remeteram-se ainda à aprendizagem do desafio da construção de espaços democráticos e do respeito à fala do outro.

As aprendizagens por eles relacionadas estão concentradas no campo do que chamamos no contexto educacional de conteúdos e/ou conhecimentos atitudinais, ou seja, de alguma forma procuram incitar o sujeito a uma ação concreta nas várias situações do seu dia a dia.

3.3. 1 As atividades da Associação

Durante o período do trabalho de campo pude verificar o quanto a preocupação com a formação dos associados (as) por parte da diretoria da AMACAUASSU era legítima. Documentos da instituição constataam que desde mesmo o início do processo de reativação procurou-se instigar os futuros sócios (as) à atividade reflexiva e o respeito ao trabalho coletivo. Segundo seu memorial descritivo

(...) procura nas suas limitações e possibilidades, colaborar com a construção de um projeto de sociedade menos injusta, daí ter como alicerce, um intenso trabalho de conscientização de seus associados e moradores em geral, na busca pela efetivação de seus direitos básicos. Desde meados de 2009, vivencia um intenso processo de reativação em suas atividades, promovendo ampla formação política - organizativa através de encontros semanais. Destaca-se a grandiosa colaboração da Associação na implantação do Conselho de Segurança do Conselho de Segurança do Cauassu-CONSECOM/ CAUASSU; elaboração de diagnóstico da situação do bairro em relação à iluminação pública e elaboração de projeto para solução dos problemas; realização de abaixo-assinado- mais de 500 assinaturas- solicitando construção/revitalização da Praça do Cauassu e pedindo contas quanto à obra (assinaturas recolhidas por equipes, em um dia de mobilização); promoção de evento de cunho cultural, com feira artesanal, comidas típicas regionais, apresentações de artistas locais e convidados. Atualmente organiza um projeto para a criação de vários grupos temáticos tais como: terceira idade; juventude; mulheres; crianças; meio ambiente; esporte etc. (AMACAUASSU, 2010c)

Uma das primeiras ações, como mencionado no documento citado acima, foi investigar junto aos associados, através de uma “pesquisa diagnóstica” quais eram as temáticas sociais de maior interesse de cada associado (a) para que no futuro pudessem formar grupos de trabalho e assim atuar de forma mais organizada junto à comunidade.

À medida que eram feitas suas escolhas entre educação; arte; saúde; meio ambiente; profissionalização; esporte; comunicação; lazer, etc, os grupos de trabalhos eram criados, e na sequência buscou-se, na medida do possível, ajuda “especializada” de colaboradores (as) para efetivá-los.

Em pouco tempo de atividade, cerca de dois anos e meio apenas, a entidade realizou um número significativo de atividades educativas, artísticas e culturais. Elegi para esta pesquisa descrever algumas atividades que constatei como primordiais para o esforço de construção da consciência crítica dos sujeitos, o que passarei a fazer agora.

3.3.1.1 As reuniões ordinárias e extraordinárias – base da organização e do aprendizado do respeito ao outro

“Participar do quê?” “De uma reunião?” “Para quê?” “Com quem?” “Para ouvir mentira?” “Não vou!” Estes eram alguns dos comentários feitos por muitas das pessoas que hoje são associados (as) da AMACAUASSU antes de participarem da Associação quando eram convidados (as) a participar de uma reunião, sobretudo se esta contasse com a presença de alguma autoridade do poder público municipal.

Ademais, cultuava-se no bairro de forma exagerada a cultura do silêncio e da escuta passiva implantada principalmente pelos cabos eleitorais. Para eles, participar de uma reunião com uma “autoridade” significava ser um mero ouvinte. Afinal, duvidar das palavras e promessas do prefeito ou discutir ou discordar de uma opinião de um “doutor” secretário, seria “falta de educação, gente.” Esse era o pensamento que prevalecia no bairro Cauassu até o movimento que deu origem à mobilização pela reativação da associação ora em discussão.

Conversas informais sugerem que, certa feita, uma dessas pessoas, “cabo eleitoral” do prefeito e à época exercendo um cargo comissionado na Prefeitura Municipal de Eusébio, ao ver um dos cartazes convidando os moradores do bairro a se organizar, fez o seguinte comentário: “Eu não sei por que essas pessoas têm tanta raiva do prefeito.” E mais: “Não sei o que foi que o prefeito fez para elas terem tanta raiva dele e viverem perseguindo ele.”

O cartaz-convite feito “no quintal de casa” e xerografado com muito esforço pelo “grupo” que liderava a tentativa de organização convidava as pessoas da comunidade a se unir, e se organizar, e em nenhum momento fazia qualquer referência ao gestor municipal,



VOCÊ ESTÁ SENDO BEM ATENDIDO EM SEUS DIREITOS BÁSICOS?
DE QUE O SEU BAIRRO MAIS NECESSITA?

COMO, ONDE E A QUEM REIVINDICAR?

QUEM NOS REPRESENTA?

COMO NOS ORGANIZAR?

ESSES E OUTROS ASSUNTOS ESTÃO SENDO DISCUTIDOS POR UM GRUPO DE MORADORES DO CAUASSU. DESDE SUA PRIMEIRA REUNIÃO OBTEVE VÁRIAS CONQUISTAS:

- ✓ AMADURECIMENTO DO SENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM SEUS INTEGRANTES;
- ✓ PARTICIPAÇÃO DE ALGUMAS AUTORIDADES DA GESTÃO MUNICIPAL PRESENTES NOS ENCONTROS;
- ✓ ARTICULAÇÃO PARA FORMAÇÃO DO CONSECOM-CAUASSU;
- ✓ LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE A PROPOSTA DA REFORMA DA PRAÇA DO CAUASSU;
- ✓ REVISÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DE VÁRIAS RUAS DA COMUNIDADE;
- ✓ MOVIMENTO PELA REATIVAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CAUASSU (CRIADA EM 1987) ETC.

PARA QUE ESSA LISTA CRESÇA, PRECISAMOS DE SUA PARTICIPAÇÃO E COLABORAÇÃO.

NOSSO PRÓXIMO ENCONTRO SERÁ MAIS PROVEITOSO COM A SUA PRESENÇA.

LOCAL: PRAÇA DAS QUADRAS
HORÁRIO: A PARTIR DAS 19:30h
DATA: 21/08/2009 – SEXTA-FEIRA

O que esse convite tinha a ver com raiva? Ele tinha a ver com organização. Por que era incompreensível aos olhos de tanta gente? Por que um cartaz aparentemente tão simples provocava tantos sentimentos negativos em quem fazia parte da gestão, especialmente aos que compunham os cargos públicos ditos “de confiança” no bairro e posteriormente na cidade?

Não demorou muito para aquele “grupo” que coordenava as ações, bem como todas as outras pessoas que integravam o movimento em prol da reativação da associação de moradores do bairro, compreenderem o quanto a reunião e a organização das pessoas geravam incômodo em quem estava acostumado às formas tradicionais de governar e de “conduzir” as pessoas no Cauassu.

Portanto, desde então, os (as) associados (as) reconhecem como imprescindível para a continuidade das atividades da entidade a regularidade de reuniões, ainda que com muitas dificuldades, como abordarei no capítulo IV.



Desde sua reativação a Associação não deixou de realizar nenhuma de suas reuniões ordinárias, fato que a diferencia de outras entidades da sociedade civil presentes no município e com as quais obtive contato durante a pesquisa.

Em conversas informais mantidas com vários coordenadores e presidentes dessas entidades e também ao longo das entrevistas realizadas, pude verificar que um dos diferenciais da AMACAUASSU é justamente a regularidade em seus encontros.

(...) a diretoria não vem mais se reunindo com tanta periodicidade, a gente tinha as reuniões, mas elas não funcionavam de acordo com o regimento interno. As reuniões ordinárias não funcionavam (...) (Conselheira A).

Eliábia: E vocês estão conseguindo fazer reuniões no Conselho? Mesmo que mensalmente?

Conselheira C: Não. A minha comunicação é assim: vai ter reunião tal dia. (...) Mas para a gente se sentar para falar sobre o Conselho mesmo, tá difícil. Muito difícil (...)

ELIÁBIA: E para se reunir para conversar sobre as coisas da comunidade, o que está acontecendo...

Conselheira C: Não (...)

As reuniões da AMACAUASSU são planejadas com antecedência pela diretoria executiva e, por algumas vezes, também contam com a presença e colaboração da editora do informativo da entidade, membros do conselho fiscal e coordenadores de grupos de trabalho.

O principal objetivo desta “primeira” reunião, que antecede a reunião com a assembleia geral, é elaborar uma proposta de pauta da reunião mensal para ser analisada

e/ou complementada pelos demais integrantes da Associação, e ao mesmo tempo fazer a divisão dos assuntos a serem tratados entre a diretoria e os presentes na tentativa da descentralização da fala.

Embora o informativo da entidade divulgue a data e o horário de todas as reuniões ordinárias, nesse encontro também são criadas as estratégias de convocação³³ para o encontro mensal. Geralmente os nomes dos integrantes da Associação são divididos aleatoriamente entre os presentes e cada um encarrega-se de enviar mensagens pelo aparelho telefônico; enviar convite por escrito ou até mesmo fazer uma visita à residência do associado (a) pelo qual ficou responsável segundo os critérios da divisão.

Até o aluguel de sua sede provisória, as reuniões da AMACAUASSU aconteceram em diversos lugares do bairro: Praça Nossa Senhora de Fátima; Escola São Miguel; Ginásio São Miguel, e em muitos terreiros e alpendres das residências dos (das) associados (as).

A coordenação das reuniões normalmente fica a cargo da diretoria. Ela inicia-se geralmente com um momento de acolhida. Além de acolher os presentes, esse momento tem o intuito de instigar os debates daquela reunião na medida em que são trabalhadas músicas, vídeos, textos e dinâmicas que desencadeiam uma reflexão inicial sempre com a intenção de despertar a criticidade nos sujeitos.

Em seguida é realizada pela secretaria a leitura da memória da reunião anterior, com a finalidade de informar aos faltosos as decisões e encaminhamentos aprovados no encontro anterior, bem como avaliar se eles foram efetivados. Após esse momento é apresentado por quem coordena o encontro a proposta de pauta e a partir das colaborações a definição dela.

Normalmente as reuniões têm a duração de duas horas para o cumprimento da pauta, mas ela normalmente não se encerra nesse período de tempo, pois quando se dá por encerrada a pauta, acontece a distribuição do informativo mensal Amacauassu Notícias, já que o associado é o primeiro a recebê-lo; é feita ainda a homenagem aos aniversariantes do mês, se houver; e finalmente, chega o momento do lanche partilhado.

³³ Esta estratégia é avaliada pelos integrantes da Associação como bastante positiva, pois segundo eles, por muitas vezes, quando estão pensando em não comparecer a reunião por algum motivo, são convidados pela diretoria ou por qualquer outro membro a comparecer. Segundo uma das associadas, “quando o celular apita com a mensagem, aí eu me animo” (D.Cecília).



Este último momento é considerado como um grande momento de confraternização onde as pessoas mutuamente repartem os alimentos que trazem de suas casas; continuam os debates provenientes da reunião propriamente dita, compartilham vários outros assuntos, enfim, socializam-se, como disse uma das associadas

Eu gosto de ir porque é assim, um tipo de encontro com os amigos, pra gente conversar, pra gente debater; pra gente se informar do que está acontecendo na comunidade, no município, no próprio bairro mesmo. É um tipo assim da gente ter informação e também pra gente ter aquela conversa, pois muitas vezes a pessoa é o nosso vizinho, mas a gente não se encontra, não tem tempo nem de se ver, e aquele dia do encontro da Associação é “O DIA”, da gente se encontrar, conversar, né? (Vitelma - Associada)

Em seus comentários os (as) associados (as) entrevistados (as) caracterizaram as reuniões ordinárias e extraordinárias como: importante; educativa; organizada; democrática; participativa; esclarecedora, ou seja, o local onde se tem voz e revelaram-me alguns dos aprendizados que obtiveram durante esses momentos vivenciados na AMACAUASSU.

As duas associadas, por exemplo, comparam as reuniões da Associação com outras reuniões que tiveram em outros locais. Em seus depoimentos destacam que já presenciaram em outros espaços a falta de organização, coordenação e respeito dos participantes à fala do outro.

(...) um dos maiores aprendizados que eu aprendi, acho que não só eu aprendi, mas muita gente aprendeu na Associação, foi o do respeitar, principalmente respeitar a fala dos outros, respeitar a posição dos outros. Eu fiquei decepcionada na última reunião que eu estive lá no Casarão, que eu ainda estou com essa reunião entalada na garganta. Foi uma reunião da Pastoral da Sobriedade que eu fui representando a Associação. (...) Então assim, pelo o que eu vejo nas nossas reuniões, e pelo que eu vi lá, eu acho que diploma em certos casos, sinceramente (...) A atitude que ele teve lá nunca teve na nossa associação (Marileuda - Associada).

(...) eu vejo muitas reuniões acontecendo por aí, que eu digo: ‘há não, isso não é reunião!’ ‘O pessoal tem que ir lá para a nossa Associação para aprender e saber como é que faz uma reunião’. São reuniões sem pé e sem cabeça. (...) Ninguém sabe quando começa e quando termina. Ninguém entende. A maioria do pessoal fica sem falar... E aqui não é assim não. A nossa reunião a gente sabe quando começa e quando termina. Eu não sei se já sei fazer. Se faço uma. Mais eu já sei como é que tem que ser como é que tem que fazer. Aprendi como é que tem que ser (Francisca Gomes - Associada).

Durante a realização das entrevistas e em outros momentos da pesquisa pude verificar o quanto as reuniões acarretaram aprendizados para os homens e mulheres que delas participavam.

Em alguns momentos durante a pesquisa cheguei a me emocionar, como por exemplo, quando da transcrição de alguns depoimentos. Afinal, eu havia sido uma das idealizadoras e organizadoras de muitos daqueles momentos, e até ouvir aquelas declarações, não tinha noção da contribuição que se pode dar para a mudança de vida de muitas daquelas pessoas.

Nas reuniões era revigorada a força do coletivo através da participação individual de cada um dos membros; eram expostas as demandas da comunidade e definidas as ações em função delas.

A necessidade e importância da organização social para a realização de qualquer que fosse a atividade, também foi algo muito recorrente nas ações implementadas pela instituição durante as reuniões, como segue nos depoimentos obtidos.

Acho que as reuniões para nossa formação política é muito importante. Eu tinha um pensamento e, hoje, depois da Associação, eu tenho outro pensamento de como me posicionar sobre muitas coisas, muitas coisas da vida da gente (...) acho que a participação dos associados é muito boa, principalmente porque a maioria nunca participou de uma associação. (...) É tanto que nessa diretoria só uma pessoa já foi de associação. Então eu acho a participação dos associados muito boa e tenho certeza que ainda deve melhorar, porque é um desafio muito grande em todo Brasil (Daniel - Associado).

Nesse depoimento e nas observações que realizei junto a esse associado, que também é um dos diretores da Associação, foi possível perceber a mudança radical que ele sofreu em relação às organizações da sociedade civil. Antes de sua adesão à AMACAUASSU a postura dele era de total descrédito e repúdio com esse tipo de organização.

Esse associado é um dos que mais tem se esforçado para que a instituição não seja usada pelos “políticos” para a política dos politiquinhos, concentrada nas

promessas, nos truques e no “eleitoralismo” (Nogueira, 2001, p.57). Quando alguém chega para visitar a Associação pela primeira vez, e especialmente quando a visita tem como objetivo oferecer algum bem ou serviço, ele é o primeiro a iniciar o “interrogatório”: “Quem é você? Onde mora? Com que trabalha? Qual seu interesse em ajudar a Associação? Como soube da gente? Colabora com comunidade que você mora?”

Foi dele a proposição de que durante o último pleito eleitoral municipal – outubro de 2012 - a Associação não aceitasse nenhum tipo de doação de candidatos (as) a cargos públicos em Eusébio. A proposição foi aprovada em Assembleia por unanimidade. Na defesa da proposta ele pontuou: “se chegamos até aqui sem eles, por que não sobreviveremos mais esse período sem a ajuda deles? Ajuda interesseira! Se aceitarmos, eles vão querer fazer propaganda³⁴ às nossas custas. Vocês vão querer isso?” (Daniel- Associado).

Em outro depoimento a reunião da AMACAUASSU é compreendida como uma ação educativa das mais valiosas, pois contempla o saber do homem simples,

(...) querendo ou não, é um meio de educar, as reuniões. Porque assim, você vê como é organizado. Cada um tem sua vez de falar. É diferente de algumas reuniões que agente vai. (...) é um canto que você pode expor sua ideia, independente de ela ser aceita ou não. (...) É democrático que se diz? Ou seja, não é a minha vontade nem a sua, é a vontade do geral. Que eu acredito que a vontade do geral seja o melhor para a comunidade. Então as reuniões da Associação é sim um meio educativo! São assuntos de importância de crescimento para a pessoa, porque lá você não está conversando sobre (deixa eu ver o quê). (...) é, o *Big Brother*. Não é o professor Bial que tá lá. É uma dona de casa, é uma pessoa que trabalha, que bota sua vivência lá. Que conhece a comunidade (...) Ali (na AMACAUASSU) tudo que você participa, tudo que tem na Associação, todo movimento que tem, você querendo ou não, ele é educativo. É uma coisa educativa. (...) Não é aquela educação bruta de você aprender o “be - a - ba” . Mas é uma coisa que você educa sem perceber, entendeu?”(Janaína – Associada afastada).

Entretanto, a Associação enfrentava muitas dificuldades para que “a vontade geral”, deliberada durante as reuniões, fosse realizada. O “geral” trazia as demandas, discutia, opinava, decidia o que fazer, mas, infelizmente, por se tratar de um grupo de trabalhadores que não são dispensados de seus serviços para que possam de fato exercer sua cidadania - realizando inclusive atividades de controle social – faltavam pessoas

³⁴ O discurso inflamado desse associado na defesa de sua proposta devia-se principalmente ao fato de um dos vereadores de Eusébio e, no momento do episódio - junho de 2012 - pré-candidato à reeleição, após ter colaborado com a realização do “Arraiá da Melhor Idade”, chegou ao evento distribuindo “xilito” para os presentes. O “xilito” fazia alusão ao sobrenome do pré-candidato, e consistia em uma estratégia eleitoreira. O acontecimento causou desconforto e revolta tanto ao associado que havia pedido a ajuda ao vereador, como nos (as) demais associados (as).

para executar as ações que exigiam contato pessoal, como as visitas às secretarias e órgãos públicos.

Foi justamente a partir dessa dificuldade, falta de pessoal disponível, que vi surgir grandes aprendizados. As pessoas ditas “capacitadas” para realizar as visitas quase sempre estavam indisponíveis e, as pessoas extremamente tímidas, e que até então se autodenominavam “incapacitadas”, “ignorantes”, “analfabetos”, tiveram que assumir os compromissos ao seu modo.

É como bem colocou essa associada, uma pessoa extremamente tímida que costumeiramente esteve presente em muitas das audiências e reuniões com os gestores públicos durante o período desse estudo.

Que a gente aprende né, que tem que lutar pelos direitos, ir atrás, como a gente já saiu daqui e fomos atrás. Já fomos lá para a Câmara né? Já fomos lá para a Secretaria de Obras, de Segurança, de Saúde. E antes eu não fazia nada disso. Eu não sabia nem onde eram essas coisas. Agora a gente sabe (Francisca Gomes - Associada).

Outro exemplo de mudança de comportamento, evidenciado a partir da vivência na Associação, é o caso do Sr. João Batista³⁵, um senhor de 71 anos, educando da Educação de Jovens e Adultos. Durante a pesquisa observei que esse associado gradualmente foi destacando-se durante as reuniões, com seus posicionamentos firmes, levados sempre por escrito.



Por muitas vezes foi ele quem representou a AMACAUASSU em diversos momentos: eventos; reuniões; conferências e audiências públicas. Tive a honra de acompanhá-lo em muitas das ocasiões, contudo, foi durante a III Conferência Municipal

³⁵ Segundo o jornal Amacauassu Notícias de 29 de setembro de 2012, Sr. João é um dos maiores colaboradores do informativo.

do Meio Ambiente de Eusébio, ocorrida em 30 de agosto de 2011, onde ele mais me surpreendeu.

Após a Conferência de Abertura Sr. João levantou-se de mansinho de sua cadeira, que estava ao lado da minha, ergueu a mão e pediu a fala. Em seguida solicitou o microfone à equipe organizadora, posicionou-se de frente para o público, colocou uma das mãos no bolso e dali retirou uma folha de papel de um caderno pequeno, aquele mesmo que ele levava todas as noites para a escola e, após fazer algumas críticas à gestão municipal em relação à questão do cuidado com o meio ambiente, proferiu seu texto,

30/08/2011

meio ambiente
É difícil falar de meio ambiente num' setor, onde a Prefeitura, não faz a limpeza regular das ruas, nem a população colabora.

Enquanto essas medidas não forem tomadas as nossas ruas continuam sujas, o causo eu creio que, éja o bairro das ruas mais sujas daqui do Eusébio; principalmente, na área verde.

Tanto de lixo como de lama, tínhamos esperança que esse quadro melhorasse, com a implantação do Projeto Amigos da Natureza ou Coleta Seletiva, que, não se concretizou-se.
Ficou apenas em conversa

11

Como tantas outras, como a restauração da praça, como a creche, como saneamento e outras.

Um dos fatores que contribui muito para o alagamento das ruas, são os aterros exorbitantes que são feitos pelos empresários, nas passagens de águas sem deixar saída para as mesmas.

Merecia uma fiscalização nas obras, por parte da Prefeitura, ou Secretaria de Obras.

Pois essas atitudes tem um nome, degradação ao meio ambiente.

Ass João Batista.

As reuniões da AMACAUASSU são avaliadas pelos (as) associados (as) como momentos importantes para suas vidas. Esses encontros constituem-se como um dos grandes diferenciais da Associação dentre as demais organizações da sociedade civil do município. São momentos vigorosos de socialização e de aprendizagens, como expõe a associada,

Pelo menos para mim, você fica com mais facilidade até para quando vai escrever. Tipo, você vai falar de um assunto, vai fazer um texto, uma redação de um assunto relacionado à sociedade. Você quando começa a participar desses movimentos você tem um olhar totalmente diferente. Você consegue ter aquela visão crítica, não para destruir. A reunião para mim é isso daí, é você despertar um pensamento crítico em relação à sociedade. Ver que nem tudo tá da forma que deveria ser. A ter autonomia, não é? Não se deixar levar pelo que ...você acha. É... como é que eu digo (...) Que você aprende mais ensinando, discutindo, com pessoas (...) (Izadora - Associada).

3.3.1.2 Teoria e Prática: a práxis freireana na I Oficina de Projetos

“Quando você vê gansos voando em formação “V”,
pode ficar curioso quanto às razões pelas quais eles
escolhem voar dessa forma...”

A realização da “I Oficina de Projetos”, realizada em um domingo - 13 de fevereiro de 2011 - por exemplo, só foi possível devido à colaboração³⁶ de alguns mestrados (as) do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC) e professores (as) da rede municipal de Eusébio e Fortaleza-CE, engajados em alguns movimentos sociais de sua cidade.

A oficina foi um dos grandes momentos na empreitada para a efetivação dos grupos de trabalho e para a formação política dos associados (as) de uma forma geral e representou bem o que disse Carvalho (1996) sobre a importância da contribuição da ciência para a construção de um saber coletivo emancipatório,

A construção desta crítica ocorre coletivamente nos movimentos sociais, sendo enriquecida tanto nos confrontos que enfrentam, à medida que se dão conta dos interesses opostos existentes entre as classes sociais, como a partir do contributo da própria ciência. Esta, faz-se presente nos movimentos,

³⁶ Colaboraram com esse momento de formação junto à AMACAUASSU: Arilene Maria de Oliveira Chaves (Lilica), Raquel Carine Martins Beserra e Joeline Rodrigues de Souza, ambas mestradas em Educação Brasileira - turma 2010.2; José Edilmar de Souza e Francisco Antônio Alves Rodrigues (Tony), mestres em Educação Brasileira (UFC); Amanda Raquel Cardoso Maciel e Rita de Cássia Lima Alves, professoras da rede municipal de Fortaleza-Ce e Jairo Cardoso da Costa e Sávio Abreu de Freitas, professores da rede municipal de Eusébio-Ce.

mediada pelo trabalho das assessorias de ONGs, Partidos, Igreja, entre outras instituições. Contudo, a ciência para exercer esta contribuição deve ser associada à construção de uma sociedade que responda aos interesses dos setores populares (CARVALHO, 1996, p. 191).



A oficina iniciou-se com a leitura da mensagem-reflexiva “Sobre Gansos e Equipes”, que em sua essência convidava todos a nos unirmos como os gansos para a concretização de seus sonhos. Embasados por um projeto de Educação Popular, os educadores colaboradores visitantes e associados, vivenciaram momentos calorosos de aprendizagens mútuas e significativas.

A programação vasta e acolhedora foi bastante organizada e contou com vários momentos de rodas de conversas, inicialmente com todos os participantes e posteriormente com a divisão em grupos de trabalhos menores, organizados segundo

suas intenções de projetos, e em seguida, retornava-se novamente ao grupo maior para socialização dos trabalhos. Dessa forma obtinha-se uma visão mais geral dos anseios dos grupos, bem como de como até ali estava sua organização.

No momento da socialização no grupão, um componente de cada grupo, juntamente com seu educador (a) colaborador (a), colocava as informações³⁷ mais relevantes para o momento, como por exemplo, nome do grupo e seus componentes; título do projeto; público-alvo; objetivo geral; ações pretendidas; datas para ações e convite para as demais pessoas para participarem junto com o grupo.

Cada coordenador e colaborador (a) dos grupos de trabalho comprometeu-se com a continuidade do contato, para que cada projeto se construísse coletivamente; como também novos momentos de encontro com todos os grupos fossem realizados.

Em suas falas os educadores diziam não sentir vontade de ir embora: “O campo fértil para a vivência da autêntica participação social, foi o que mais me atraiu”, disse um dos educadores. Já outra colaboradora, com o mesmo entusiasmo, usou a metáfora da ilha para caracterizar o processo de tentativa de conscientização política, pelo qual estão passando os (as) associados (as):

A AMACAUASSU parece uma ilha dentro do Eusébio. Como pode em pleno domingo essa quantidade de pessoas estarem reunidas discutindo as demandas da comunidade, políticas públicas, elaborando projetos de intervenção, fazendo a verdadeira política?

Ao fazer esse comentário ela socializou com o grupo a sua tese de que em Eusébio há uma resistência³⁸ enorme de várias naturezas em relação à construção de espaços efetivos de participação social e de vivência política.

³⁷ Foi distribuído previamente para cada coordenador (a) de grupo, bem como para o educador (a) colaborador (a), um documento intitulado “Esquema para Elaboração de Projeto de Intervenção”, obtido através de pesquisa na Rede Mundial de Computadores pela equipe de formação da qual eu era a coordenadora. O documento dava indicações dos elementos necessários para a elaboração de um projeto de intervenção social. As informações socializadas nesse momento pelos grupos seguiam as instruções do documento.

³⁸ Além de mestrandia em Educação Brasileira a educadora é professora efetiva da rede municipal de educação de Eusébio e, durante sua experiência no município pode vivenciar o quanto em Eusébio a maioria das pessoas, inclusive os profissionais de educação, encontram-se alheias em relação ao fazer cotidiano da “política do cidadão”. Ela mesma enfrentou e continua a enfrentar uma série de dificuldades por simplesmente exigir transparência no uso dos recursos públicos na escola em que trabalhava e, incentivar a participação dos pais no dia a dia da escola. A educadora continuou realizando trabalho voluntário de formação política junto aos associados. Uma de suas ações junto à Associação é o Curso de Introdução à Economia Política, ainda em andamento.

3.3.1.3 Oficina: “Preservação e Arte: construindo parcerias e possibilidades de reinventar.”

Outro momento de grande impacto na formação dos (as) associados (as) vivenciado junto à AMACAUASSU foi a oficina ministrada em conjunto pelos Grupos de Trabalho do Meio Ambiente e de Arte e Cultura, também em um domingo - 13 de março de 2011. A oficina intitulada “Preservação e Arte: construindo parcerias e possibilidades de reinventar”, trouxe como grande questionamento aos presentes a seguinte indagação: “O que você pode fazer para mudar o mundo?”

Através do questionamento os organizadores desenvolveram várias atividades com a intenção de provocar nos (as) associados (as) sentimentos e atitudes em relação à preservação do meio ambiente e, conseqüentemente, a formação continuada em prol da consciência ambiental.

Dentre outras ações realizadas naquela manhã, os organizadores da oficina distribuíram para os presentes um instrumental³⁹ a ser preenchido por eles (as) e posteriormente e devolvido ao grupo. O questionário visava alcançar os dados necessários para a construção de um diagnóstico da real situação de conhecimento, informações e ações da Associação em relação à problemática tratada. Através da pesquisa o grupo abordou as dúvidas, posicionamentos e comportamentos referentes à preservação ambiental; reciclagem; cuidado e manipulação do lixo e outras questões.



³⁹ Ver modelo utilizado pelo grupo no anexo de n°2.

A programação foi mediada pelos coordenadores dos dois grupos, Daniel e Marileuda e teve como pano de fundo as mensagens presentes no filme “Ilha das Flores” e no texto: “O que você pode fazer para mudar o mundo?” Ao final da formação, os (as) associados (as) comprometeram-se a selecionar em seu lixo diário, alguns materiais para utilização do Grupo de Trabalho (GT) Cultura e Arte na fabricação de artesanato a partir de material reciclável.

Na ocasião foram acordados os próximos passos dos dois grupos: 1) produção de material educativo e realização de oficinas de reciclagem; 2) construção de decompositores para o processo de compostagem e, 3) realização do brechó. Sobre o último, ficou acertado que aconteceria sempre no segundo sábado de cada mês, o que vem ocorrendo.

O aprendizado propiciado através das ações dos grupos de trabalho Meio Ambiente e Cultura e Arte é bem destacado na fala da associada,

Os aprendizados que tive com o grupo do meio ambiente é um dos mais importantes. (...) Eu não sabia como separar o lixo, como tornar ele, o lixo orgânico, adubo. Foi através do grupo. Eu sabia assim “por alto”, não tinha me aprofundado, mais como no grupo do meio ambiente que o Daniel explicou bem direitinho. Explicou o que era lixo orgânico, o que não era. Como a gente deve separar o lixo, como a gente fazer o adubo. Eu achei isso muito importante. Um aprendizado muito grande para mim, porque eu não sabia de nada disso. Aí através desse grupo agora eu separo o lixo para a coleta seletiva. O lixo molhado do seco, e o que vai para o carro do lixo normal. Isso foi um aprendizado para mim. (...) E também sobre o grupo de artes. Eu ainda não participei. Eu não sei fazer nada disso de artesanato mas acho o trabalho delas muito importante, e fico assim admirada porque eu não sei fazer, não tenho a habilidade de transformar aquelas garrafas pet’s em enfeites, as caixas de leite em caixas para presentes. Isso também é um aprendizado importante para a comunidade porque as pessoas aprendem e serve até para as pessoas ganharem um dinheirinho extra com essas coisas que elas fazem. Então é muito importante (Vitelma - Associada).



3.3.1.4 Diálogos com a realidade: “Drogas: Prevenir é Importante”

O “Diálogos com a realidade” foi idealizado por mim enquanto coordenadora do GT de Formação da AMACAUASSU e consistia em um encontro de formação continuada, mensal, com o intuito de conhecer e aprofundar conhecimentos sobre temáticas sociais, políticas e culturais que apresentassem interesse e proximidade com a realidade dos (as) associados (as) e da própria comunidade.

A depender da temática a ser abordada, poder-se-ia realizar parcerias com pessoas, individualmente - professores; pesquisadores; profissionais – e com organizações da sociedade civil, movimentos sociais, igrejas, conselhos de políticas públicas e órgãos públicos. A estrutura do encontro contemplava a comunidade de uma forma geral, não se restringindo aos (às) associados (as) da AMACAUASSU.

A temática sugerida pelo quadro de associados (as) para o primeiro⁴⁰ e único encontro com esse “desenho” foi a das drogas, pois a problemática do uso e tráfico de drogas é uma realidade que vem crescendo nos municípios da Região Metropolitana, dentre eles o município de Eusébio⁴¹.

Após a escolha da temática as duas associadas da AMACAUASSU que representavam a Associação no Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas de Eusébio (COMAD) buscaram apoio tanto desse conselho como da Assessoria de Políticas sobre Drogas, para a realização do encontro.

A partir do Tema: “Drogas: Prevenir é Importante” foram abordados vários conceitos, inclusive o de saúde. Os debates convergiram para que os presentes concluíssem que saúde não está relacionada apenas ao estado físico e emocional da pessoa, mas perpassa questões ambientais, sociais.

Na oportunidade os (as) associados (as) passaram a conhecer melhor o tema e aprofundar seus conhecimentos sobre as drogas existentes e seus efeitos. O grupo presente demonstrou bastante interesse na explanação apresentada pela assessora e

⁴⁰ O evento foi realizado no Ginásio da Escola São Miguel para que pudesse contemplar um número maior de pessoas.

⁴¹ Atualmente são comuns notícias de assassinatos, assaltos, uso e tráfico de drogas no município. Nessa notícia, por exemplo, a polícia conseguiu realizar as prisões: “Seis pessoas foram presas por envolvimento com tráfico de drogas na manhã deste sábado, 5, no Eusébio. A quadrilha foi presa após tomar de assalto um veículo Hilux, em Maracanaú. Policiais do Ronda do Quarteirão avistaram o veículo na localidade de Mangabeira, no Eusébio e houve perseguição. No trajeto, os criminosos colidiram o carro e se renderam. O grupo levou a Polícia até uma residência. Na casa, a Polícia encontrou os pertences do dono da Hilux, além de um revólver calibre 38, aproximadamente 500 gramas de cocaína e balas de precisão. Entre o bando, havia uma mulher e um adolescente de 16 anos” (O POVO, 2012).

também presidente do COMAD, tornando-se esse momento uma grande troca de experiências, questionamentos, indagações, apreensões e medos que cercam a temática.

Durante os debates foram colocadas questões como a inversão de valores presente na sociedade e o marketing exacerbado em volta das drogas consideradas lícitas, inclusive do álcool.



Esses debates desencadeou um dos pontos culminantes do encontro: o questionamento que os (as) associados (as) dirigiram à assessora relacionado ao fato de o poder público receber patrocínio das grandes empresas de bebida alcoólica e ao mesmo tempo permitir a venda de álcool, droga tão nociva à população eusebiense, durante os festejos em comemoração ao aniversário do município.

Os presentes exigiam uma explicação: como o município ao mesmo tempo em que cria um conselho para se mobilizar em relação à prevenção e ao combate ao uso de drogas no município, de certa forma fomenta o seu consumo?

3.3.1.5 AMAMULHER: O Dia Internacional da Mulher como referência para o debate em torno dos direitos sociais.



O “Amamulher” e o “Amamelhor” são eventos realizados em alusão ao “Dia Internacional da Mulher” e ao “Dia da Pessoa Idosa”, respectivamente. Ambos tiveram sua primeira versão em 2010 e continuam a ser realizados pela Associação anualmente.

Os dois eventos, cada um com sua especificidade, procura comemorar essas duas datas de uma forma diferente. A tônica maior nos encontros é o trabalho de conscientização em torno do direito da mulher e do idoso⁴².

Nos eventos destinados a pessoa idosa, a Associação vem recebendo grandiosa colaboração dos integrantes do Projeto Inclusão Social na Maturidade (PRISMA), projeto de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC), coordenado pelo Professor Fernando Basto Ferraz, que já é considerado pelos associados como um colaborador da Instituição, e pelos integrantes do Grupo de Trabalho da Terceira Idade – Sr.Luciano; Sr.Edson; Sra.Rosa; Sra. Elizabeth; Sr.Francisco e Sra.Joana – como um companheiro de trabalho.

O primeiro o Amamulher culminou com a cerimônia de posse da primeira diretoria da AMACAUASSU, pós-reativação, pois a Associação intencionava sensibilizar os presentes, sobretudo as mulheres do bairro, à participação social.

O evento foi pensado inicialmente pela equipe responsável pelo projeto “No Ritmo da Qualidade de Vida”, que dentre outros objetivos, visa estimular o cuidado e

⁴² Ainda que considere ambos os eventos importantes, neste estudo, a análise fará referências ao Amamulher por ter a pesquisa acompanhado mais sistematicamente suas atividades.

autocuidado das pessoas para uma vida mais saudável. Posteriormente introduziu-se a ideia de que o evento também procuraria contemplar temas envolvendo a questão da mulher através de palestras interativas e rodas de conversas, a fim de provocar reflexões em relação às temáticas abordadas.

Após essa decisão, desde sua primeira edição o Amamulher vem trabalhando temas de interesse desse público. No ano de 2010, por exemplo, contou com oficinas sobre prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e métodos anticonceptivos.

Os (as) associados (as) mobilizaram-se para conseguir a adesão de vários profissionais da comunidade e adjacências, que atuavam na área da saúde e beleza, para que pudessem oferecer de forma gratuita os serviços que a Associação idealizara oferecer à população, inclusive às mulheres.

Na primeira edição, realizada no Ginásio da Escola São Miguel, foi oferecida uma gama de serviços, dos quais podemos citar: corte de cabelo; escova; prancha; massagem relaxante; limpeza de pele; manicure e pedicure; medição de peso, altura e pressão arterial e cálculo do Índice de Massa Corpórea (IMC). A cada resultado as pessoas eram orientadas pelo profissional de saúde quanto aos cuidados e medidas preventivas a ser adotada.

Em 2011 a segunda edição do “Amamulher” aconteceu na sede da Associação e continuou a oferecer os mesmos serviços de beleza e saúde que oferecera em 2010, no entanto, trouxe algumas inovações, dentre elas a distribuição de preservativos, a realização de uma “Roda de Conversa” e do torneio feminino de futebol de salão.

Os preservativos masculinos e femininos, e abanadores foram enviados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Eusébio (COMDIM), que naquele ano, junto com outras instituições de Eusébio, havia lançado a campanha: “Carnaval 2011- Mulher cuida e também se diverte”. Os (as) associados (as) distribuíram ainda panfletos educativos sobre a prevenção das DSTs e os cuidados que deveriam ter especialmente durante o carnaval.



A partir da problemática geral: “A Mulher do Século XXI – Quem é? O que faz?”, mulheres e homens dialogaram e posicionaram-se sobre diversos temas. As discussões sobre o tema mencionado foram subsidiadas por um panfleto⁴³ previamente entregue aos associados e associadas na reunião que antecedeu o evento e, também distribuído para os demais presentes na ocasião do evento. A organização do texto e coordenação das discussões ficou a cargo da coordenadora do Grupo de Trabalho de Formação Continuada da Associação.

Em seguida ao “bate-papo de tardinha”, sob a sombra dos coqueiros do quintal da Associação, os (as) presentes degustaram com um delicioso “Café” de tarde, acompanhado por bolo de milho, tapioca, leite, chá, água de coco, frutas (a tradicional melancia do Sr. Edson) e sucos, todos naturais. O cardápio surpreendeu a alguns presentes, pois procurou ajustar-se à ideia que vinha sendo trabalhada pela Associação, que é de reduzir a “zero” o consumo de refrigerantes e salgados em seus eventos.



⁴³ O texto do panfleto, embora pequeno, falava das conquistas das mulheres ao longo dos tempos: “Herdeira de uma geração que escancarou as portas das empresas para a participação feminina, a mulher abocanhando fatias importantes no mercado de trabalho. Vem conquistando a independência financeira, briga pelos postos de comando e desempenha seus múltiplos papéis, como profissional, esposa e mãe, com uma desenvoltura jamais sonhada (...) Esses fatores explicam não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações no perfil da força de trabalho. Eles são necessários para mostrar que apesar da evolução social em que vivemos ainda existem preconceitos. Por essa razão é fundamental a ampla divulgação de histórias vencedoras, das conquistas que evidenciam sua participação no mercado de trabalho e na sociedade de uma forma geral. Amanhã celebraremos juntos o Dia Internacional da Mulher, e faremos uma roda de conversa para discutirmos: quem é essa mulher? O que ela faz? Leve essa folha em branco e cole figuras, desene ou escreva como você percebe essa mulher de hoje, e traga para nossa comemoração” (AMACAUASSU, 2011).

A segunda inovação, qual seja o torneio de futsal feminino, foi realizado no Ginásio da Escola São Miguel no dia 27 (vinte e sete) de março de 2011- domingo, e encerrou as comemorações realizadas pela Associação pelo dia Internacional da Mulher.

Com a realização do I Torneio de Futsal Feminino, a Associação deu início a algumas discussões em torno da questão de gênero, e ao mesmo tempo iniciou uma tentativa de “quebra” de paradigmas juntos a seus sócios.

O jornal Amacauassu Notícias intitulou a ação da instituição como um “Gol de placa contra o preconceito” (Amacauassu Notícias, 2011, p.2), pois as meninas adeptas a essa modalidade de esporte nunca haviam contado com nenhum tipo de apoio na comunidade e nem fora dela, pelo contrário, a maioria delas sofriam represálias desde seus lares.

A organização geral do torneio ficou por conta do Sr. Adaildo Magalhães, coordenador do Grupo de Trabalho de Esporte e do Sr. Francisco, colaborador do Grupo, e contou com o apoio da Secretaria de Esportes do município. Os organizadores consideraram o evento pioneiro em Eusébio,

Para os organizadores do evento, que geralmente acompanham o cotidiano do futsal masculino na Cidade, este foi um evento pioneiro na modalidade: “Não foi fácil localizar as meninas, só conhecíamos os homens. E quando as encontrávamos, muitas queriam participar, mas não tinham o terno, os sapatos e até mesmo quem as treinassem”, disse Adaildo, coordenador do Grupo de Trabalho de Esportes da Associação (GOL..., 2011, p.2).

Já durante a realização da 3ª (terceira) edição do AMAMULHER, realizado em 24 de março de 2012, a grande novidade foi a disponibilização de um médico clínico para realização de consultas médicas; e as várias palestras interativas.

As palestras interativas e distribuição de material educativo abordaram temas atuais e relevantes, como reeducação alimentar; a prevenção da violência contra a mulher, seus direitos e deveres, inclusive os prescritos na Lei Maria da Penha, e preservação ambiental.

Para a realização da palestra sobre os direitos da mulher e a Lei Maria da Penha, a AMACAUASSU contou diretamente com a colaboração da gestão municipal, através da Assessoria Especial de Políticas para a Mulher. Foram disponibilizados dois advogados da Procuradoria do Município para discorrer sobre os temas.

A ênfase maior foi dada à palestra sobre a Lei Maria da Penha. De posse de uma metodologia que proporcionou o diálogo, várias pessoas, mulheres e homens presentes puderam esclarecer muitas dúvidas.

Esse momento foi avaliado como muito rico, de aprendizagens significativas, pois o público presente, que predominantemente era de mulheres, não possuía conhecimentos sobre a referida lei, e quando os possuía, eram incompletos ou de forma errônea: “o evento além de ser um encontro para comemorar uma data tão importante, que é o dia da mulher, é ainda um momento de partilha de informações, conhecimentos (...)”, disse uma das presentes.

A descrição acima relatada oferece indicações da riqueza do processo de formação pelo qual vêm passando os (as) associados (as), fato que me autoriza a seguinte afirmação: a proposta de formação dos integrantes da AMACAUASSU é implícita em todas as ações da entidade, inclusive nos momentos de comemoração; à primeira vista, essa proposta pode passar despercebida por um observador menos informado em relação ao dia a dia da Associação.



3.4.1 As atividades do Conselho Municipal Dos Direitos da Mulher (COMDIM)

3.4.1.1 As reuniões ordinárias e extraordinárias



A primeira reunião ordinária do COMDIM aconteceu quando da posse das conselheiras, em 18 de fevereiro de 2010 no Centro de Convivência de Idosos Irmã Ambrosina. Na mesma ocasião ocorreu a eleição da diretoria executiva do Conselho, que dentre as primeiras missões a ela designada, deveria organizar o calendário de reuniões anual, bem como elaborar e aprovar em consonância com seu colegiado, o regimento do interno Conselho.

De acordo com a ata dessa reunião, foram marcadas de imediato pela diretoria eleita três reuniões que deveriam ocorrer na Câmara Municipal de Vereadores, no período da tarde. A primeira reunião tinha como pauta elaborar a lista de atividades a ser desenvolvida em comemoração ao Dia Internacional da Mulher; a pauta da segunda reunião era a elaboração do Regimento Interno e, a da terceira, concentrar-se-ia na discussão do Regimento Interno e na comemoração do dia das Mães.

Para uma das conselheiras, o COMDIM usava tempo demasiado de suas reuniões para a organização de eventos, como os citados acima, e a gestão municipal, através da Assessoria Especial de Políticas para a Mulher utilizava recursos financeiros em ações desnecessárias. Isso é o que expressa sua fala:

Muitos assuntos eram discutidos, assuntos interessantes, mas assim, 'vamos fazer o dia da mulher'. Tudo bem, que é algo que traz vistas para o município, mas eu achava algumas coisas supérfluas. Faz-se um grande evento para a mulher, com almoço, vamos gastar com a blusa, vamos gastar com aquilo. E às vezes a política não é efetivada (Conselheira A).

Alguns itens da pauta das reuniões ordinárias eram pré-determinados para todas as reuniões, como por exemplo: abertura; informes; discussão e aprovação da ata da reunião anterior; discussão e aprovação das justificativas de ausência; elaboração da pauta da reunião seguinte e encerramento. O momento dos informes era riquíssimo, dado a diversidade de órgãos públicos e instituições presentes.

Nos primeiros meses de existência do COMDIM a secretaria executiva enviava por meio eletrônico a ata da reunião para que as conselheiras pudessem verificar sua autenticidade e/ou realizar suas contribuições antes do dia da próxima reunião.

Contudo, em relação a esse aspecto pude observar durante o estudo que as conselheiras, salvo raras exceções, não contribuía com o registro, tanto por via eletrônica, como na própria reunião, pois como já me referi anteriormente nesse estudo, elas não possuíam uma cultura do registro escrito em relação às atividades do COMDIM.

As dificuldades com a escrita por parte das conselheiras, não se limitavam apenas ao registro dos acontecimentos das reuniões em si, mas repercutia diretamente em relação a um dos pontos permanente das pautas, qual seja a aprovação das justificativas de ausência. Segundo o regimento do Conselho as justificativas deveriam ser entregues à Secretaria Executiva do COMDIM até 7 (sete) dias corridos da reunião à qual a conselheira esteve ausente. “Essas justificativas deverão ser aprovadas pela Assembléia de Conselheiras (os) do COMDIM, na primeira reunião ordinária após a reunião em que se deu a ausência” (COMDIM, 2010a). Durante todo o período do estudo, nas reuniões em que estive presente apenas por duas vezes esse item pode ser contemplado.

Em contraponto a essa dificuldade com a escrita, a pesquisa localizou uma situação muito significativa relacionada ao letramento das conselheiras. Na reunião de 26 (vinte e seis) de fevereiro de 2010 elas comprometeram-se em contribuir com a elaboração de uma cartilha abordando os direitos da mulher.

(...) foi apresentada a proposta de que a cartilha se denominará Cartilha dos Direitos da Mulher, será assinada pela Assessoria Especial de Políticas para a Mulher e COMDIM e terá uma apresentação feita pelo Prefeito Acilon Gonçalves, em seguida uma introdução com a palavra da Presidente do COMDIM e Assessora Especial de Políticas para a Mulher, Conselheira Marta, em seguida uma breve história do 8 de março, um pequeno texto sobre Mulher e Família, outro sobre Mulher e Trabalho, outro sobre Mulher e o Direito à Não Violência terminando com uma listagem de Onde Garantir os seus Direitos; após diversas colocações, todas sobre a dificuldade de preparar a Cartilha em tão pouco tempo, foram divididos os temas entre as diversas Conselheiras, assumindo-se o compromisso de enviar por meio eletrônico ao

Secretário Executivo Armando, até às 22 horas do dia 01 de março, para que os resultados possam ser consolidados e encaminhados à gráfica até o dia 2 de março, para que possa ser recebida, revisada e aprovada a prova até dia 3, o que deverá possibilitar a impressão e entrega até a tarde do dia 05 de março (COMDIM, 2010b, p.1).

De uma forma geral as reuniões do COMDIM foram analisadas pelas conselheiras como muito bem organizadas, contudo, em relação à participação os depoimentos convergem.

Nem todas as reuniões eram satisfatórias, mas isso era raro. Eu gostei de todas até porque todo mundo tinha aquela participação. Aquela pequena participação. Era rara as vezes que a gente ia para lá para debater um assunto que não tinha. Eu não me lembro de ter ficado algum assunto pendente (Conselheira C).

Eliábia: Como você avalia as reuniões do COMDIM?

Conselheira B: eu não acho que elas estavam num bom nível, não é? Eu acho que elas estavam muito conduzidas, certo? E eu acho que a maioria não tinha noção da importância do que era aquilo ali, aquele espaço, entendeu? Ou não tem noção, ou encabulavam-se pela própria condução da história. Então de repente você tem até uma opinião pra colocar, mesmo sem ter noção, mas só pelo fato de tá participando, de tá falando o que acha, muitas vezes pela própria condução da história, é meio que encabulava ou intimidava a participação (Conselheira B).

Ainda com relação à dinâmica da participação nas reuniões, a conselheira abaixo destaca suas dificuldades em colocar seu ponto de vista diante do colegiado do COMDIM,

(...) qualquer questão que a gente levanta lá que não é do agrado da administração a gente é rebatido, não é levado a sério. É mal interpretado, acham que a gente é oposição. Eu não sou oposição a ninguém. Eu sou a favor do sindicato e da mulher (...) Mas é isso mesmo, apesar de tudo eu ainda acho que o conselho é um espaço democrático e quando a gente quer mudar alguma coisa a gente tem que está dentro dela (Conselheira D).

Em relação aos locais de encontro para a realização das reuniões, o COMDIM foi abrigado por vários espaços - Centro de Convivência de Idosos Irmã Ambrosina; Plenário da Câmara Municipal de Eusébio; Auditório da Secretaria de Educação; Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria de Ação Social - até se instalar definitivamente na “Nova Sala dos Conselhos”, localizado em um prédio denominado Casarão, no Centro de Eusébio.

3.4.1.2 Oficina: Fundo Público e o Papel Político dos Conselhos



A oficina foi pensada inicialmente devido à necessidade das conselheiras e conselheiros dos conselhos existentes em Eusébio, apropriarem-se do conhecimento relacionado à criação ou não de fundos financeiros para a execução das atividades dos conselhos.

Em uma das reuniões do Conselho, mais especificamente no encontro de 08 de novembro de 2010, foi travado um grande debate entre o secretário executivo do COMDIM e uma de suas conselheiras acerca desse tema. O primeiro defendia a tese de não criação de um fundo para o Conselho da Mulher, o contrário do que pensava a conselheira, que defendia a criação.

Após longa discussão, foi decidido que o Conselho iria incluir na programação dos 16 (dezesesseis) dias de ativismo pela não violência contra a mulher, que já vinha sendo programando, uma oficina abordando o tema da criação de fundos financeiros para os conselhos.

Além da discussão dos fundos outro debate veio à tona, instigado por duas conselheiras: “por que a foto do prefeito, e não a de uma mulher, no panfleto que acompanha os laços brancos e vermelhos a serem entregues à população na programação dos 16 (dezesesseis) dias de ativismo?”

A pergunta não foi respondida satisfatoriamente pelo secretário às conselheiras e uma delas comprometeu-se a provar que àquele ato da gestão municipal era inconstitucional. Em sua opinião constituía-se como o “uso de recurso público para promoção pessoal”.

A oficina intitulada “Fundo Público e o Papel Político dos Conselhos”, realizada no dia 25 de novembro de 2010, no Plenário da Câmara Municipal de Eusébio teve à frente o secretário executivo do COMDIM, o Sr. Armando Luiz Bandeira de Paula, e foi considerada pela pesquisa como um momento riquíssimo de formação política das conselheiras.

Entretanto, minhas observações, enquanto pesquisadora e ao mesmo tempo uma das conselheiras do COMDIM, em relação a esse evento, não pareciam coincidir com a opinião da maioria dos presentes. O desinteresse pelo tema era nítido, e estar ali parecia ser uma mera obrigação a ser cumprida pelos (as) conselheiros (as), ou seja, a oficina não despertou interesse na grande maioria dos presentes.

Surpreendi-me bastante com a postura daquelas pessoas e cheguei a partilhar essas preocupações com meu diário de campo: “é difícil... olha a cara de ânimo das conselheiras (os). Por que esse desinteresse? Por que a temática não os (as) atrai?”

Quanto às conselheiras do COMDIM, especificamente, apresentavam aparentemente maior interesse pelo assunto tratado na oficina; contudo, nas entrevistas realizadas, quando as interroguei sobre os momentos de encontro e/ou eventos organizados pelo COMDIM, nenhuma delas fez qualquer menção em relação à oficina.

Oficialmente a oficina de formação foi contabilizada como sendo a XI reunião ordinária de 2010 do COMDIM e teve como pauta única a formação dos (as) conselheiros (as) no conhecimento de seu papel e noções básicas de orçamento público.

Foram trabalhados temas e conceitos importantes para a compreensão da dinâmica da participação social junto aos conselhos de políticas públicas e da sociedade como um todo, tais como: orçamento público; origem dos recursos públicos; orçamento público na história do Brasil; Lei do Orçamento Anual (LOA); orçamento participativo; o papel político dos conselhos e suas ações.

Após apresentar o desenho constitucional dos conselhos, suas funções e desafios, o formador destacou que a seu ver um dos grandes desafios a ser superado pelos conselhos são as questões partidárias. Segundo ele, elas influenciam bastante a dinâmica dos conselhos.

Após essa observação, digna de quem convive e conhece o dia a dia dos conselhos de Eusébio, já que assume a secretaria executiva de um bom número deles, reforçou a necessidade do apartidarismo nos conselhos: “lá dentro somos do partido da melhor política para o segmento que nós representamos, independente de coloração partidária”.

Em relação à atuação da sociedade civil nos conselhos, uma das lâminas de sua apresentação trouxe a seguinte indicação: “A Sociedade Civil representada nos Conselhos não deve se deixar levar por uma posição de militante crítico, de oposição às ações governamentais ou de homologadores de decisões de gestão, mas entender o papel construtivo que os Conselhos exigem” (Armando).

3.4.1.3 Oficina sobre Gênero e Violência



A oficina “Gênero e Violência”, a exemplo da oficina descrita no item anterior também foi uma ação promovida pelo COMDIM durante os 16 (dezesesseis) dias de ativismo pela não violência contra a mulher, no ano de 2010, mais precisamente no dia 30 (trinta) de novembro.

A oficina foi coordenada pela doutoranda do Programa de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, Vivian Matias dos Santos e foi acompanhada pelas conselheiras do COMDIM e técnicos de vários serviços públicos municipais de atendimento à mulher de Eusébio, homens e mulheres.

Vivian discorreu, de forma dialogada, sobre diversos temas e estruturou sua apresentação em quatro grandes tópicos: Representações simbólicas do feminino e do masculino; A dominação masculina; Gênero (o que seria? O sexo biológico? Ou as identidades sexuais?) e Gênero e Violência.

No início dos trabalhos a formadora solicitou que cada um dos participantes se esforçasse ao máximo para se desprender de seus preconceitos e principalmente de seus dogmas religiosos, e explicou que iria conversar sobre um estudo científico que vem desenvolvendo desde seus estudos no mestrado e graduação.

Ao contrário da oficina anterior, os presentes demonstravam bastante interesse pelo tema, pois faziam perguntas e posicionavam-se com muita frequência, principalmente as conselheiras.

Durante o encerramento do evento, a palestrante chamou atenção para a importância de se criar políticas públicas efetivas para as mulheres, e parabenizou a iniciativa do COMDIM em trazer os servidores (as) públicos, que estão na “ponta” dos serviços públicos de atenção à mulher, para discutir gênero.

Em seguida ela pontuou alguns princípios a serem considerados para se pensar políticas públicas para mulheres,

Compreensão dos SUJEITOS: que vá além do “tratamento” das “vítimas”; Situar estes sujeitos no tempo, no espaço (ex.: pensar a violência de gênero no Ceará contemporâneo); Conhecer os princípios e diretrizes das políticas nacionais direcionadas para mulheres (Vivian).

Ao final dos trabalhos um dos presentes, que também era conselheiro tutelar, questionou a não participação da sociedade civil nas discussões daquela manhã: “ela precisa estar junto do Estado.”

Nesse momento uma das conselheiras do COMDIM que também era servidora pública do município interveio e explicou que para àquele evento nenhuma instituição da sociedade civil tinha sido convidada. O foco, segundo ela, eram os servidores (as) públicos.

Pedi a fala e complementei: “a sociedade civil está presente através de suas representações junto ao COMDIM. Resta apenas que cada uma das representantes se posicione como tal.” Após minha fala não houve posicionamento de nenhuma das conselheiras presentes, pelo contrário, o silêncio reinou.

3.4.1.4 Reunião Ampliada do COMDIM

A realização de reuniões ampliadas com a participação da população era uma das metas constantes no Plano⁴⁴ de Ação 2010/2011 do COMDIM. Inicialmente objetivava-se realizar quatro reuniões ampliadas, uma na Sede do município e as demais nos seguintes distritos: Jabuti; Santo Antônio e Mangabeira.

Através das reuniões ampliadas, as conselheiras pretendiam dar maior visibilidade ao Conselho da Mulher, incentivar a participação da comunidade, como também divulgar as ações desenvolvidas pelo COMDIM no município.

⁴⁴ Ver o anexo nº 3

Entretanto, a realização da reunião do Jabuti, realizada no dia 29 de abril de 2011, no Pólo de Atendimento do bairro, foi a única das quatro reuniões planejadas pelo Conselho. Foi contabilizada como sendo a III Reunião Ordinária de 2011 do COMDIM.

Havia um bom número de pessoas presentes, dentre elas uma grande quantidade de servidores públicos municipais. A maioria dos funcionários presentes fazia parte dos quadros do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e da Secretaria do Trabalho e Ação Social.

O grande número de técnicos municipais presentes no encontro devia-se ao fato de uma das pautas da reunião ampliada ser o lançamento da cartilha “Prevenindo a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”, elaborada pelos técnicos do CREAS em parceria com a Assessoria Especial de Políticas para a Mulher; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Tutelar e o próprio COMDIM.

Após o café da manhã a reunião foi iniciada pela presidente do Conselho, que trouxe os informes relacionados aos preparativos da I Conferência Municipal dos Direitos da Mulher de Eusébio. Posteriormente o secretário executivo do COMDIM fez saudação ao público, explicou rapidamente a função do Conselho - “deliberar políticas públicas para a mulher de Eusébio” e fez a leitura da ata da reunião passada.

No momento dos informes foi apresentado um histórico⁴⁵ sobre a implantação do dia 18 de maio, como sendo o “Dia Nacional de combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” e em seguida passou-se ao lançamento da cartilha.

Em se tratando de conteúdo esse foi um momento riquíssimo de aprendizagem, pois foram trazidas informações preciosas. Em relação ao tema do abuso e exploração

⁴⁵ As lâminas exibidas durante os informes pelo secretário executivo do COMDIM traziam a seguinte informação: “No dia 18 de maio de 1973, em Vitória-ES, a menina Araceli Santos foi seqüestrada, espancada, estuprada, drogada e assassinada numa orgia de drogas e sexo. Seu corpo, que apareceu seis dias depois, foi desfigurado por ácido. Infelizmente, o "caso Araceli" foi apenas mais um, dentre tantos que acontecem em nosso dia-a-dia, manchando a sociedade brasileira, através desta cruel forma de violação de direitos e degradação da vida humana, especialmente da infância e adolescência. Com o objetivo de sensibilizar e mobilizar a sociedade para o enfrentamento dessa problemática, representantes de organizações governamentais e não-governamentais propuseram a criação de um Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Esse dia foi instituído em 2000, pela Lei Federal nº 9970/00. E, tendo sido esta Lei aprovada e sancionada, os movimentos sociais em defesa dos direitos da criança e do adolescente, em conjunto com os 3 níveis de governo, vêm assumindo a organização de atividades e eventos de sensibilização e mobilização para promover esse dia como um marco de luta pelo fim da violência sexual contra crianças e adolescentes. Essa data atualmente é uma inegável oportunidade para o mergulho consciente nas mais profundas reflexões sobre a situação de violência que sofrem nossas crianças e adolescentes” (COMDIM, 2011).

sexual envolvendo crianças e adolescentes, a apresentação realizada pelo COMDIM estruturou-se em cinco tópicos: o que é abuso sexual infantil; O que é a exploração sexual infantil; A criança ou adolescente vítima de abuso sexual ou exploração - Sinais de violência (sinais físicos; psicológicos e comportamentais) e como proteger nossas crianças.

Já em relação à participação, segundo a definição utilizada nesse estudo, ela não aconteceu, ou foi impedida de acontecer, sobretudo a participação que se esperava ver em uma reunião “ampliada, com a participação da comunidade”. As pessoas assistiam a reunião, não participavam.

Houve apenas duas colocações vindas da “plateia”. A primeira de uma das técnicas da Secretaria de Trabalho e Ação social, que disse que o momento era muito importante, pois retomava uma iniciativa que a Ação Social tinha em gestões anteriores, que era os encontros com as famílias nos Pólos de Atendimentos.

A segunda fala veio de uma senhora, moradora do Jabuti, que queria que seu filho de 6 anos, não contemplado no atendimento do Pólo do bairro devido sua idade, fosse atendido naquela unidade. Como quem suplica ela falou: “queria pedir ao Dr. Acilon para ele fazer uma reunião e ouvir a gente. Eu agradeço muito a ele por tudo, mas queria que ele fizesse isso.”

Após a fala da moradora a secretária de Ação Social tomou a fala e destacou: “as escolas de tempo integral vêm aí para sanar essa problemática”, e teceu vários elogios à gestão municipal, como quem faz propaganda de um produto.

Na opinião da conselheira abaixo, a reunião deveria ter sido mais bem trabalhada. Em sua opinião ela teve mais características de uma palestra,

(...) participei da reunião ampliada, mas só confirmou uma ação, né? Pra mim aquilo dali não era um espaço de discussão. Foi uma palestra sobre uma temática com baixíssima participação. Você tinha as pessoas, só que as pessoas não falavam. É assim, um espaço riquíssimo, que poderiam ser tirado muita coisa dali de fato, ter se aproximado mesmo, de fato, dentro da comunidade, pois era uma reunião ampliada, né? Que é pra acontecer na comunidade, mas ficou muito no foco formal. Como é que chama? Propagandista? Sei lá o que, né? Foi um espaço de discussão longe léguas (Conselheira B).

Na IV (quarta) reunião do COMDIM de 2011, posterior à reunião ampliada, um dos pontos de pauta foi a avaliação da reunião no Jabuti. No momento houve uma grande discussão em torno da pouca ou nenhuma participação efetiva da comunidade, e das propagandas relacionadas à figura do prefeito, realizadas durante a reunião.

Em relação à primeira pauta, após esta pesquisadora, na função de conselheira fazer uma reflexão em torno do tema da participação social no Brasil e das dificuldades de efetivamente exercê-la, devido às inúmeras dificuldades, principalmente no que diz respeito às nossas raízes culturais, o secretário executivo rebateu: “o objetivo da reunião ampliada era dar visibilidade ao Conselho. Dizer que ele existe e isso foi feito”.

Quanto às “propagandas”, a conselheira que as havia pronunciado desculpou-se, mas continuou afirmando que é muito difícil não tecer elogios a uma gestão tão maravilhosa como a que vem sendo realizada no município de Eusébio. A conselheira recebeu o apoio de quase a maioria das conselheiras presentes àquela reunião, que salvo duas exceções, não viram nenhum tipo de problema na propaganda.

Essa foi uma das melhores reuniões do COMDIM no que diz respeito à participação das conselheiras, pois em meio ao “fogo cruzado”, iniciado devido às críticas de duas das conselheiras em relação à propaganda exagerada favorável ao prefeito, as demais conselheiras tiveram que se posicionar. Era nítido o apelo para elas dizerem de que lado estavam.

3.4.1.5 As Pré-conferências: construindo a Conferência Municipal



A 1ª Conferência Municipal dos direitos da Mulher de Eusébio foi antecedida pelas pré-conferências realizadas nos quatro distritos⁴⁶ do município, e constituíram-se

⁴⁶ As pré-conferências municipais aconteceram nos seguintes dias, horários e locais: 18/08/2011, manhã, no Pólo de Atendimento do Jabuti e tarde, no Pólo de Atendimento do Santo Antônio (Pedras);

como o momento de mobilização para a conferência municipal. Nas pré-conferências foram eleitas (os) as (os) delegadas (os) que participaram da etapa municipal; e posteriormente das etapas estadual e nacional.

A primeira pré-conferência aconteceu no Jabuti, e em sua fala inicial a presidente do Conselho falou da alegria de retornar ao bairro que sediou a primeira reunião ampliada do COMDIM, agora para realizar a primeira, de uma série de quatro pré-conferências a serem realizadas em Eusébio.

Explicou ainda que as temáticas das pré-conferências seriam: “Saúde da Mulher” e “Violência contra a Mulher”, disse que o momento se constituía como “um momento histórico. É importante ouvir o que as palestrantes têm a dizer. Esse momento é meu como mulher.”

A exposição da temática da Saúde da Mulher durante as pré-conferências, ficou a cargo das duas conselheiras que representavam a Secretaria Municipal de Saúde de Eusébio junto ao COMDIM, e a temática da Violência Contra a Mulher ficou a cargo de uma das conselheiras que representava a Secretaria do Trabalho e Ação Social, no Conselho, juntamente com uma assistente social do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

Ambas temáticas foram abordadas com bastante segurança e precisão e tiveram uma excelente aceitação pelo público que prestigiou tanto as pré-conferências, como a própria Conferência.

Na palestra “Saúde da Mulher” inicialmente, foi abordado alguns aspectos sobre o tratamento dado pelo Estado brasileiro a essa temática no Brasil. As conselheiras esclareceram que a saúde da mulher é prioridade no Sistema Único de Saúde (SUS) ; está contemplada no Pacto pela Saúde; está inclusa nas Metas do Milênio⁴⁷ (Meta 3: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher e Meta 5: Melhorar a

18/08/2011, manhã, no Pólo de Atendimento ABC do Parque Havaí, bairro localizado na Sede do município e, tarde, no Pólo de Atendimento da Mangabeira.

⁴⁷O Pacto pela Saúde é um conjunto de ações institucionais compactuadas pelas três esferas governamentais do Sistema Único de Saúde (SUS), União, estados e municípios, com a finalidade de gerar inovações nos procedimentos de gestão da saúde pública no Brasil, objetivando melhoria no atendimento desse serviço no país. Já as Metas do Milênio, referem-se aos números que foram estabelecidos para que os oito compromissos, os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), aprovados pelos 191 líderes dos países membros das Nações Unidas, na Cúpula do Milênio, em Nova York, em setembro de 2000, fossem alcançados. As metas contemplam diversos temas: Erradicar a extrema pobreza e a fome; Atingir o ensino básico universal; Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; Reduzir a mortalidade infantil; Melhorar a saúde materna; Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; Garantir a sustentabilidade ambiental e Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

saúde materna) e vem sendo considerada em diversos acordos nacionais e internacionais.

Em seguida as conselheiras discorreram sobre vários assuntos relacionados à saúde e direitos da mulher, tais como: serviços disponíveis para a mulher na assistência primária e secundária de saúde; assistência pré-natal; direitos sociais e trabalhistas da gestante; assistência ao parto; parto humanizado; planejamento familiar; métodos anticoncepcionais; prevenção do câncer de colo do útero e câncer de mama; saúde mental, dentre outros.

Já a apresentação da conselheira da Ação Social e da técnica vinculada ao CREAS foi estruturada da seguinte forma: primeiro, dois temas foram abordados em forma de pergunta, instigando a participação das mulheres presentes: o que é violência contra a mulher e por que as mulheres sofrem caladas. Em seguida discorreram sobre as fases e as formas da violência doméstica; sobre a Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha e concluíram a apresentação tratando de violência contra a mulher e saúde mental.

Na palestra sobre a violência as palestrantes constantemente chamava atenção para a importância da denúncia do agressor: “Em caso de violência contra a mulher, busque apoio, denuncie, só assim conseguiremos vencer este cenário de horror que maltrata uma a cada três mulheres no Brasil!”

Durante a palestra sobre Saúde da Mulher, no Jabuti, uma das moradoras, após ouvir todos os direitos garantidos à mulher grávida em Eusébio, retrucou: “conheço uma mulher grávida de outra cidade que não foi atendida no Posto de Saúde do Jabuti!”

Rapidamente lhe foi dada a resposta pela palestrante: “é uma questão organizacional.” E complementada por outra conselheira, também secretária de uma das pastas da administração: “todo serviço público municipal deve ser buscado em seu município!” E em seguida o secretário executivo do COMDIM concluiu: “temos que ser atendidos no município de origem e temos que ser atendidos bem, essa é uma questão.” Contudo a mulher não se convenceu e continuou falando: “moro em Eusébio e sou bem atendida em Fortaleza sim, todas as vezes que preciso!”

Trago esse exemplo para que se possa iniciar uma reflexão em torno da escassez da fala dos participantes dos eventos realizados pelo COMDIM e acompanhados por

este estudo. Elas são raras, raríssimas. É como se as críticas a qualquer serviço da gestão fosse inadmissível e as pessoas se intimidassem⁴⁸ em fazê-la.

No imaginário da maioria das conselheiras a gestão apresentava-se como perfeita, assim como bem colocou o conselheiro executivo do COMDIM em uma das reuniões do Conselho, ao referir-se a sua moradia em Eusébio: “moro no paraíso!” E do paraíso não há o que reclamar.



Ao final de cada pré-conferência eram levantadas as propostas da plenária para serem levadas à Conferência Municipal e também realizada a eleição dos delegados e delegadas; e como o público presente era em sua maioria composta de servidores públicos - é como se a informação fosse mais acessível a eles (as) – os delegados (as) da Conferência, eram, em sua grande maioria, pessoas muito próximas à gestão municipal e aos partidos que estavam no poder, independente de estar representando o governo municipal ou a sociedade civil.

⁴⁸ No próximo item trarei uma situação absurda ocorrida durante a Conferência Municipal dos Direitos da Mulher quando uma das delegadas presentes resolveu colocar seu ponto de vista em relação a alguns serviços da gestão municipal. Ela foi simplesmente vaiada pela quase totalidade da “plateia”, que apesar da “paridade” constitucional, era formada em sua grande maioria por cabos eleitorais e funcionários públicos da Prefeitura Municipal de Eusébio.



É como disse uma das conselheiras, “(...) participei também dos preparativos para a Conferência da Mulher, que foi lá na Mangabeira. Que também não houve divulgação. Não sei. Sei lá... foi fraco. Não atendeu o que era pra atender, não sabe? A expectativa, a proposta?” (Conselheira B).

As propostas apresentadas para a Conferência Municipal foram bastante relevantes e diversificadas. Variavam desde a proposta de implantação de uma Coordenadoria de Saúde da Mulher junto à Secretaria de Saúde do município e implantação da delegacia das mulheres à implementação de políticas públicas direcionadas à formação política de mulheres e homens em Eusébio, com vistas à construção de espaços efetivamente públicos.

Um dos momentos mais emocionantes dessas quatro pré-conferências aconteceu durante a pré-conferência da Sede. Uma das participantes, auxiliar de informática, residente no Parque Havaí partilhou seu depoimento de vida.

Ela chegou ao Eusébio no ano de 2005 e passou a se relacionar com um homem que a agredia física e psicologicamente diariamente. “Um rapaz que não me deu valor; que me colocava para baixo. Minha família toda foi embora para outro município e mesmo ele me maltratando preferi ficar com ele. Aí fui endoidando (...)”, disse ela. Em seu depoimento a jovem disse que chegou a ser internada no Hospital Mental de Messejana, vítima de transtorno mental, ocasionado pela violência sofrida.

Ao final de seu depoimento perguntei para ela: “e hoje?” “Voltei para ele,” respondeu ela. Continuei a indagar: “Ele mudou?” Com um sorriso ainda meio acanhado respondeu-me: “Ele me trata melhor. Hoje ele me respeita.” Em seguida ela

veio onde eu estava e me deu um abraço, como que agradecida por eu ter me importado com sua história.

3.4.1.6 I Conferência Municipal dos Direitos da Mulher de Eusébio



A I Conferência Municipal dos Direitos da Mulher de Eusébio foi realizada no dia 31 de agosto de 2011, no auditório da Escola Estadual de Educação Profissionalizante Eusébio de Queiroz. A conferência municipal seguiu o desenho da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, convocada via decreto presidencial de 15 de março de 2011 pela presidenta da República Dilma Russef.

A etapa nacional⁴⁹ foi realizada em Brasília, Distrito Federal, no período de 12 a 14 de dezembro de 2011, com o objetivo de discutir e elaborar propostas de políticas que contemplem a construção da igualdade de gênero, na perspectiva do fortalecimento da autonomia econômica, social, cultural e política das mulheres, e contribuam para a erradicação da pobreza extrema e para o exercício pleno da cidadania pelas mulheres brasileiras.

Em Eusébio a Conferência foi organizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM e pela Assessoria Especial de Políticas para a Mulher de Eusébio.

⁴⁹ Na etapa estadual do Ceará, o município de Eusébio conseguiu eleger três delegadas para a etapa nacional.

A programação trazia o seguinte roteiro: recepção e credenciamento; solenidade de abertura (formação de mesa de abertura e Hino Nacional do Brasil); café da manhã; mensagem da ministra Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, às conferencistas; discussão e aprovação do Regimento Interno; Conferência Magna: “Avanços e Desafios na Implementação das Políticas para Mulheres em Eusébio à Luz do Plano Nacional”; debates; trabalho em grupo; almoço; apresentações das proposições dos grupos de trabalho; eleição dos (as) delegados (as) à III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres; apresentação teatral “Nas Garras do Capa Bode” e encerramento.

Contudo, a programação não aconteceu exatamente como estava prevista. Uma das primeiras alterações se deu durante mesmo a cerimônia de abertura com a apresentação cultural do cantor Tião Simpatia, que dentre outros números, declamou o cordel da Lei Maria da Penha. O cantor trabalha diretamente com o Instituto Maria da Penha.

Em seguida o secretário executivo do COMDIM, que coordenava os trabalhos, fez a chamada para a mesa de abertura, que foi composta somente por autoridades⁵⁰ do município.

A composição da mesa foi bastante criticada por algumas conselheiras por ocasião da avaliação da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Mulher realizada durante a VII Reunião Ordinária do Conselho, realizada no dia 30 (trinta) do mês de setembro de 2011,

(...) a Conselheira Eliábia elogiou a organização e acredita que a fala feita por ela no momento da vaia contribuiu positivamente para amenizar os efeitos do ocorrido; colocou ainda ter sentido falta, como Conselheira, da representação da sociedade civil na mesa de abertura; também colocou da dificuldade encontrada pelas pessoas no grupo, de se pensar a partir do tema ‘Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão’(COMDIM, 2011).

As falas da mesa de abertura pontuaram a importância do momento e fizeram menção à sensibilidade da gestão municipal em construir políticas públicas em conjunto com a sociedade.

Durante a leitura e aprovação do regimento houve um embate em torno da quantidade de delegados (as) a serem eleitos (as) para a conferência Estadual, e também

⁵⁰ Embora algumas pessoas como, por exemplo, as secretárias de Educação; do Trabalho e Ação Social e uma das vereadoras do município fossem conselheiras do COMDIM, foram solicitadas à mesa não como conselheiras, mas como autoridades do município. Até mesmo as autoridades que chegavam atrasadas eram chamadas.

em relação à distribuição das vagas entre governo e sociedade civil. Após os debates foi aprovado que seriam eleitos (as) doze (12) delegados (as): 10 (dez) mulheres e 2 (dois) homens. Cinquenta por cento (50%) divididas igualmente entre os representantes do governo e da sociedade civil.

Após a exposição da presidente do COMDIM e também assessora da Assessoria Especial de Políticas para a Mulher apresentar as políticas públicas existentes em Eusébio para as mulheres, os secretários e secretárias também foram colocando as ações de cada secretaria do município voltadas para a mulher.

Durante à tarde deu-se a divisão dos grupos de trabalho. Cada grupo deveria escolher entre seus pares uma coordenadora e uma relatora e elaborar até dez (10) propostas para as políticas municipais, até duas para as estaduais e duas para as nacionais.

O grupo acompanhado pela pesquisa foi o de número quatro (4): “Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.” As delegadas presentes apresentavam várias dificuldades para a realização do trabalho. A primeira dificuldade estava em não compreenderem a dinâmica de uma Conferência. Ou seja, muitas não sabiam que tinham que elaborar propostas e muito menos para quê e por quê, acarretando inicialmente muitos problemas para o andamento do trabalho do grupo.

Entretanto, a participação de algumas delegadas, instigando o debate na sala, incentivando o grupo a pensar junto, rendeu a elaboração de oito propostas bem interessantes, dentre elas “garantir a liberação de servidores (as) públicos e funcionários de empresas privadas para a participação nas experiências participativas (associações, conselhos, fóruns) sem penalidades trabalhistas.”

De uma forma geral a Conferência consolidou-se como um momento rico, de experiências significativas, um evento definido por todas as conselheiras como muito bem organizado, digno das mulheres eusebienses.

Como já mencionei, as práticas educativas não acontecem de forma isolada. Existe para além da proposta de formação de cada associação e conselho, expostas em seus documentos e vivenciada em seu dia a dia, outros aspectos que interferem diretamente na formação dos participantes desses espaços, como o a cultura política; a histórica negação da fala no Brasil; o clientelismo; o personalismo e autoritarismo; as regras rígidas de instituições seculares, como a Igreja, e vários outros.

Assim, somente a realização das práticas educativas pela AMACAUASSU ou pelo COMDIM, com a intenção de formar sujeitos críticos, não é garantia de que os

participantes se conscientizem nessa direção. Pois de acordo com Freire “cada homem está situado no espaço e no tempo, no sentido em que vive numa época precisa, num lugar preciso, num contexto social e cultural preciso. O homem é um ser de raízes espaços-temporais” (2008, p.39). Esses são alguns dos temas que aprofundarei no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

IMPASSES E POSSIBILIDADES NA CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

4.1 Impasses na construção do público no Brasil – uma visita ao pensamento social brasileiro

No Brasil são vários os impasses no processo de construção de espaços efetivamente públicos. Muitos desses empecilhos remontam desde nossa colonização. Em “Raízes do Brasil”, por exemplo, Holanda vai à busca do que poderíamos chamar de “a essência do homem brasileiro”. Através da metodologia dos contrários, o autor vai construindo o perfil da formação da sociedade brasileira, apontando as contribuições que os países europeus tiveram na composição da nossa cultura, de “raízes ibéricas”.

Tanto para Freyre (2006)⁵¹ quanto para Holanda (1995), o Estado brasileiro, em formação, foi fortemente influenciado pela família patriarcal. Os homens públicos, formados no círculo doméstico, deixaram os laços sentimentais e familiares serem transportados para o ambiente do Estado.

O sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil reside principalmente na presença da Casa-grande, com seu sistema de “plástica contemporização”. Ou seja, as casas funcionaram como os “centros de coesão patriarcal e religiosa: os pontos de apoio para a organização nacional” (FREYRE, 2006, p.36).

Holanda, preocupado em identificar em nossa formação os traços característicos das pessoas oriundas da península Ibérica, revela existir na sociedade brasileira a cultura da personalidade, “Cada qual é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes [...] - e as virtudes soberanas para essa mentalidade são tão imperativas, que chegam por vezes a marcar o porte pessoal e até a fisionomia dos homens” (HOLANDA, 1995, p. 32).

A história da sociedade brasileira, como propõe Martins (1994), tem sido uma história que não chega ao fim de períodos definidos, de transformações concluídas, está sempre por se fazer. A “Sociologia da História Lenta”, como define esse autor,

⁵¹ Freyre denomina sua obra - Casa-grande e Senzala, um “ensaio de sociologia genética e de história social”. Seu estudo tem a pretensão de analisar aspectos significativos da formação da família brasileira. “A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: de sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas credências da senzala. O estudo da história íntima de um povo tem alguma coisa de introspecção proustiana [...]” (FREYRE, 2006 p.44). De um modo geral, a obra analisa a formação brasileira sobre um processo de equilíbrio de antagonismos cultural e econômico e de todos eles, predominando sobre todos os outros, “o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo”.

[...] permite descobrir, e integrar na interpretação, estruturas, instituições, concepções, e valores enraizados em relações sociais que tinham pleno sentido no passado, e que, de certo modo, e só de certo modo, ganharam vida própria. É sua mediação que freia o processo histórico e o torna lento (MARTINS, 1994, p.14).

O fenômeno do coronelismo, por exemplo, encerra uma relação de dependência que ainda apresenta-se muito latente no Brasil. Hoje ele não só habita o espaço do campo, mas está presente como uma continuidade histórica, que se reveste a cada dia com uma nova roupagem, também nos espaços urbanos.

O poder pessoal e oligárquico e a prática do clientelismo são ainda utilizados como fortes suportes de legitimidade política. Esses aspectos revelam as forças e fragilidades de um Estado cuja existência resulta da contraditória combinação de interesses e concepções tradicionais e modernas (MARTINS, 1994).

4.2 Na AMACAUASSU a principal dificuldade vem “de cima”

Hoje, principiando uma compreensão mais social dos fatos que me rodeiam, gostaria de retomar o episódio dos comentários da “líder” local ao ler o convite que fora produzido para convocar os moradores do Cauassu para a organização social, assunto explanado no terceiro capítulo, quando tratei das práticas educativas da Associação.

Aquele comentário agregado à carta anônima ⁵² que fora enviada aos diretores da AMACAUASSU em 2010 e vários outros episódios “contra” a existência da Associação me remetem às análises de Holanda (1995) quando ele trata de discutir as raízes sociais, culturais e política do Brasil.

Dentre os conceitos apresentados pelo autor, um dos mais interessantes para esta investigação é o de “homem cordial” - que tomado pela exacerbação de afeto, apresenta-se como um dos grandes responsáveis pela nossa incapacidade de separar a esfera pública da esfera privada. Para ele, esta figura

[...] não pressupõe bondade, mas somente o predomínio dos comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas, não necessariamente sinceras nem profundas [...] ele é visceralmente inadequado às relações impessoais que decorrem da posição e da função do indivíduo, e não da sua marca pessoal e familiar, das afinidades nascidas na intimidade dos grupos primários (HOLANDA, 1995, p.17).

A cordialidade brasileira manifesta-se principalmente na impossibilidade que temos de nos desvincular dos laços familiares, das relações de simpatia e pessoais em

⁵² Anexo nº4.

todos os ambientes sociais, o que reflete em um distanciamento de situações conflituosas, eminentemente políticas. O rigor é “afrouxado”, não há distinção entre o público e o privado: amigos são amigos em todos os lugares.

Ou seja, na análise daquela “líder local”, o único motivo que justificaria a vontade de organização social, seria a suposta raiva que os moradores do Cauassu teriam da pessoa do prefeito. Sua posição revela o quanto nesse momento sua consciência encontra-se ingênua em relação à realidade, pois não se aprofunda na casualidade do fato, e de forma apressada chega a uma conclusão superficial: a raiva.

Desmitificar, superar a consciência ingênua, como a que se apresentava no fato descrito acima, e transformá-la em uma consciência crítica, não se constitui uma tarefa das mais fáceis no processo educativo. Contudo, durante a observação participante pude acompanhar as várias atividades proporcionadas pela AMACAUASSU, como descritas em capítulos anteriores, e constatar o quanto cada uma delas ambicionava alcançar tal feito em seus (as) associados (as).

E em relação aos associados e as associadas de hoje? O que levou esses homens e mulheres depois de uma dura jornada semanal de trabalho a se dedicar ao trabalho associativo, em seus finais de semana. Ou seja, quais foram as motivações, ou melhor dizendo, as lógicas e os significados atribuídos pelo “homem simples” à participação popular?

As entrevistas e observações registraram várias motivações que levaram os associados de hoje a um dia tornarem-se sócios (as). São elas: manterem-se informados; curiosidade; importância para comunidade; desejo de reativação da entidade; o convite à participação; luta por direitos sociais; participação; contribuição pessoal para a sociedade local; confiança no movimento de reativação; confiança no grupo; contribuição coletiva.

Nesse depoimento a associada destaca o vigor que o movimento pela reativação da AMACAUASSU trouxe para o bairro, contagiando-a também a participar

(...) quando começaram a falar em associação, que todo mundo se reunia ali na Praça, não era? Todo mundo tava naquela euforia, naquele desejo de resgatar, de fazer uma associação e depois descobriram que já tinha uma associação (...) Aí por isso que eu comecei a me interessar, a participar. Por que eu queria saber o final da história da associação que tinha, a ‘Associação da Lúcia’ (...) eu achei mais importante contribuir através da Associação. Contribuir com a comunidade. Ajudar a comunidade. Eu fazendo parte da Associação, sendo sócia, eu estou ajudando o povo da comunidade, seja em um projeto, seja numa ação (Neuma – Associada).

Já em relação aos motivos dos membros da diretoria em associarem-se, especificamente, os depoimentos revalam a compreensão da necessidade de organização da comunidade com vistas às demandas existentes; a importância de reivindicar os direitos os sociais, e a confiança no grupo de pessoas que estava à frente do movimento de reativação da AMACAUASSU.

(...) a gente tinha que fazer alguma coisa pela comunidade e uma das formas de se fazer alguma coisa pela comunidade era se organizar e se juntar e fazer alguma coisa. E quando surgiu esse grupo disposto a fazer essa mudança, e surgiu essa ideia da associação, eu me senti assim chamado. Me senti responsável de participar, né? E a gente, pessoas que são membros da comunidade já há muito tempo, me senti na obrigação de participar da Associação (Daniel – Associado – segundo secretário da AMACAUASSU).

(...) o que mais pesou foi a vontade de colaborar com a comunidade. (...) no momento que eu a via como uma comunidade abandonada. Abandonada pelas autoridades, pelo poder público. E assim, quando se viu um grupo de pessoas se reunindo buscando, querendo saber quais eram seus direitos, o que podiam fazer para colaborar, eu me senti muito chamada a contribuir com isso. A contribuir com a comunidade em que eu cresci; a comunidade que eu vivo; que é o nosso lar, não é? E ver nossa comunidade se degradando como o Daniel já colocou, me doía muito, e eu me senti muito chamada a fazer alguma coisa (Samia – Associada – primeira secretária da AMACAUASSU).

Um dos diretores, mostrando-se bastante decepcionado com o atual prefeito de Eusébio, por conta da não realização das promessas de campanha no Cauassu, vê na Associação, desde o momento de sua reativação, a possibilidade de cobrar as obras prometidas durante a campanha eleitoral de 2008, como também reivindicar coletivamente a efetivação de direitos sociais até então negados à população,

(...) ele (o prefeito) conseguiu o que ele queria, o objetivo dele. Só que quando ele conseguiu, não cumpriu o que ele tinha prometido. Então, no momento que eu vi que ele não ia fazer, nos reunimos e surgiu a Associação. Então eu vi que ali na Associação eu ia ter força maior para fazer com que ele fizesse cumprir as necessidades que ele via que nós tava precisando. E ele chegou a cumprir, né? esse foi o motivo (...) cobrar das autoridades (...) eu vi que as pessoas que estavam na associação tinha aquele, aquele mesmo motivo, que eu tava, né, aquela mesma vontade de cobrar o que ele prometeu (Glaube – Associado – Primeiro tesoureiro).

Antes de se tornar sócio da AMACAUASSU o associado acima era tido na comunidade como uma pessoa agressiva, mal educada, que “não sabia falar” quando ia reclamar algo com alguém. Acompanhando esse associado durante a observação

participante pude perceber que seu comportamento havia mudado significativamente. Ele mudou, sobretudo, na forma de se expressar e de tratar as pessoas.

Através do estudo pude observar o quanto ele aprendera a usar os mecanismos e estratégias de que a Associação dispunha para reivindicar; expor suas ideias, críticas e elogios a quem quer que fosse. Pude notar ainda, que esse associado, assim como o Sr. João, anteriormente citado, foi um dos associados que mais colaborou com o Amacauassu Notícias, seja escrevendo e fazendo o acompanhamento junto aos patrocinadores do informativo, seja distribuindo mensalmente o jornal Eusébio afora, inclusive nas secretarias, Câmara de Vereadores e órgãos públicos.

Na Associação ou na igreja da comunidade, a Igreja Nossa Senhora de Fátima, era nítida a crença desse homem no poder da organização social para fazer valer seus direitos e seus sonhos, e principalmente os direitos da comunidade.

Trago todas essas informações em relação aos aprendizados desse associado em suas vivências na comunidade, e de forma particular na AMACAUASSU, espaço acompanhado pela pesquisa, para iniciar a discussão sobre as dificuldades e desafios enfrentados pela Associação na tentativa da construção de um espaço efetivamente público.

Dentre todas as dificuldades apreendidas na pesquisa, a maior delas, e que por esse motivo a elegi para discorrer, foi a de ordem religiosa. A estreita ligação existente entre a AMACAUASSU e a Igreja Nossa Senhora de Fátima, como explicitada no perfil socioeconômico dos (as) associados (as) interfere diretamente sobre todas as ações da Associação.

Não obstante, a religiosidade, na curta história da AMACAUASSU, ao mesmo tempo em que se apresenta nos últimos meses como uma dificuldade para a realização de algumas ações da Associação, dentre elas a reunião mensal ordinária⁵³, no início do seu processo de reativação apresentava-se como uma força propulsora à organização da Associação.

Um dos fatores decisivos para que ocorra essa contradição, encontra-se apoiada na mudança radical sofrida na comunidade do Cauassu devido à mudança do pároco da Paróquia de Eusébio, a qual a Igreja nossa Senhora de Fátima encontra-se vinculada.

⁵³ Explicarei adiante como a mudança de pároco atingiu diretamente a realização da reunião ordinária.

A base de organização da comunidade tem forte ligação com o primeiro padre da paróquia, padre Paulo Ernando Nogueira Barbosa, o padre Paulo⁵⁴, que tinha uma vivência de muito diálogo e respeito com a comunidade e sua realidade e, que principalmente, não desvinculava sua prática religiosa dos fatos políticos de Eusébio. Essa postura influenciou a formação política de algumas pessoas que ainda hoje atuam nos movimentos da Igreja e da Associação e que se habituaram e aprenderam a trabalhar da mesma forma que ele.

Dentre os sucessores do padre Paulo nenhum deles apresentou semelhança com sua maneira de gerir a paróquia. Contudo, o padre José, no que diz respeito à simplicidade e respeito com que tratava as pessoas, foi o que mais se aproximou daquele modo de trabalhar. E foi justamente no período em ele que esteve em Eusébio, que a comunidade do Cauassu passou a se movimentar para construir um templo maior e substituir a pequena capela, construída na época do padre Paulo.

E o que tem a ver o movimento de construção da Igreja Nossa Senhora de Fátima, com a Associação e as dificuldades enfrentadas por ela hoje? Tudo, pois todos (as) os (as) associados (as) que durante a pesquisa se autodefiniram católicos (as) participaram desse movimento fervoroso de organização na comunidade e foi durante esse movimento que muitos dos vínculos que o grupo possui foram criados, inclusive o de pertença com a comunidade.

Depois de construída a Igreja, todos os domingos esse grupo de pessoas encontrava-se nela não somente para rezar, mas para tratar de outros assuntos de interesse da comunidade. Após o término da celebração, que era feita por leigos (as), moradores (as) do bairro, esse grupo passava horas conversando sobre vários temas, inclusive as reivindicações da comunidade.

“O povo da Igreja”, como ficou conhecido o grupo, algum tempo depois passou a perceber que alguns problemas da comunidade não conseguiriam ser encaminhados somente via Igreja - o da violência – por exemplo, como abordado no início desse trabalho. Daí esse mesmo grupo iniciar o processo de reativação da Associação e a grande maioria dele permanecer na entidade até os dias atuais.

⁵⁴ Durante a pesquisa localizei o endereço eletrônico do padre e mantive contato com ele. Contudo, infelizmente, não foi possível aprofundar nosso diálogo através de uma conversa pessoal ou via telefone. Nas mensagens que trocamos, ele destacou a importância dessa pesquisa para a história do município, e remeteu-se ao período da emancipação de Eusébio, o qual ele acompanhou de perto: “Primeiro, parabéns pela pesquisa, o tema é realmente muito interessante e certamente ajudará na compreensão do Eusébio não a partir (mas também!) daqueles que legitimaram o seu poder após a emancipação, mas daqueles (as) que muitas vezes somente olhavam com admiração (!?) todo aquele processo”.

As várias mudanças ocorridas no horário da celebração da Igreja Nossa Senhora de Fátima, aliada a outras atitudes tomadas pelo padre atual, padre Leonardo Wagner, da Comunidade Católica *Shalom*, que em sua chegada (fevereiro de 2011) impôs um calendário completamente inviável à participação dos moradores à Igreja, foi, de acordo com minhas observações, um dos maiores dificultadores à participação das pessoas em atividades da Associação, e ao mesmo tempo, à construção de uma consciência crítica nos sujeitos que dela participam, pois o momento da reunião se constituía como o principal momento de formação crítica dos associados (as).

Antes dessas mudanças a reunião ordinária da AMACAUASSU acontecia impreterivelmente no primeiro sábado ⁵⁵de cada mês, no horário das 19h, e tinha participação em massa dos (as) associados (as), já que esse fora o horário que melhor atendia ao grupo. Eles chegavam cedo à sede da Associação, bem antes do início da reunião e iam aguardando uns aos outros de forma descontraída, e ao término do encontro continuavam com a mesma descontração.

Com as mudanças, a prioridade do horário de sábado, 19h, passou a ser da Igreja. Desta feita a reunião da Associação passou inicialmente a ser realizada aos domingos, às 15h.

A reunião nesse horário contou com uma participação reduzida de sócios (as) e os (as) poucos (as) que compareceram reclamavam da temperatura quente no local. Ou seja, a Sede não dispunha de um espaço adequado para um encontro naquele horário, e não podia transferi-lo para mais tarde, quando a temperatura estava mais amena, e nem para a noite, visto comprometer a participação dos associados (as) protestantes, cujo Culto religioso iniciava-se às 17h, e a aula de Dança de Salão, promovida pela Associação.

Em nova assembleia o horário da reunião voltou a ser no primeiro sábado do mês, só que agora às 20h, ou seja, após a celebração da Igreja Nossa Senhora de Fátima, que teoricamente deveria ocorrer de 19 às 20h.

Os encontros acompanhados pela pesquisa durante esse horário, além de registrar escassa participação dos (as) associados (as), observou que a dinâmica da reunião é completamente diferente da forma a que fiz referência no capítulo III. As reuniões iniciam muito tarde para um grupo de trabalhadores (as). Elas nunca iniciaram

⁵⁵ Quando ocorria algum problema de calendário, como feriado ou evento na Igreja, a reunião passava a acontecer no segundo sábado do mês, também sem problema de participação, visto que o compromisso religioso com a Igreja, considerado pelos associados como imperdível, acontecia aos domingos, às 18h.

às 20h, como previsto. As reuniões costumam iniciar por volta das 21h, pois a celebração só encerra-se efetivamente por volta das 20:30h, quando muito, e as pessoas ainda levam um certo tempo para chegarem à Sede da Associação.

Por começar muito tarde, algumas pessoas que se mostravam bem ativas em reuniões anteriores, cansadas de suas lidas diárias, tomadas pelo cansaço e sono, passaram a cochilar e/ou apressar o término da reunião, dificultado a contemplação das pautas e comprometendo a qualidade das discussões. Além dessas dificuldades houve também algumas reclamações por parte dos (as) associados (as) evangélicos (as) que chegam à Associação no horário previsto e só veem iniciar a reunião com uma hora de atraso.

A reunião é a assembleia da AMACAUASSU. Era lá o momento da vivência da política no seu sentido mais pleno. No diálogo permanente uns com os outros os sujeitos iam se fazendo gente; humanizando-se; vinham potencializando a participação social e despertando para uma série de acontecimentos, eventos, estudos, nunca apreciados por eles. Era lá que os associados animavam-se para escrever matérias para ao jornal. Ou seja, as reuniões constituíam-se momentos importantes, quando então todas as ações da Associação eram planejadas.

Portanto, se a participação nas reuniões é reduzida, reduzem-se também as possibilidades de tudo o que foi aqui mencionado acontecer. Se não há participação, não há formação naquele espaço.

Ao realizar essa explanação em torno da questão da mudança de horário das celebrações da Igreja e dos vínculos que o grupo responsável pela reativação da AMACAUASSU possui com essa institucional, ambiciono esclarecer que o “pano de fundo” de uma das grandes dificuldades de participação na Associação encontra-se ancorada na formação religiosa dos associados, católicos ou evangélicos, e assim sendo, na subordinação desses sujeitos à instituição Igreja e suas leis. Facilmente essas leis são tidas por eles (as) como sendo as Leis de Deus. É como tratei no título desse item: “o problema é de cima”.

Se não, vejamos. Voltemos ao caso do associado Glaube que hoje encontra-se oficialmente⁵⁶ afastado da Associação, mas que compareceu às duas últimas reuniões acompanhadas pelo estudo. Ele, como já abordado, foi uma das pessoas que mais

⁵⁶ Quando digo oficialmente, quero dizer que durante a pesquisa o associado escreveu uma carta de próprio punho à diretoria Executiva da Associação solicitando seu afastamento, segundo reza o regimento da instituição.

colaborou para a manutenção do Amacauassu Notícias e era constantemente aplaudido de pé por todos (as) associados (as) por suas matérias, inclusive quando essas teciam críticas à gestão municipal.

Todavia, quando esse associado resolveu escrever para o Jornal suas reflexões sobre um fato ocorrido na Igreja Nossa Senhora de Fátima, teve que enfrentar represálias de todas as partes.

As retaliações iniciaram-se mesmo antes da notícia ser divulgada no Jornal, pois o grupo de coordenadores da Igreja, que em sua maioria também são associados (as) acreditavam que a notícia era semelhante a uma carta⁵⁷ que ele escrevera dias atrás ao pároco de Eusébio, fazendo-lhe uma série de questionamentos quanto à maneira que o religioso vinha administrando a Paróquia e conseqüentemente a comunidade do Cauassu.

O presidente da Associação, que à época era coordenador de uma das pastorais e membro do ministério de música da Igreja, foi puxado várias vezes pelo braço por algumas associadas que faziam parte da coordenação da Igreja. Elas exigiam dele um posicionamento: “não deixe a notícia sair. Você pode fazer isso. Você é o presidente!”

Em reunião com a própria diretoria o associado foi “sabatinado” a não publicar a notícia. A crítica realizada por ele era válida e bem aceita desde que não fosse em relação à Igreja, ao padre, às questões de ordem “espiritual”.

Apesar de todos os pedidos⁵⁸, súplicas, orações para que a notícia não viesse a público, a Diretoria Executiva em conjunto com a editora chefe do Amacauassu Notícias assegurou a publicação, e ao mesmo tempo deu o direito de resposta à Igreja, por meio de uma entrevista a uma das coordenadoras que não tinha nenhum vínculo com a Associação. Eis a notícia na íntegra,

Recordo bem que em uma das reuniões que tivemos com o pároco da Igreja Sant’Ana e São Joaquim teve um momento que um membro da coordenação perguntou ao pároco se poderia velar qualquer ente querido na igreja Nossa Senhora de Fátima. A resposta do pároco foi bem clara: não! Só poderiam pessoas que tivessem história em seu passado dentro da igreja, mas eu por ser um homem que não fecha os

⁵⁷ Essa carta resultou em uma reunião na Igreja Nossa Senhora de Fátima com todos os coordenadores e coordenadoras de grupos e pastorais da Igreja, o pároco, sua secretária e dois representantes do Conselho Fiscal da Paróquia. Na ocasião, segundo alguns presentes, Glaube quase foi expulso da Igreja. Esse foi apenas o primeiro momento. Houve ainda um segundo momento apenas com os (as) coordenadores (as) de grupos e pastorais da Igreja. Nessa reunião, segundo ele me confessou através de uma conversa informal, foi acusado por uma das coordenadoras do grupo gestor da Igreja, de “só pensar em dinheiro e esquecer o espiritual”. A acusação deixou-lhe profundamente magoado com o grupo, que segundo ele, não lhe defendeu, o que acarretou em seu afastamento temporário da Igreja.

⁵⁸ Um dos pedidos veio através de uma carta direcionada à diretoria (anexo nº 5). Ela foi escrita por uma das coordenadoras da Igreja Nossa Senhora de Fátima, ex- associada da AMACAUASSU.

olhos para os acontecimentos e tão pouco morde a língua para não abrir a boca. Estou muito sentido com o grupo da igreja Nossa Senhora de Fátima por não ter aceitado o velório do rapaz que faleceu no dia 05/05/12 e ter aceitado o rapaz que faleceu no dia 29/05/12. Sim por que todos nós somos seres humanos e ainda não entendi esta diferença entre os dois falecidos, sei que no dia 05/05/12 era o primeiro dia de festa na igreja e no dia 30/05/12 iria ser a coroação, que no entanto foi adiada. Agora pergunto ao grupo: será que os dois falecidos tinham alguma diferença? Será que um era melhor que o outro? Tomem muito cuidado se isso não for preconceito dentro da igreja, o que será? (SILVA, 2012b, p.3).

A edição de número vinte e três (23), de 07 de julho de 2012 do Amacauassu Notícias foi uma das edições mais esperadas e requisitadas pela comunidade, e, embora a notícia não fosse diretamente ligada ao pároco e tenha sido dado o direito de resposta à Igreja, a AMACAUASSU recebeu várias críticas “anônimas⁵⁹” pela publicação da notícia.

A pesquisa observou que após esse fato algumas associadas ligadas diretamente à coordenação da Igreja passaram a dar pouca ou nenhuma atenção às atividades⁶⁰ da AMACAUASSU, mas de maneira geral o grupo de associados (as) ficou satisfeito com atitude da editora chefe em dar o direito de resposta à Igreja.

Como já mencionei, a vinculação religiosa não era a única dificuldade enfrentada pela Associação⁶¹. A cordialidade brasileira e o personalismo, tratados aqui por Holanda (1995), também se manifestava nas ações da AMACAUASSU.

Tal aspecto ficou muito nítido durante a pesquisa quando uma das associadas fez o seguinte comentário, referindo-se ao acompanhamento das crianças durante a aula de capoeira: “só vou por causa da Eliábia”. E se não fosse a Eliábia ela iria? Há uma fragilidade na formação política dos (as) associados (as). Os laços afetivos por muitas vezes ainda predominam nas ações da Associação.

⁵⁹ Uso o termo entre aspas porque o que quero dizer na verdade, é que as críticas não tiveram o destino que deveriam ter, ou seja, não chegaram diretamente à Diretoria e à editora do Jornal, os responsáveis legais pela publicação da notícia. Ficaram apenas no nível do “disse me disse”, ou seja, desqualificadas.

⁶⁰ Uma das atividades em que a pesquisa detectou esse desinteresse foi em relação ao Curso de Introdução à Economia Política. Através das observações, embora não tenha presenciado nenhuma formação ofertada pela Renovação Carismática Católica, vertente teológica seguida pela maioria das coordenadoras da Igreja, pude perceber, pelo comportamento das coordenadoras em algumas ocasiões, que os conteúdos abordados no Curso iam na contramão dos ensinamentos dados por essa vertente.

⁶¹ A dimensão religiosa presente nos movimentos sociais certamente encerra elementos outros, não abordados aqui. Os aspectos mitológicos e do profundo inconsciente coletivo poderiam ser trabalhados em uma pesquisa antropológica ou da psicologia social.

4.4 COMDIM: o problema é “mais embaixo”

Durante as entrevistas, quando o estudo indagou às conselheiras sobre os motivos que levaram-nas a participar do COMDIM, e assim sendo, de suas reuniões, e encontros e eventos organizados pelo Conselho, obtive respostas bem diversas quanto a adesão ao Conselho.

A fala dessa conselheira foi taxativa e vai de encontro ao que já mencionei sobre os conselhos abrigarem, por muitas vezes, presenças forçadas, obrigatórias, impostas,

Olha, o que mais me motivava, tá difícil! Sinceramente o que mais me motivava a ir, eu acho que não tinha. Ia porque precisava ir, fazia parte do *quorum*. Tinha que estar presente. Algumas discussões interessantes, como teve uma palestra sobre a saúde da mulher, foi muito interessante. Mas dizer assim, que hoje eu vou porque, esse assunto me motiva, não. Não tinha (Conselheira A).

Em contraponto a esse depoimento, duas conselheiras revelaram o quanto consideravam importante sua atuação junto ao COMDIM. Elas também falaram de suas esperanças. Para elas, cada uma a seu modo, poderia fazer a diferença,

(...) bom, eu sou um pouco teimosa, né? E assim, eu acho que é importante participar. Eu me sinto na responsabilidade de alguma forma despertar nas pessoas que dali fazem parte, e da própria comunidade, como na reunião ampliada, que é um espaço da comunidade. Para colocar esse povo para pensar, para falar. Então, a minha motivação é mais pelo desafio, que é grande. Mas assim, é uma ação que eu me identifico. Sabe assim, aquela história de que você pode fazer algo diferente. É mais ou menos por aí (Conselheira B).

Eu acho que era a vontade de ver acontecer, né? De ver as coisas acontecerem. As políticas serem implementadas, ser feita alguma mobilização, alguma campanha, né? Dizer que no Eusébio existe um Conselho e que realmente ele funciona. Então pra mim, defender essa causa da mulher, independente de qual seja o espaço (...) porque quer ou não queira, nesses espaços também existe muito machismo (...) e eu acho que as mulheres têm que está ocupando os espaços de poder (Conselheira D).

Já em relação às dificuldades enfrentadas pelo COMDIM na construção desse espaço de participação social, destaca-se, a permanência de práticas tradicionais na maneira de se fazer política no município, ou seja, prevalecem a política do favor e a concentração exagerada das representações nos conselhos em uma só pessoa.

Quanto ao último aspecto, a afirmação da conselheira é contundente. Ao ser entrevistada, teve dificuldade em saber ao certo de quantos conselhos fazia parte, tão grande era o número e a semelhança na composição de cada um.

Eliábia: O COMDIM é o único espaço de participação frequentado por você atualmente? Ou não? Você participa de outros conselhos?

Conselheira C: participo do da Criança e Adolescente.

Eliábia: Tem qual função no Conselho da Criança e Adolescente ?

Conselheira C: Presidente do Conselho. Participo do Conselho de Assistência Social. Os que tão funcionando agora né, Eliábia? Porque o da Cultura, eu também participo. Do da Cultura... Participo do... qual o outro?

Eliábia: Droga também?

Conselheira C: Droga ainda não. Mas eu me inscrevi agora. Porque parece que já terminou e teve a eleição agora.

Eliábia: Não. Ainda vai ter. Ele está situação igual ao da mulher.

Conselheira C: Há, e participo do Conselho do Idoso também.

Eliábia: Então vamos lá, ver os conselhos de que você participa: da Criança e do Adolescente; Assistência Social; Cultura e Idoso. E com o COMDIM faz cinco, não é?

Conselheira C: É, e o COMDIM nós estamos aí na espera para que se realize novamente. (...) Eu esqueci... Ainda tem o Conselho da Saúde que eu participo.

Entretanto, analisando a ficha oficial de contatos dos (as) conselheiros (as), disponibilizada pela Coordenadoria de Articulação Comunitária da gestão atual de Eusébio, verifiquei que a conselheira acima esqueceu de mencionar um dos conselhos.

Ela também compõe o recente criado Conselho Comunitário de Segurança do Município de Eusébio (CONSEGURANÇA), totalizando assim sua participação em sete conselhos e não seis, como descreveu em seu depoimento.

Ainda sobre a atuação dessa conselheira, é necessário acrescentar que ela é a conselheira titular, representando sua entidade, em cinco dos sete conselhos de que participa, é presidente de um deles, e aspirante à participação no Conselho Segurança Alimentar, que está prestes a ser criado no município.

Eliábia: por que você acha que não tem um rodízio maior? Para você ficar mais livre. O que é que você acha? Falta gente?

Conselheira C: É. Porque todo mundo trabalha, né? O mesmo problema é o meu, é o seu, é do fulano, é do sicrano.

Eliábia: as empresas privadas não liberam para a participação, é assim?

Conselheira C: É. Eu fiquei triste com a meninazinha que veio de lá (uma das associadas da Amacauassu, a Izadora, que chegou a participar do COMDIM) e teve que sair por conta do trabalho, porque ela era uma menina muito ativa. Mais aí, arranjou emprego, eles não liberam. Agora nós, quer dizer eu, que sou da prefeitura, né? Já é alguma coisa. Mas esse outro povo que é de empresa privada, não pode (Conselheira C).

O estudo aponta que há uma saturação nas representações junto aos conselhos de Eusébio, limitando a eficácia desse mecanismo de participação popular. As entidades apresentam-se frágeis, visto que com a adesão a tantos conselhos, falta-lhes tempo para informar e ao mesmo tempo mobilizar as bases de sua representação. Para Carvalho (1998), essa absorção das lideranças pela “luta institucional” é um dos motivos cruciais para que os conselhos tornem-se frágeis, esvaziados, limitando assim suas forças diante da sociedade.

(...) no município tem muita instituição, mas que só existe no papel, não tem funcionamento, aí as pessoas não participam. Acho também que há uma saturação das pessoas, porque a maioria das pessoas que estavam no Conselho da Mulher, é a mesma coisa: estava no Conselho da Mulher; estava no Conselho do Idoso; estava no Conselho da Criança; estava no Conselho de Assistência Social; estava no Conselho de Drogas; estava no Conselho do Esporte. Então, praticamente eram as mesmas pessoas que estavam em todos os conselhos (Conselheira A).

Esse fato me faz refletir sobre a qualidade da participação nos conselhos e ao mesmo tempo também nas ONGs. Pergunto-me sobre que tipo de participação que estamos vivenciando nesses espaços, já que as análises dos documentos dão evidências de “sobreposição” de representações- a maioria dos representantes da sociedade civil presentes nos conselhos são justamente os presidentes ou vice-presidentes das associações, institutos, centros de apoios, sindicatos. Ainda são os “chefes” que vão às reuniões.

A título de exemplo, citamos o caso do Centro de Apoio à Comunidade do Jabuti (CACJ). Essa entidade está presente em nove conselhos. Em quatro deles a titularidade é ocupada pela vice-presidente e em três pela presidente. Já em relação à suplência ela é exercida em dois conselhos pela vice-presidente e em um pela presidente. Ou seja, elas estão ausentes de forma direta em apenas dois deles.

Outra representação que também chama bastante atenção é a do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Eusébio (SINDEUS). Apesar da entidade estar presente em apenas dois conselhos gestores, em ambos a representação também fica a cargo da presidente do sindicato da entidade. E os sindicalizados (as)? Onde estão? Poderiam contribuir nas representações?

Pergunto-me ainda: Como está a formação política, a formação da consciência crítica, e ao mesmo tempo, a luta dessas entidades para conquistarem o direito de seus membros se ausentarem de seus postos de trabalho nas empresas privadas e ocuparem uma cadeira nesses conselhos, sem que haja perda para eles (as), já que a reclamação pela não liberação do trabalho foi apontada como uma das causas pela falta de rodízio? E a gestão municipal, qual o seu interesse ao liberar o funcionário que participa das entidades da sociedade civil para compor os conselhos? Estas e demais questões começaram a clarear quando tive a oportunidade de entrevistar algumas conselheiras, e serão analisadas no decorrer de minha explanação.

Em outro depoimento, uma das conselheiras alegou que sua entidade concorria à vaga em alguns conselhos apenas para “ajudar” a formá-los, ou seja, atender o convite realizado pelo Estado, nesse caso à Prefeitura Municipal de Eusébio.

(...) Eu já venho participando de tanto conselho. Mesmo antes de participar do COMDIM eu já participei do Conselho da Criança e do Adolescente (...) Depois eu participei do Conselho de Assistência Social, do Idoso e depois do Conselho da Mulher.

Eliábia: Na entidade que você representa quem costuma representar a entidade? Existe um rodízio? Como é?

Conselheira A: Não há um rodízio. Há dificuldade de participação em vários conselhos, e o motivo de eu ter saído de todos eles até agora, porque agora eu só estou participando do COMDEMA, que é o Conselho do Meio Ambiente, foi pela dificuldade (...) é que as pessoas da diretoria (...) todas tem o seu trabalho. E como as pessoas trabalham em empresas mais fechadas, pra mim e pro meu marido, que é quem faz parte da diretoria junto comigo, é mais fácil sair do trabalho, porque é da Prefeitura. Ela dá esse espaço para que a gente possa participar dos Conselhos e os outros não, trabalham em empresa particular. Então ficou isso, somente entre eu e o meu marido, que é o coordenador de projetos educacionais, fica só entre nós dois. Como no mês a gente participava em torno de cinco a seis conselhos, a gente não tem como dá conta. Por isso nós saímos de alguns. (...) A gente sabe que as instituições não governamentais para compor esses conselhos são sempre as mesmas. Então você fica meio que “eu vou para ajudar”. Mas já estando no conselho a gente tenta ter uma atuação (Conselheira - Conselheira A).

Ainda sobre o fenômeno da febre conselhistas, seria interessante pensar no alerta que Teixeira traz aos movimentos sociais e entidades,

Isso exige uma atitude de cautela dos movimentos no sentido de não assumirem essa “febre conselhistas”, pelo desejo de ocupar todos os espaços formalmente criados. Cabe-lhes estabelecer assim seu próprio processo de participação, priorizando os espaços de que devem participar em função das necessidades da sociedade, segundo sua capacidade e possibilidades e, também, de acordo com seu “tempo social”, ou seja, respeitando os passos que precisam dar para que sua representação não seja meramente formal (TEIXEIRA, s/d, p. 10).

No caso específico do COMDIM, das seis entidades lá representadas, cinco delas enviaram para representação suas presidentes. E mais, das seis pessoas que representam as entidades não governamentais, cinco delas são funcionárias da Prefeitura Municipal de Eusébio, e em sua grande maioria ocupam cargos regidos por contratos temporários.

Trata-se de contrato que terceiriza o trabalho nos órgãos públicos, extremamente prejudicial ao exercício da democracia no município. Em Eusébio os (as) “contratados” (as) sentem-se acuados (as), quando não ameaçados (as), sobretudo durante o período eleitoral, e o direito à fala fica comprometido, não passa de uma ficção.

O depoimento de algumas conselheiras entrevistadas foi muito claro em relação à tentativa de anulação da fala e da criticidade do sujeito no espaço em que, pelo contrário, deveria incentivar a atividade política.

(...) é assim, você adquire o conhecimento, se torna uma pessoa mais crítica, é capaz de fazer uma crítica, de melhorar o atendimento, mas na prática... vá fazer uma crítica dentro da questão do atendimento da mulher na

administração pública. Vá ser mais crítica dentro da administração. Vá tentar fazer valer um direito, para ver o que acontece.

Eliábia: Dentro do próprio Conselho?

Conselheira A: Sim. Se você participa da política (...) É difícil. Você se torna crítica, você procura cobrar dentro do Conselho, das conselheiras, mas é difícil porque as pessoas muitas vezes não tem essa consciência de ser criticada. Então é difícil, porque você critica, mas por fazerem parte da política, não é? **Já aconteceu em outro conselho, de você criticar, de você cobrar, e depois ser puxado a sua orelha: ‘olha, o que é que você tem a ver com isso?’ Ou seja, você é do Conselho, está lá para cobrar a política, e você não poder cobrar a política. Isso é um pouco paradoxo. Você adquire conhecimentos, está lá para criticar, você está lá pra cobrar e não poder cobrar.** Isso já aconteceu em outro conselho: Que se fez uma cobrança e você é chamado atenção, porque você fez a cobrança. **Então que participação é essa? É por isso que eu não participo mais dos conselhos. Pra quê? Você vai participar dos conselhos se você tem o papel de cobrar da política e você é chamada a atenção porque você cobrou a política?** (Conselheira - Conselheira A - grifo nosso).

Essas e outras particularidades do funcionamento dos conselhos em Eusébio, encontradas no decorrer do estudo, comprometem a função primordial desses instrumentos de participação, que para Carvalho (1998) seria a de publicizar a política.

Compartilho com o pensamento de Paoli (2003), quando diz que os espaços públicos só se tornam efetivamente públicos quando

os socialmente desiguais se encontram em equivalência como atores e sujeitos autônomos do protagonismo político e civil, e pelo exercício conjunto e conflitivo do debate, reflexão e deliberação sobre um mundo comum, avancem para além das garantias constitucionais e jurídicas ao concretizar o direito de participar na pluralidade das demandas de cidadania (PAOLI, 2003, p.403).

De posse das contribuições de Paoli (2003); Freire (2005;2006;2008;2010); Carvalho (1998); Oliveira (2007); Chauí (1994), e principalmente de Martins (1994; 2000) e Holanda (1995), autores com os quais tive contato mais intenso durante o estudo, foi possível perceber o quanto a cultura política baseada no personalismo e na cordialidade é presente em Eusébio; e tem conseguido manter no poder as grandes oligarquias, assim como prejudicar exaustivamente o processo de construção de espaços efetivamente públicos no município, visto que as pessoas não parecem livres em sua totalidade para se expressar. Trata-se de uma liberdade muito frágil, para não dizer ilusória.

As observações realizadas permitem-me afirmar que, ao mesmo tempo em que o governo local convoca a sociedade civil organizada, através de editais, para concorrer às representações nos conselhos de políticas públicas, algumas práticas vivenciadas nesses

ambientes sugerem que o município ainda está imerso em uma cultura política “neocoronelista”.

Para efeito de ilustração, trago aqui um episódio vivenciado durante a eleição da diretoria do COMDIM, crucial para essa afirmação. No momento da eleição, uma das conselheiras, também vereadora, comandava baixinho o voto de uma das representantes da sociedade civil no Conselho, dizendo: “vote nela”. Agia como se o voto da outra conselheira fosse propriedade sua, ou como se ela não possuísse capacidade e autonomia para fazer sua própria escolha.

Na verdade, durante as observações, percebi que realmente a maioria das conselheiras, eram efetivamente carentes desse ingrediente tão necessário à democracia, a autonomia. É o que também confirma uma das conselheiras,

(...) Porque é aquela coisa, aquelas mesmas pessoas que participam de outros conselhos, são as mesmas pessoas indicadas pela administração, com raras exceções, como eu, você, uma ou duas, estourando, mais a maioria é indicada pela gestão, e nunca são contra a gestão (...)

Eliábia: essas indicações que você está falando são as indicações de quem vai representar a Educação, a Assistência Social, etc, ou seja, são indicações dos órgãos públicos ou das representações da sociedade civil?

Conselheira D: da sociedade civil também. Acho que a única que faz exceção a isso é a Amacauassu.

Eliábia: Mesmo sendo presidentes de associações fazem parte da gestão?

Conselheira D: É. Porque elas foram criadas alguns anos atrás por conta de vereadores, então tem um vínculo muito forte. E outra coisa que eu acho também é a falta de capacitação, de conhecimento das conselheiras, a falta de compromisso, tirando lógico que existem as exceções, mas a maioria está preparada para baixar a cabeça e concordar com tudo, e quando a gente diz alguma coisa contrária, começam a ver a gente como inimiga, como sei lá... É um negocio meio estranho (Conselheira D).

Outro exemplo, vivenciados por um dos associados da AMACAUASSU, embora não tenha se dado no ambiente do Conselho, evidencia os constrangimentos sofridos por aqueles que resolvem usar sua liberdade de expressão no município.

Acontece que tal associado, é também educando da Educação de Jovens e Adultos da escola do bairro e, ao escrever para a coluna “Fala Cidadão” do jornal “Amacauassu Notícias”, teve seu filho interpelado imediatamente pela diretora da escola: “por que seu pai escreveu aquilo no jornal? É para vir falar é comigo!” Essas práticas cotidianas, se não, “vícios”, presentes no município configuram a política do favor, como afirma Martins e constituem também a “base e fundamento do Estado brasileiro, (que) não permite nem comporta a distinção entre o público e o privado” (Martins, 1994, p.20).

CAPÍTULO V
EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS E FORMAÇÃO DA
CONSCIÊNCIA CRÍTICA EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE
EUSÉBIO: NOTAS DE CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar a contribuição das experiências participativas e dos aprendizados nelas vivenciados para a formação da consciência crítica do “homem simples” no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) e na Associação de Moradores e Amigos do Cauassu (AMACAUASSU), no município de Eusébio (Ce).

Para o alcance desse objetivo foram delineados os seguintes passos, ou seja, tracei quatro objetivos, que para efeito de organização deste texto, foram desenvolvidos nos capítulos que fizeram referência à temática específica: (i) caracterizar socioeconomicamente os atores sociais integrantes do COMDIM e da AMACAUASSU; (ii) identificar nos documentos as propostas que orientam a formação dos integrantes nas duas experiências participativas; (iii) identificar as práticas educativas na dinâmica de participação dos espaços que visam a construção de uma consciência crítica e de direitos; (iv) identificar as lógicas diversas e os significados atribuídos pelo “homem simples” à participação popular; e apreender qual a racionalidade subjacente às várias situações de participação social.

Durante a realização da pesquisa utilizei-me da contribuição de diversos autores que tiveram como foco de estudo as categorias teóricas relacionadas às temáticas da Educação, do Estado e dos Movimentos Sociais, tais como: homem simples, participação, sociedade civil, estado e movimentos sociais, consciência crítica e conscientização; educação não formal; educação não escolar e educação popular.

O estudo de tais categorias, aliado aos elementos advindos da realização da observação participante, buscou responder as questões da pesquisa, quais sejam: i) Quem são os homens e as mulheres que se empenham nas atividades comunitárias através das associações de moradores, conselhos ou em outras formas de convivência associativa? ii) O que os mobiliza e como despertam para a organização desses espaços públicos? iii) Os processos educativos que perpassam as experiências participativas propiciam a construção de uma consciência crítica nos sujeitos envolvidos? iv) E, por fim, a questão norteadora: quais os aprendizados gerados nessas experiências?

A análise aqui empreendida encontrou situações reveladoras da contribuição do “homem simples” nas experiências participativas acompanhadas. Sua presença, seja na AMACAUASSU, seja no COMDIM, é valiosa e aponta para a tentativa da vivência da política em seu cotidiano.

Os “homens simples” deste estudo – agricultores; pedreiros; costureiras; artesãs; professoras (es); psicóloga; enfermeiras; marceneiros; desempregados; metalúrgica; domésticas; vendedores; aposentados (as); auxiliar de serviços gerais; tapioqueira - autodenominaram-se religiosos (as) em sua maioria. A influência da formação religiosa recebida ao longo de suas vidas incide diretamente no dia a dia das experiências participativas, mais precisamente nas atividades da Associação.

A apreciação dos documentos oficiais da AMACAUASSU e do COMDIM permite-me afirmar que ambos os espaços, desde o momento de sua constituição, preocuparam-se em deixar registrada a proposta que orienta a formação de seus integrantes.

A prática desse registro em ambientes de educação não formal ou não escolar, em algum grau, sugere semelhança com os elementos presentes na educação formal oferecida nas escolas, como é o caso do Projeto Político Pedagógico (PPP), que norteia, ou que deveria nortear todo o trabalho político pedagógico das instituições escolares.

Já as práticas educativas realizadas no cotidiano dessas experiências afirmam e reafirmam o caráter eminentemente educativo desses espaços. As diversas práticas vivenciadas durante a observação participante nos dois ambientes, e aqui descrita no capítulo terceiro, revelaram a existência da intencionalidade - conscientizar ou alienar - exigida pelo processo educacional.

Quanto às práticas educativas descritas anteriormente, é imprescindível esclarecer, para que não se faça uma interpretação distorcida do que a pesquisa compreende por formação, que todos os momentos vivenciados pelo “homem simples” nos espaços acompanhados, em sua essência são educativos e desencadeiam uma série de aprendizados, como constatado durante o trabalho de campo.

Contudo, algumas das práticas aqui descritas com maior precisão de detalhes, foram as que exigiram à sua realização uma série de procedimentos pedagógicos, como: elaboração de material educativo; reuniões preparatórias de planejamento, pesquisa bibliográfica relacionada ao tema, e por vezes, o convite de outras pessoas com maior domínio teórico sobre a temática abordada.

Fiz essa opção com a intenção de aproximar cada vez mais meu estudo às temáticas relacionadas e condizentes ao Programa de Pós-graduação em Educação e à linha de Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola, e ao eixo a que ele está ligado, qual seja, Educação de Jovens e Adultos, Dinâmicas Sociais no Campo e na Cidade e Políticas Públicas.

Em termos conclusivos, os espaços acompanhados pela pesquisa constituem-se em um esforço organizacional significativo, mas ainda não se configuram como espaços efetivos de politização das questões sociais, sobretudo pela dificuldade que as experiências apresentam em concretizar um projeto de formação política contínuo, em que as práticas educativas primam pela formação da consciência crítica nos sujeitos envolvidos e desenvolvam sua capacidade reflexiva sobre os acontecimentos, sobre seu “destino”.

Destacam-se ainda como dificultadores desse processo formativo e, conseqüentemente, da participação e permanência dos sujeitos nesses espaços, os seguintes fatores: a prevalência das formas tradicionais de se fazer política, baseadas no autoritarismo social, personalismo, clientelismo, e na cordialidade brasileira, em Eusébio; a concentração exagerada das representações da sociedade civil junto aos conselhos gestores de políticas públicas; a descontinuidade das ações formativas e, ainda, a influência da formação religiosa dos sujeitos - católicos ou evangélicos - acarretando uma hierarquização de valores, com a subordinação das atividades da Associação às da Igreja.

As dificuldades ocasionadas pela hegemonia das oligarquias partidárias e da prevalência da “política do favor” no município incidem com mais ênfase sobre a vida do COMDIM, enquanto as dificuldades provenientes da formação religiosa das pessoas apresentam-se em maior evidência na AMACAUASSU.

Contudo, foi comum às duas experiências, a descontinuidade de práticas educativas que sugeriam maiores possibilidades de contribuir para a formação política dos sujeitos. As interrupções sofridas pela Oficina de Projetos e o Curso de Introdução à Economia Política, realizados pela AMACAUASSU, e a oficina Fundo Público e Papel Político dos Conselhos, realizada pelo COMDIM, fizeram com que essas ações não alcançassem os objetivos esperados.

Em relação ao COMDIM a descontinuidade atingiu a própria existência do Conselho, que oficialmente foi extinto em 12 de fevereiro de 2012, com duração de apenas dois anos no município. Tal descontinuidade, aliada a pouca visibilidade desse

instrumento democrático, colabora para o descrédito dos conselhos perante a sociedade civil de Eusébio.

Essas limitações do COMDIM convidam-me a pensar: Como dar continuidade às experiências vividas nesse espaço? E quanto às expectativas criadas por algumas das conselheiras em fazer acontecer a política para a mulher eusebiense? Acabaram-se? Foram-se juntamente com o Conselho? Concebendo a políticas nos termos arendtianos – como a construção do mundo comum – pergunto, ainda: onde estão àquelas poucas mulheres que à primeira vista a pesquisa identificou como politizadas, críticas? E as que participaram das pré-conferências, elegeram-se e participaram da I Conferência da Mulher de Eusébio, e de próprio punho escreveram suas propostas, reivindicaram seus direitos, foram vaiadas? Estão a reivindicar a continuidade do COMDIM? E os investimentos realizados, inclusive financeiros, as forças e esforços?

O COMDIM foi apenas mais um conselho em meio ao turbilhão da “febre conselheira” alertada pelos autores? Serviu apenas para contemplar uma mera exigência constitucional? Se a descontinuidade for o “destino” dos conselhos, assim como aconteceu com o COMDIM, a tendência é que eles percam-se em meio à burocracia da máquina administrativa estatal. Serão apenas, como disse um dos sujeitos, *pro forma*?

Quanto à Associação, é nítido o esforço da instituição, principalmente através do grupo de trabalho voltado para a formação, em realizar uma série de ações educativas com vistas à formação política dos (as) associados (as) em uma perspectiva crítica do mundo e da própria realidade.

Entretanto, como já abordado, esses espaços são atravessados por uma série de aspectos que em capítulo anterior denominei de “impasses na construção de espaços públicos”, o que culmina em inúmeras dificuldades, a começar para a própria realização de tais práticas.

Na AMACAUASSU as dificuldades são de várias ordens. Ao iniciar assinalo uma dificuldade elementar, porém essencial, para o funcionamento e visibilidade de uma instituição que se propõe representar os moradores de uma comunidade: manter suas portas abertas à população diariamente. Por se tratar de um grupo de trabalhadores (as), esse feito ainda é um obstáculo na vida da Associação.

Outras dificuldades concentram-se na ausência de parceria com o poder público e empresas para que financiem algumas ações da instituição; e na falta de tempo por parte dos (as) associados (as) para desenvolverem os projetos de seu interesse.

A alta carga horária de trabalho dos sócios (as) fez com que alguns projetos não saíssem do papel e isso tem sido motivo da dissolução de alguns grupos de trabalho. O grupo responsável pelas aulas de capoeira, por exemplo, não conseguiu ainda trabalhar a teorização da cultura afro-brasileira como proposto em seu projeto; e o grupo da terceira idade, por mais que se esforce, não conseguiu realizar as entrevistas com os idosos do bairro para construir a biografia deles e, ao mesmo tempo, através de suas memórias, escrever a história do Cauassu. É perceptível a decepção dos componentes do grupo quando um idoso falece na comunidade. É como se uma parte do sonho deles se desfizesse. E avalio que, na verdade, é isso que acontece.

Outros dificultadores da construção e manutenção desse espaço são os aspectos relativos à própria cultura brasileira, como o personalismo, a cordialidade, e o paternalismo, que nesse estudo não se mostra como uma exclusividade presente apenas na vida do COMDIM. A impossibilidade de desvincular os laços familiares e as relações de simpatia nos ambientes sociais, também é sentido em algumas situações vivenciadas pela AMACAUASSU. Tal impossibilidade reflete o quanto é necessário para o exercício da política o distanciamento do personalismo e a convivência saudável com as situações conflituosas. Se assim não for, o exercício passa a ser da “polícia”.

Por ser a Associação composta em sua maioria, por três grandes famílias, pois grande parte dos membros têm vínculos com três famílias - em particular: a família do Sr. João Batista; a da Marileuda, vice-presidente da instituição, e a da pesquisadora - em algumas situações essa proximidade dificultou o desenrolar de alguns assuntos, inclusive quando da eleição de sua diretoria.

Os associados (as) por algumas vezes não conseguem enxergar o quanto seu esforço individual colaborou para o sucesso de uma ação coletiva e tendem a depositar o mérito das realizações nas qualidades que alguns integrantes das grandes famílias possuem. Uma das dificuldades é que ao passo que aquele indivíduo não reconhece em si os atributos que ele enxerga nesses membros, não se sente capaz de, por exemplo, enfrentar uma direção, assumir uma função na diretoria da Associação.

Além do mais, em algumas ocasiões, quando a pesquisadora exerceu a função de presidente da instituição, muitos associados (as) chegavam a realizar algumas ações propostas porque gostavam muito da Eliábia, enquanto pessoa: lutadora, carismática. Realizavam porque ela pedia e não pelo compromisso político com a Associação.

Outro fato em relação a esse aspecto, é que para alguns moradores (as) que não convivem no “chão” da Associação, portanto, que não são conhecedores da causa,

percebendo a quantidade de pessoas das mesmas famílias presentes na AMACAUASSU, supõe que as decisões da instituição advêm das imposições dos membros dessas famílias. Tal situação pode ser entendida como ilegítima.

Durante todo o período acompanhado pela pesquisa todas as decisões da instituição - desde decidir sobre um passeio, comprar uma geladeira ou solicitar uma audiência com o prefeito - passaram pelo crivo da assembleia, através de um processo democrático e transparente que respaldava as decisões da maioria. Tais decisões sempre foram respeitadas pelo todo, independente do voto individual.

Tanto o personalismo, como a cordialidade brasileira e o paternalismo, vícios do processo de nossa colonização, transitam nas atividades da Associação, contudo, sua influência é incipiente em relação a outro aspecto, o da influência da formação religiosa dos sócios (as), em relação à construção da formação crítica dos sujeitos, e conseqüentemente à construção de um espaço efetivamente público, isto é espaços onde os desiguais se encontram em equivalência como atores autônomos para o exercício da política. Tais espaços primam pelo conflito, debate, reflexão e deliberação sobre o mundo comum na busca pela efetivação de seus direitos, inclusive pelo direito do exercício da cidadania.

A Associação foi reativada pelas mesmas pessoas que integram a igreja da comunidade, a Igreja Nossa Senhora de Fátima. Ademais, atualmente, seus membros com raríssimas exceções, são fiéis atuantes de algum tipo de credo cristão, e no entendimento deles (as), obediência e prioridade devem-se às leis da Igreja.

O fator de ordem religiosa, no caso da AMACAUASSU, portanto, foi percebido pelo estudo como a situação-limite a ser ultrapassada para que o processo de conscientização, que é inacabado porque histórico, continue a ser vivenciado pelo (as) associados e associadas, principalmente durante os momentos de reunião da Associação, quando o homem simples se faz e se refaz através das experiências e diálogo.

Entretanto, nem só de dificuldades é feito o dia a dia dessas experiências, e isso é percebido pelo “homem simples” que delas participam. As experiências são vistas por esses sujeitos, associados (as) ou conselheiras, como possibilidade do diálogo, que só pode se fundar quando se reconhece as diferenças e o trânsito de pensamentos e ideias circulando no mesmo ambiente. E isso é impossível de se realizar sem conflitos.

O exame das experiências de participação aqui realizado constata que nesses espaços há um constante exercício do fazer e desfazer da política. Esse processo,

contínuo e inacabado se faz revestido de contradições, ambiguidades e dualidades advindas do comportamento de seus sujeitos.

Ao mesmo tempo que suas práticas revelam a vivência da política do cidadão, realizada com muito esforço, seja reivindicando direitos sociais, ou exigindo sua efetivação, há também nesses espaços a afirmação de práticas tradicionais da cultura política brasileira baseadas no autoritarismo social. Tais práticas, aqui entendidas como a vivência da “polícia”, alimentam-se da despolitização dos sujeitos. Ela anula o exercício da fala e conseqüentemente da construção do mundo comum. A “polícia” torna a fala ruído, e é extremamente prejudicial, nociva à construção dos espaços públicos.

Quanto mais politizadas, conscientizadas as conselheiras e associados (as), maior as possibilidades das divergências em relação aos direitos e às políticas públicas serem expostas publicamente, no lugar que lhes é devido.

A AMACAUASSU, por exemplo, em meio às limitações de várias ordens, já destacadas neste estudo, persegue em seu cotidiano os caminhos para a realização de suas utopias, inclusive com relação ao exercício efetivo do controle social e do acesso às políticas públicas em Eusébio. Os aprendizados vivenciados na instituição repercutiram na participação dos (as) associados (as) em vários espaços de participação no município, inclusive nos conselhos. A participação dos (as) associados (as) da AMACAUASSU nesses mecanismos democráticos de participação não passa despercebida, especialmente junto ao COMDIM e ao Conselho Municipal de Educação.

As práticas tradicionais de se fazer política em Eusébio são hegemônicas, e no período de eleição municipal, período da realização das entrevistas, ela se mostrou ainda mais eficaz. Não obstante, há um número reduzido de pessoas rebatendo essas práticas, e o estudo pode afirmar que um grande número dessas pessoas está reunida na AMACAUASSU.

Sobre esse aspecto a pesquisa destaca a influência e importância do Jornal Amacauassu Notícias, que através da coluna Fala Cidadão deu vez e voz a qualquer cidadão que se disponha a realizar sua crítica, elogio, sugestão, não somente aos órgãos e gestores da máquina administrativa, como também a outras instituições e autoridades da sociedade.

A existência desse informativo – ao contrário de outros jornais locais, que exercem mera função eleitoreira - foi considerada pelo estudo como uma inovação da instituição, ao passo que procura fomentar a democratização da democracia em um

contexto de prevalência de uma cultura oligárquica e neocoronelista, como a que se vive em Eusébio.

Quanto aos conselhos, à medida que passem a politizar a política - colaborando inclusive para o fortalecimento das instituições que deles participam; exigindo e criando mecanismos para o rodízio nas representações da sociedade civil e dos órgãos governamentais; investindo em um projeto de formação política sério, crítico, comprometido com a causa dos mais necessitados, com os “da ponta” - passarão a cumprir seu verdadeiro papel, qual seja, o de colaborar com a democratização da democracia brasileira.

No caso do COMDIM, o formato das ações em que ele se propõe a ouvir o homem simples nas comunidades, como foi o caso da reunião ampliada, deve ser repensado, para que de fato haja participação e não uma plateia.

As mudanças devem iniciar pelo simples, porém não simplório formato e organização do espaço onde acontecem os encontros. As cadeiras dispostas em fileiras, por exemplo, sugerem obediência e silêncio para ouvir uma autoridade, ou para assistir a um espetáculo. Já a organização das cadeiras em círculo colabora para suavizar a distância entre os “de fora” e os moradores da comunidade, proporciona a visão “olho no olho” entre os pares e favorece a circularidade de conhecimentos, ideias, opiniões. Ou seja, o círculo indica movimento e as pessoas poderiam se sensibilizar a participar com mais afinco.

A busca pela autonomia do COMDIM e o quanto a falta desse elemento foi prejudicial à sua existência deve ser um dos pontos a serem discutidos por ocasião de sua redefinição ou reativação, se houver. Faz-se necessário remover interesses particulares das ações do Conselho, e, sobretudo, os partidários. Esses interesses, porque particulares, privatizam questões públicas e fazem a política encolher e obscurecer os espaços públicos.

O tempo histórico da AMACAUASSU é ainda muito curto, contudo as experiências promovidas, as ações executadas intensificam sua existência à medida que inauguram relações mais democráticas voltadas para o interesse coletivo ao invés de particulares.

Em minha análise a Associação é, como popularmente se fala, “uma pedra no sapato” do poder executivo e legislativo de Eusébio e, talvez por isso, durante a pesquisa eu tenha presenciado situações em que a instituição foi definida como apenas a Associação do contra. Esse é mais um dos desafios a ser vencido pela Associação: ser

compreendida em sua crítica e procurar desmitificar esse posicionamento “do contra”, pois há em Eusébio por parte das autoridades públicas uma incapacidade generalizada de perceber a crítica de forma construtiva.

Reflexões como a que os associados realizaram junto à assessora de políticas antidrogas do município, durante o encontro Diálogos com a Realidade - em relação ao poder público fomentar o consumo de álcool durante os festejos de aniversário do município e ao mesmo tempo convidar a Associação para participar de um conselho para combater o avanço das drogas no município - não são compreendidas por aqueles que fazem a gestão do município.

Apesar de todas as fragilidades presentes nas organizações da sociedade civil, das condições culturais, materiais e políticas inerentes à própria constituição da identidade brasileira, há nuances de conscientização e aproximações gradativas de um modo de ser democrático.

O “homem simples” enquanto gente é inacabado e se faz humano em suas vivências com outros homens. É preciso que se compreenda que esse sujeito, possui uma história anterior a sua chegada a esses espaços, e para além desses espaços. Ele é um sujeito de relações!

E como sujeito de muitas relações, que não apenas as de aspectos sociais, outras por muitas vezes se revelam e se sobressaem às tentativas de conscientização desse homem. Daí que em alguns momentos o estudo viu a transgressão deslocar os associados do silêncio, da passividade e o conflito coordenar os embates. Em outros momentos pude observar de muito perto o efeito que uma ordem vinda de uma autoridade religiosa - um mandado totalmente descontextualizado da realidade dos homens simples acompanhados por mim junto à AMACAUASSU - causou junto a esses sujeitos. Como os silenciou de forma tão profunda.

Até então a pesquisa não havia se atentado para o fato da religião nos dias atuais exercer tamanha influência sobre as pessoas. O estudo, inicialmente, havia apontado apenas para a hipótese da prevalência da política do favor e de seus elementos exercerem tal autoridade e, conseqüentemente, prejudicarem a construção de espaços públicos.

Como a história é algo que construímos com as próprias mãos, criando tempos e lugares, penso que meu compromisso histórico com essas pessoas e com os espaços que elas - e também eu enquanto pesquisadora-participante - fazem parte, intimam-me a investigar mais de perto algumas questões: em algum tempo a Igreja Católica, de onde

partiu a ordem que desencadeou todo o processo de desmobilização da Associação, ocupou-se em trabalhar a favor da conscientização da população brasileira - não se restringindo apenas as questões de ordem espiritual, a exemplo do trabalho que o Padre Paulo citado nessa dissertação realizava em Eusébio? Em que tempo na historiografia brasileira e em que lugares essa tendência se manifestou de forma mais incisiva? Quem foram seus idealizadores em particular na capital do Ceará, Fortaleza?

E hoje, existe algum trabalho de formação nessa direção? Especificamente me interessa saber se existe alguma corrente, ou pastoral da Igreja Católica incumbida de trabalhar principalmente a formação política da juventude, concebida ainda por muitas pessoas, de forma errônea como sendo “o futuro do país”, enquanto devemos enxergá-los como sujeitos do presente.

O último questionamento emerge como uma pergunta construída ao longo deste trabalho, quando minha observação constatou que, apesar de todos os esforços e convites feitos pela AMACAUASSU aos jovens considerados “mobilizadores” na comunidade, através dos serviços da igreja, a participarem das atividades da Associação, eles foram renegados por tais jovens.

Todos eles (as) negam-se a participar de qualquer ação proposta pela instituição. Tal fato me chamou muito a atenção, principalmente porque através de conversas informais constatei que os (as) jovens, sem exceção, são vinculados à corrente da Renovação Carismática Católica, inclusive participam constantemente das formações realizadas pela comunidade *Shalom*. Teria essa corrente alguma responsabilidade em relação à aversão às questões políticas que esses jovens demonstram ter aqui no Cauassu, ou seria mera coincidência?

Essas e outras questões abrem um leque de possibilidades de investigação envolvendo a formação política da juventude no Brasil ontem e hoje, sob a ótica da Igreja Católica.

Ainda com relação a este estudo, que agora finalizo, penso que a vivência dos princípios da Educação Popular, a partir das contribuições de Paulo Freire, poderia colaborar para que a formação da consciência crítica no homem simples se desse de forma mais significativa nas experiências acompanhadas; contribuindo para a construção de uma nova cultura política.

REFERÊNCIAS

AMACAUSSU – Associação de moradores e Amigos do Cauassu. **Ata de Assembleia geral de 23 de novembro 2009**. Eusébio, mimeo, 2009.

_____. **Estatuto**. Eusébio, mimeo, 2010a.

_____. **Regimento interno**. Eusébio, mimeo, 2010b.

_____. **Memorial descritivo**. Eusébio, mimeo, 2010c.

ANADÓN, Marta. **A pesquisa dita qualitativa: sua cultura e seus questionamentos**. In: Colóquio Internacional: Formação, Pesquisa e Desenvolvimento em Educação. UNEB/UQAC. Senhor do Bonfim – Bahia, Mimeo, 2005.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

BARBOSA, Eliábia de Abreu Gomes, MARTINS, Raquel Carine de Moraes e BARRETO, Sônia Pereira. **Entre o Real e o Desejável: a atuação do Fórum de Educação de jovens e Adultos do Ceará**. VIII Encontro Cearense de Historiadores da Educação e I Encontro de Geografia da Educação: Escolas e Culturas: Políticas, Tempos e Territórios de Ações Educacionais. Núcleo de História e Memória da Educação- NHIME- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009a.

_____. MARTINS, Raquel Carine de Moraes e BARRETO, Sônia Pereira. **Fórum de Educação de jovens e Adultos do Ceará: o que nos diz esse espaço?** 19 EPENN- Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste – Universidade Federal da Paraíba- Programa de Pós-Graduação em Educação. João Pessoa, 2009b.

_____. **Contos de mim**. Fortaleza. Mimeo, 2007.

BARBOSA, Rita Cristiana. **Educação popular e a construção de um poder ético**. Revista Espaço Acadêmico, n 78 –mensal- Novembro de 2007 – ano VII- ISSN 1519, 6186.

Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/078/78barbosa.htm>

Acesso: 08/02/2011

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOGDAN, Robert C. & BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto – Portugal: Editora Porto, 1994, capítulos 2 e 4.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. **Participação Social no Brasil hoje**. Polis, Papers 98. Assessoria, formação e estudos em políticas públicas, São Paulo, 1998.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. **A Escola da vida nas lutas do bairro**. 1996 (Dissertação) Mestrado em Educação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1996.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **Metodologia da escrita autobiográfica**. Fortaleza. Mimeo, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **São Paulo: violência, autoritarismo e democracia**. São Paulo: Revista Caramelo, n. 7, São Paulo, FAU/USP, 1994, 34-45.

CICONELLO, Alexandre. **A Participação Social como processo de consolidação da democracia no Brasil**. In.: *From Poverty to Power : How Active Citizens and Effective States Can Change the World*. Oxfam International, 2008.
Disponível em: www.fp2p.org.

_____. **Associativismo no Brasil: Características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa** (Dissertação de mestrado) Universidade de Brasília, 2006.

COMDIM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Eusébio. **Regimento Interno**. Eusébio, mimeo, 2010.

_____. **Matriz de Plano de Ação**. Eusébio, mimeo , 2010

_____. **Ata da II Reunião Ordinária**. Eusébio, mimeo, 2010.

_____. **Ata da XI Reunião Ordinária**. Eusébio, mimeo , 2010.

_____. **Ata da VII Reunião Ordinária**. Eusébio, mimeo , 2011.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1996, cap. II, p. 31-50.

DEZEMBRO, sem creche e sem praça! **Amacauassu Notícias**, Eusébio, 08 de jan. 2012. p.1.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **Movimentos sociais: a construção da cidadania**. São Paulo: Novos Estudos Nº. 10 CEBRAP, 1984.

DAGNINO, Evelina. **Os movimentos sociais e uma nova noção de cidadania**. In: DAGNINO, Evelina (org.) Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1994, 103-118.

DI PIERRO, Maria Clara e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007.

DIAS, C.A. **Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas.** Disponível em: www.informacaoesociedade.ufpb.br/1020006.pdf (sem data de acesso)

FAVERO, Osmar. **Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos.** *Educação & Sociedade*. [online]. 2007, vol.28, n.99, pp. 614-617. ISSN 0101-7330. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302007000200017
Acesso: 19/06/2011

GOL de placa contra o preconceito. **Amacauassu Notícias**, Eusébio, 02 de Abr. 2011, p.2.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2005.

FIEGE, Hans Jurgen. ONGs no Ceará – quem são, o que fazem, quais são os seus desafios? Origens, perfil institucional e campos de atuação. In: **ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

FIORI, Ernani Maria. Aprender a dizer a palavra. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 42ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 42ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação** – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2008. (reimpressão).

_____. **Educação e Mudança** – Paulo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **A educação de jovens e adultos no ceará: incursões na história das políticas, concepções e ações, dos anos de 1960 aos dias atuais.** Projeto de Pesquisa. Fortaleza, 2007a.

_____. **A educação do campo: a educação de jovens e adultos (EJA) e as políticas compensatórias.** Relatório técnico final – PQ apresentado ao CNPq. Fortaleza, Mimeo, 2007b.

GADOTTI, Moacir. O plantador do futuro. In: **Paulo Freire – A utopia do saber.** Revista *Mente e Cérebro*, Coleção Memória da Pedagogia, N°. 4. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005, pp. 6-15.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>

Acesso: 19/06/2011

_____. **O Protagonismo da Sociedade Civil: Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Classes Sociais e Movimentos Sociais**. S/d. Mimeo.

_____. **Papel dos conselhos gestores na gestão urbana**. In: Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores. S/d. Mimeo.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas - São Paulo: Alínea, 2001.

HADDAD, Sérgio. **Educação não escolar de adultos: um balanço da produção de conhecimentos**. Mimeo, s/d.

_____. DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. In: Revista Brasileira de Educação. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação- ANPED. n. 14, p.108-130, mai./jun./jul./ago. 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed.-São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUHNE, L. M. O ato de estudar. In: **Metodologia científica: cadernos de textos e técnicas**. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

LANDIM, Leilah. As ONGs são terceiro setor? In: **ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

LISITA, Verbena Moreira Soares de Sousa. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** Cad. Pesquisa. [online]. 2007, vol.37, n.131, pp. 519-520. ISSN 0100-1574. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n131/a1437131.pdf>. Acesso: 19/06/2011

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. Clientelismo e corrupção no Brasil contemporâneo. In: **O poder do atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 19-51.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

NEJAHM- CE - Núcleo de Referência em Educação de Jovens e Adultos do Ceará - História e Memória. Apresentação e objetivos do Núcleo. Fortaleza, 2011.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Em defesa da política.** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis- Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Francisco. Política numa era de indeterminação. In: OLIVEIRA, Francisco e RIZEK, Cibele. (Orgs). **A era da indeterminação.** Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal.** In: OLIVEIRA, Francisco & PAOLI, Maria Célia. (org) Os sentidos da democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.

PAOLI, Maria Célia. **Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, Cap.8, p. 373-418.

_____. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, Francisco e RIZEK, Cibele. (Orgs). **A era da indeterminação.** Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2007.

PEREIRA, Sônia. **A contribuição do homem simples na construção da esfera pública: os trabalhadores rurais de Baturité – Ceará.** Revista Brasileira de Educação, n.26, 2004, p.29 - 43.

_____. **A contribuição do homem simples na construção da esfera pública: os trabalhadores rurais de Baturité –Ce.** 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. **Políticas efetivamente públicas: como assegurá-las?** Palestra proferida no Encontro do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Ceará- Fortaleza – Ceará, 15 e 16 de dezembro de 2008. Fortaleza: FEJA-CE, mimeo, 2008.

_____. **Espaços de participação e escolarização de trabalhadores rurais: construção ou destituição do direito à educação no campo?** Revista Brasileira de Educação, ANPED, v. 12, n. 35, 2007, p.359-371.

_____, **Lógicas e atribuições do estado e da sociedade civil nos programas para jovens e adultos no Ceará e o direito à educação em (des) construção**. Projeto de pesquisa PIBIC/CNPq. Fortaleza, mimeo, 2008.

PRADO, Adélia. **Prosa reunida**. São Paulo: Siciliano, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO. **Cadastro de Entidades da Sociedade Civil**. Secretaria de Municipal de Trabalho e Ação social. Coordenadoria de Articulação Comunitária. Eusébio, mimeo, s/d.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RIZEK, Cibele Saliba. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil: um balanço necessário**. Revista brasileira de Sociologia. Vol. 18.Nº 51. Fevereiro de 2003. São Paulo. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso: 23/05/2011.

SILVA, Francisco Glaube Alves da. Como vencer o medo das ameaças e dos poderosos. **Amacauassu Notícias**, Eusébio, 06 de maio 2012a. Fala Cidadão, p. 3.

_____. Ferido sim, mas morto não! **Amacauassu Notícias**, Eusébio, 07 de julho 2012b. Fala Cidadão, p. 3.

SOUSA, Antônio Cícero. Citado In: BEZERRA, Aída; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **A Questão Política da Educação Popular**. 2ª ed. Editora Brasiliense, 1980.

SOUZA, Ana I. (Org). Sistematização de uma práxis social In: **Paulo Freire: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **Sociedade civil e a construção de espaços públicos**. In: DAGNINO, Evelina (org.) Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 2004, 91-102.

TEIXEIRA, Ana Claudia. **Até onde vai a participação cidadã?** In: Revista *le monde diplomatique* Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=132&PHPSESSID=59237801654ad08ff5e37d19feaad491>. Acesso: 24-07-2012

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Movimentos Sociais e Conselhos**.

Disponível em:

<http://empreende.org.br/pdf/Democracia%20e%20Participa%C3%A7%C3%A3o/Movimentos%20Sociais%20e%20Conselhos.pdf>

Acesso: 25 de julho de 2012

VEIGA, Sandra Mayrink e RECH, Daniel. **Associações: como constituir sociedades sem fins lucrativos**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Rumos da ordem pública no Brasil: a construção do público**. In: São Paulo Em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE, v.10, nº4, 1996, p.96-106.

WEFFORT, Francisco C. Educação e Política - Reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade. In: FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

Sites visitados:

FIEC:

http://www.fiec.org.br/portalv2/sites/fiec-online/home.php?st=listinfo&conteudo_id=20123 Acesso: 25/04/2009

<http://www.abong.org.br>

Acesso: 28/08/2009

<http://www.polis.org.br>

LEP- LABORATÓRIOS DE ESTUDOS DA POBREZA – UFC

<http://www.caen.ufc.br/~lep/reportagem61.html>

Acesso: 06/10/2011

SITE SUA PESQUISA

www.suapesquisa.com/o_que_e/plebiscito.htm

Acesso: 31/10/2011

<http://dialogospoliticos.wordpress.com/2011/07/28/renata-guerra-pivo-do-escandalo-dos-banheiros-admite-que-nao-fez-obras/> acesso: 24 de outubro de 2012.

<http://www.jangadeiroonline.com.br/blogs/kezya-diniz/denuncia/mp-ouve-servidores-do-tce-sobre-escandalo-de-banheiros-em-pindoretama/> acesso: 24 de outubro de 2012.

<http://www.opovo.com.br/app/ceara/eusebio/2012/05/05/noteusebio,2833999/seis-pessoas-sao-presas-por-traffic-de-drogas-no-eusebio.shtml>

<http://www.meb.org.br/#home>

Acesso: 08/01/2013

<http://www.consciencia.net/brasil/metadomilenio.html>

Acesso: 10-01-2013

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1021

Acesso: 10-01-2013

APÊNDICES

APÊNDICE A - Apresentação da pesquisa para os (as) associados (as) e conselheiras.

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA PARA O (A) ENTREVISTADO (A)

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA: EDUCAÇÃO POPULAR, EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS E FORMAÇÃO CRÍTICA: APRENDIZADOS DO HOMEM SIMPLES NA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE EUSÉBIO (CE)

RESUMO

O cenário complexo da “participação” no Brasil nos inquieta desde nossos estudos de graduação, principalmente, quando da experiência como bolsista de iniciação científica. Tal inquietação nos levou a formular a seguinte questão para investigação no município de Eusébio (CE): os aprendizados decorrentes da participação do “homem simples” contribuem para sua formação enquanto um sujeito problematizador da realidade? Com tal preocupação, a pesquisa de abordagem qualitativa objetiva analisar os aprendizados propiciados pela atuação do “homem simples” em duas experiências participativas no município de Eusébio (CE): o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), e a Associação de Moradores e Amigos do Cauassu (AMACAUASSU), e a contribuição dessas práticas para sua formação como sujeito crítico. Para o alcance desse objetivo “maior” traçamos os seguintes passos, ou seja, os seguintes **objetivos específicos**: (i) mapear as formas organizativas da sociedade civil presentes em Eusébio, a saber: associações; fundações; conselhos; sindicatos; Organizações Não Governamentais (ONGs), etc; (ii) caracterizar socioeconomicamente os atores sociais integrantes do COMDIM e da AMACAUASSU (iii) conhecer os documentos que regem as organizações (estatuto, regimento ou outros) e identificar as propostas que orientam a formação dos integrantes nas duas experiências participativas selecionadas; (iv) apreender como se processa a formação do “homem simples”, com vistas à construção de uma consciência crítica e de direitos, a partir das práticas educativas na dinâmica de participação desses espaços; (v) compreender os significados atribuídos pelo “homem simples” à participação popular e apreender as lógicas diversas que movem esses sujeitos nas várias situações de participação social. Além do levantamento e estudo da bibliografia, serão utilizados procedimentos de caráter etnográfico: observação participante, dinâmicas de grupo, vivências, entrevistas individuais, fragmentos de história de vida, grupo focal, dentre outros. Já o recorte temporal parte do ano de 2005 até os dias atuais.

APÊNDICE B – Questionário utilizado para caracterização socioeconômica dos (as) associados (as) e conselheiras.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) ENTREVISTADO (A)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO: MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
EDUCADORA-ORIENTADORA: PROFA. DRA. SÔNIA PEREIRA BARRETO
EDUCANDA: PROFA. ELIÁBIA DE ABREU GOMES BARBOSA

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) ENTREVISTADO (A)

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA: EDUCAÇÃO POPULAR,
EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS E FORMAÇÃO CRÍTICA: APRENDIZADOS
DO HOMEM SIMPLES NA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NO
MUNICÍPIO DE EUSÉBIO (CE).

Identificação pessoal

Nome: _____

Sexo: Fem. () Mas. () Data do nascimento: ____/____/____

Endereço: _____

E-mail: _____

Telefones: _____

É integrante do (a): () COMDIM () AMACAUASSU

Sua posição e/ou função dentro do Conselho e/ou Associação: _____

Avaliação

1. Qual a sua religião?	() Ensino Médio – completo
() Católica	() Ensino Superior – incompleto
() Espírita	() Ensino Superior – completo
() Evangélica	() Pós-graduação
() Umbanda	() Mestrado
() Outras: _____	() Doutorado
() Nenhuma	Especificar a pós-graduação, mestrado ou doutorado: _____

2. Como você se considera?

- () Branco
() Pardo
() Preto
() Amarelo

3. Qual o seu estado civil?

- () Solteiro
() Casado (a)
() Separado/ divorciado/ desquitado
() Viúvo (a)

4. Qual a sua escolaridade?

- () Ensino Fundamental – incompleto
() Ensino Fundamental – completo
() Ensino Médio – incompleto

5. Em que tipo de escola você estudou?

- () Somente em escola pública
() Maior parte dos anos em escola pública
() Somente em escola particular
() Maior parte dos anos em escola particular
() Somente em escola conveniada
() Maior parte dos anos em escola conveniada

6. Qual a sua ocupação?

- () Estudante;
() Desempregado;

() Contratado com carteira de trabalho assinada;
 () Servidor público;
 () Trabalhador autônomo;
 () Aposentado.
 Nome e local da empresa e/ou instituição que trabalha:

7. Qual a sua renda mensal?

- () Não tenho;
 () Menos de 1 salário mínimo
 () Um salário mínimo
 () De 1 até 2 salários mínimos
 () De 3 a 6 salários mínimos
 () De 6 a 10 salários mínimos
 () Mais de 10 salários mínimos

8. Qual a sua participação na vida econômica da família?

- () É financiado (a) pela família ou por outras pessoas
 () Trabalha mas recebe ajuda financeira da família ou de outras pessoas
 () Trabalha é o responsável pelo próprio sustento, não recebendo ajuda financeira;
 () Trabalha é responsável pelo próprio sustento, e contribui parcialmente para o sustento de outras pessoas;
 () Trabalha é o principal responsável pelo sustento da família.

9. Qual é seu ramo de atividade?

- () Saúde
 () Educação
 () Indústrias
 () Comércio
 () Outros

No caso da educação, especificar: _____

10. Qual é o tipo de sua moradia?

- () Própria
 () Cedida
 () Financiada
 () Alugada
 () Outras

11. Qual o tipo de atividade da qual você mais participa no seu cotidiano?

- () Religiosa
 () Artística e cultural (cinema, teatro, show)
 () Associativa (reuniões em associações; ONGs; Conselhos; Fóruns; sindicatos)
 () Política partidária
 () Esportiva
 () Outra: _____
 () Nenhuma

12. Qual o meio de comunicação que você mais utiliza para se manter informado?

- () Jornal escrito/revista
 () Televisão
 () Rádio
 () Internet
 () Outros

13. Além do Conselho ou Associação, você participa de outras experiências?

- () Sim
 () Não

Em caso afirmativo, especificar o nome: _____

Atividade desenvolvida: _____

Que função você desempenha nesse (s) espaço (s)?

14. ESPECÍFICA PARA O

COMDIM: Dentro do conselho sua representação é:

- () Governamental
 () Sociedade civil organizada

Especificar: _____

Cargo desempenhado no órgão da gestão ou na organização da sociedade civil _____

Ass. _____

Data: ____ / ____ / ____

APÊNDICE C – Texto escrito no corpo de uma das mensagens enviadas às conselheiras, secretário executivo do COMDIM e ao prefeito de Eusébio, via correio eletrônico, solicitando colaboração para a pesquisa.

“Bom dia. O motivo, ou a tentativa do contato, pois nem sempre sou bem sucedida por este canal de comunicação com vocês, é para pedir-lhes encarecidamente suas contribuições ao meu trabalho de pesquisa que venho realizando junto ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará- UFC. Para as que por ventura ainda não tem conhecimento sobre meu trabalho (O PROJETO JÁ FOI APRESENTADO NO COMDIM), trata-se de uma observação participante que busca analisar os processos educacionais que perpassam dois espaços de educação não formal e que trabalham a participação social/associativismo no município de Eusébio, e dos quais a pesquisadora também faz parte, o Conselho dos Direitos da Mulher de Eusébio-COMDIM e a Associação de Moradores e Amigos do Cauassu – AMACAUASSU. A colaboração de vocês é no sentido de responderem a um questionário socioeconômico (em anexo), para que possa ser traçado o perfil das (os) conselheiras (os) e em um segundo momento, conceder uma entrevista semiestruturada, ou seja, orientada por eixos temáticos sobre suas histórias de vida, apreensões em relação ao COMDIM, enfim. Gostaria de enfatizar o pioneirismo do trabalho e sua importância para a construção da história de nosso município, visto que essa temática ainda não foi estudada por outra pesquisa. Contudo, o trabalho só poderá ser concluído com a qualidade necessária se puder contar com a colaboração de cada um de vocês. A pesquisa pretende ainda contar com a colaboração do nosso secretário executivo, o Armando, por ser “peça” fundamental na política de participação social de Eusébio e também de nosso gestor local, nosso prefeito Dr. Acilon, para que possa expor seu olhar em relação à participação social em Eusébio em sua gestão. Daí esse e-mail também ser dirigido a eles. Estou à disposição para quaisquer esclarecimentos e agendamento de visitas no horário em que estejam disponíveis para uma boa conversa”

APÊNDICE D - Texto escrito no corpo da mensagem enviada às conselheiras e ao secretário executivo do COMDIM justificando minha ausência à reunião do Conselho de dezembro de 2011.

Eusébio, 17 de dezembro de 2011.

Prezados (as) Conselheiros (as) e Secretário Executivo do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Eusébio – COMDIM,

Venho por meio desta justificar a ausência da AMACAUASSU, através de minha pessoa, na última reunião ordinária do COMDIM, realizada em 16-12-2011, sexta-feira, ontem.

Como o Conselho, devido a vários outros compromissos dos interessados (as), não estava mais conseguindo realizar as reuniões na data prevista em nosso calendário, e que independente da data, **costumeiramente eu recebia ligação telefônica, nem que de um dia antes (na véspera), confirmando a presença e a vinda do carro para minha casa**, e dessa vez isso não aconteceu, imaginei que ontem não ocorreria a reunião.

Devido ao não contato telefônico, costumeiro, repito, e ao fato de ter falado, mesmo que rápido, com nossa presidente do Conselho na noite anterior, no evento de natal realizado no Cauassu na quinta (15-12-2011) à noite, e ela não ter “tocado” no assunto de haver reunião na manhã seguinte, conclui não ter reunião mesmo e cedo da manhã da sexta fui para a Faculdade de Educação.

Só mais ou menos por volta das 9h30min da manhã do dia 16, é que recebo a ligação de um dos bolsistas do Conselho falando da reunião. Nesse horário e como estava sem carro, andava de ônibus, não tinha mais como chegar a Eusébio no horário.

Solicitei tanto ao bolsista como a conselheira Sra. Maria Tereza Augustinho Batista, com a qual consegui contato telefônico, que realizassem a justificativa oralmente (mesmo sabendo que, segundo reza o nosso regimento, deveria fazê-la por escrito) e que constasse em ata.

Não quero aqui me eximir de minha falha enquanto conselheira, apenas narro a falta da ligação e do possível “toque” da conselheira para demonstrar como construí em minha mente a afirmação: “não vai ter reunião”. Pelo contrário, reconheço que eu também tanto deveria ter ligado, como “puxado” o assunto de quando teria reunião com a conselheira.

Não imaginam o quanto fiquei entristecida com o acontecido, pois além de participar da reunião, gostaria de ter desejado pessoalmente a cada um que faz parte desse movimento, meus votos de boas festas, visto ontem ter sido o último encontro do ano.

Atenciosamente,

Eliábia de Abreu Gomes Barbosa.

Contatos:

Resid.: 3260-9087

Cel.: 8779-8074

E-mail pessoal: eliabiadaniel@yahoo.com.br

Associação: amacauassueusebio@yahoo.com.br

APÊNDICE E – Relação dos sujeitos entrevistados nas experiências acompanhadas pela pesquisa.

Relação de Entrevistados (as)

Entrevista 1 – Graciene Soares Bata

Do lar; associada, 29 anos, natural do Maranhão. Mãe de dois filhos. Veio morar em Eusébio aos 15 anos. Mora há oito anos no Cauassu.

Entrevista 2 – Janaína Gomes da Silva

Costureira; 21 anos, natural de Eusébio. Exerceu função de conselheira no COMAD. Atualmente encontra-se em Minas Gerais. Está afastada da Associação.

Entrevista 3 – Francisca Gomes da Silva

Costureira, artesã; associada, 52 anos. Natural de Lagoa do Ramo – Aquiraz.

Entrevista 4 – Izadora Gomes da Silva

Estudante; associada. Natural de Eusébio.

Entrevista 5 – Vitelma Maria Alves da Silva

Tapioqueira; associada, 48 anos. Natural de Eusébio. Foi uma das primeiras alfabetizadoras do Cauassu. Coordena a pastoral do Dízimo na Igreja Nossa Senhora de Fátima.

Entrevista 6 – José Lemos do Nascimento

Agricultor; associado, 79 anos. Natural de Santa Quitéria-Ce. É um dos sócios fundadores da AMACAUASSU.

Entrevista 7 – Maria Neuma Lourenço

Serviços gerais; Associada, natural de Jenipapeiro – Aquiraz –Ce. É coordenadora-fundadora do grupo de oração, e do ministério de música da Igreja Nossa Senhora de Fátima. Também compõe o Núcleo Gestor dessa instituição.

Entrevista 8 – Aline Costa da Silva Sousa

Conselheira Tutelar; conselheira do COMDIM, 28 anos. Natural de Eusébio. Residiu até os 22 anos no mesmo bairro onde nasceu, a Precabura. Hoje mora em Mangabeira. No conselho representa o Instituto Maria de Lourdes.

Entrevista 9 – Katiana Moura Rocha

Psicóloga; 40 anos, técnica do CREAS/SETAS, conselheira COMDIM; mora em Eusébio desde 1993. No conselho representa a Secretaria do Trabalho e Ação Social.

Entrevista 10 – Maria Tereza Augustinho Batista

Desempregada, conselheira COMDIM; 51 anos, natural de Eusébio. No conselho representa o Conselho Comunitário Nossa Senhora Aparecida de Tamatanduba.

Entrevista 11 – Ivaneiza Vieira da Costa

Servidora pública (professora da educação básica), sindicalista, conselheira COMDIM; 42 anos, natural de Fortaleza. Mora em Eusébio desde 1998. No conselho representa o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Eusébio.

GRUPO FOCAL COM A DIRETORIA EXECUTIVA DA AMACAUASSU

Manoel Daniel Barbosa Magalhães

Associado; marceneiro, 35 anos. Está na Associação desde sua reativação. Atualmente exerce a função de segundo secretário. Colaborou durante muito tempo com a pastoral do Batismo da Igreja Nossa Senhora de Fátima.

Antonio Luciano de Lima

Associado, 43 anos. Foi eleito presidente da Associação em 2011. Exerceu a função de coordenador da pastoral do Batismo da Igreja Nossa Senhora de Fátima por muito tempo. Afastou-se dessa atividade.

Samia Gomes Silva Magalhães

Associada, professora, 28 anos. Natural de Eusébio, mais precisamente do Cauassu. Primeira secretária da Associação e uma das editoras do Jornal Amacauassu Notícias. Exerce a função de Ministra da Palavra e de coordenadora do Núcleo Gestor na Igreja Nossa Senhora de Fátima.

Francisco Glaube Alves da Silva

Autônomo (vende lanche na escola do bairro); associado, 47 anos. No momento encontra-se afastado da função de primeiro tesoureiro da Associação e de todos os movimentos e/ou funções que exercia na Igreja que ajudou a construir.

Marileuda Gomes da Silva

Associada, costureira, artesã, 45 anos. Participou da Associação na gestão da “D.Lúcia do César”. É vice-presidente da instituição desde o período da reativação.

ANEXOS

ANEXO 1 – Cadastro de Entidades da Sociedade civil de Eusébio.

				COORDENADORIA DE ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA						
CADASTRO DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL										
N.º	NOME ENTIDADE	CNPJ	ENDEREÇO	BAIRRO	FONE	DATA FUNDAÇÃO	MANDATO DIRETORIA	OBJETIVO INSTITUCIONAL	DIRIGENTE / CONTATO	DATA REGISTRO
1.	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Eusébio – APAE	02.320.822/0001-85	Rua Aclion Gonçalves, S/N.º	Guanabaras	3260-3855	09/12/1997	31/12/2010	Serviço de Estimulação e Tratamento Precoce (0 a 03 anos); Escola Infantil e Ensino Fundamental I e Oficina Pré-vocacional para Jovens.	Maria Iracema Pinho de Sousa (Presidente)	09/08/00
2.	Associação Comunitária do Jaboti – ACJ	05.759.102/0001-09	Rua Oliveira Paiva, 264	Jaboti	3275-0930	06/01/2003	29/07/2011	Atividades de orientação e apoio às famílias e cursos para crianças e adolescentes	Maria Lucineide Barros da Silva (Presidente)	09/08/05
3.	Associação de Produção Artesanal do Jaboti – APAJ	00.259.873/0001-13	Avenida 23 de Junho, 459	Jaboti	3275-0042	24/07/1994	31/12/2010	Educação Infantil, Cursos Profissionalizantes para adolescentes e mulheres, coral infantil-juvenil e padaria comunitária	Raimunda Rubinete do Nascimento	09/08/05
4.	Conselho Comunitário Nossa Senhora Aparecida	03.567.736/0001-34	Rua Elvira Lopes Campina, s/n.º	Tamatanduba	3260-4504	23/10/1998	20/12/2012	Atividades de orientação e apoio socio-familiar, bem como atividades voltadas às crianças e adolescentes (aulas de capoeira e futebo), cursos e oficinas de educação sexual para adolescentes e seus familiares	Maria Tereza Augustinho Batista (Presidente)	08/08/05
5.	Centro de Apoio à Comunidade do Jaboti – CACJ	06.093.581/0001-30	Rua Oliveira Paiva Nº 71	Jaboti	3250-2031	23/10/2003	03/09/2011	Oficinas de educação sexual para adolescentes e seus familiares, cursos e oficinas de reciclagem, arte e pintura	Maria Francielina de Oliveira (Presidente)	11/08/05
6.	Grupo Espírita Caminho de Luz	05.004.093/0001-70	Rua Tijuca, N.º 275	Parque Itoupava	3260-2147	20/12/2001	24/02/2010	Atividades artísticas, reforço escolar, orientação às mães e estudos doutrinários	Rosane Holanda do Amaral Campos (Presidente)	12/08/05
7.	Associação Cultural de Teatro e Música	03.578.765/0001-00	Av. Coronel Cícero Sá, N.º 701	Centro	3260-2005	20/09/1999	16/07/2009	Teatro para crianças e adolescentes	Maíel Eduardo da Silva (Presidente)	12/08/05
8.	Associação Estação da Luz	061.390.069/0001-87	Rua Zilidéia, s/n.º	Tamatanduba	3260-1169	12/02/2004	11/02/2010	Educação infantil, cursos de música para crianças e adolescentes, informática para adolescentes e cursos profissionalizantes para mães	Sidney Girão de Araújo (Presidente)	10/02/06

Nº.	NOME ENTIDADE	CNPJ	ENDEREÇO	BAIRRO	FONE	DATA FUNDAÇÃO	MANDATO DIRETORIA	OBJETIVO INSTITUCIONAL	DIRIGENTE / CONTATO	DATA REGISTRO
9.	Centro Educacional da Juventude Pe. João Piamarta		CE 040 Km 04	Tamatã duba			24/11/2010	Educação Formal e Profissionalizante de Crianças e Adolescentes na faixa etária de 07 à 18 anos, oriundos das periferias da cidade		10/02/06
10.	Associação Comunitária dos Moradores da Pedra "Raio de Sol"	05.781.599/0001-61	Rua Nova Itália, 508	Pedras	3250-1093	22/12/2002	03/12/2011	Atividades de orientação e apoio às famílias e cursos para crianças, adolescentes, idosos	Francisca Valda Alves de Sousa (Presidente)	10/02/06
11.	Associação dos Moradores da Comunidade de Santo Antônio - AMCOSA	08.254.529/0001-43	Rua Estrada Guarani, 297	Pedras	3250-1270	24/05/2006	19/10/2011	Assistência ao Idoso e Escolinha de Futebol Sub-15	Naldimar Alves (Presidente)	11/02/08
12.	Associação dos Moradores do Eusébio - Guaribas - AMEG	06.915.749/0001-45	Rua São Francisco, 16	Guaribas	3260-1180	11/11/1999	23/12/2010	Atividades de orientação e apoio às famílias e cursos para crianças, adolescentes, idosos	Maria Severina da Silva (Presidente)	11/02/08
13.	Associação Comunidade Esporte em Ação do Cauassú - ACEAC	08.352.757/0001-56	Rua dos Curtós, 260	Cauassu	8857-3164	22/08/2006	22/08/2010	Atividades de orientação e apoio às famílias e escolinha futebol para crianças e adolescentes	José Wilson Sousa (Presidente)	11/02/08
14.	Lar Vila Feliz (Desativada)	04.809.451/0001-25	Rua Tupi, 45	Parnamirim	3260-2050	04/08/2001	04/08/2011	Abriço para crianças HIV positivas	Viviane Marcelle Silva Cruz	15/05/08
15.	Instituto Maria de Lourdes	08.952.809/0001-25	Rua Luis Plo, 1671	Precabura	9978-2170	06/03/2006	06/03/2011	Atividades de arte/educação. Agroecologia, educação ambiental, cultura e desporto para jovens, mulheres e crianças	Maria do Carmo da Costa Oliveira	13/08/09
16.	Associação dos Moradores e Amigos do Cauassu - AMACAUASSU	12.221.180/0001-10	Rua Holanda Brasil, 85	Cauassu	3260-9087	13/03/1987	17/12/11	Organização dos moradores da comunidade para reivindicar direitos	Eliábia de Abreu Gomes Barbosa	
17.	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Eusébio - SINDEUS	73.283.970/0001-15	Praça 23 de junho, s/n Shopping Euro Center Jr, 11	Centro	3260-3986	17/04/83	18/02/12	Representação sindical dos trabalhadores públicos municipais	Wellyson Ferreira Marques	
18.	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eusébio		Rua Santa Adélia, s/n	Centro				Representação sindical dos trabalhadores rurais do município		
19.	Associação dos Vendedores Ambulantes de Eusébio - AVAE	08.032.148/0001-10		Guaribas				Organizar os vendedores ambulantes do município	Carlos Alberto de Oliveira Campina	
20.	Associação dos Artesãos de Eusébio - AARTE		Rua Maranhão, 530	Parque Herval		30/05/05		Organizar os artesãos do município	Maria do Socorro de Almeida Nbbrega	
21.	Associação Benvidada Família Feliz - ABEFF		Rua Domingos Sávio, 327	Santo Antonio					Eridan Masseno dos Santos	
22.	Associação de Moradores do Parque Santa Clara - AMPASC		Francisco Cláudio Paetz Sousa, 88	Santa Clara					Maiara Roberta Lima da Silva	
23.	Associação de Moradores Unidos pelo Autódromo - UNIDOS			Autódromo					Cosmo Gonsaga dos Santos	

Nº.	NOME ENTIDADE	CNPJ	ENDEREÇO	BAIRRO	FONE	DATA FUNDAÇÃO	MANDATO DIRETORIA	OBJETIVO INSTITUCIONAL	DIRIGENTE / CONTATO	DATA REGISTRO
24.	Associação Passos Breves, Vida Longa		Rua César Sá, 990	Cauaçu					Francisco Cláudio dos Santos Pereira Fagner	
25.	Associação dos Moradores e Amigos do Urucunema – AMAJUCUNEMA		Rua Beira Rio, Beco São Paulo no. 33	Urucunema						
26.	Associação Caraman Reciclar Mar&Arte – CAREMAR		Avenida Luís Pio, 13	Preabura					Francisco César Pereira de Silva e Paulo Milene Bernardo da Silva	
27.	Associação dos Moradores da Encantada – AMENCANTA		Rua das Sambabaias, 165	Encantada						
28.	Associação da Comunidade do Parque Havel		Prédio da Serrania	Parque Havel		31/07/2006		Organizar os moradores do bairro visando a defesa de seus interesses e reivindicar junto aos poderes constituídos, a execução das medidas que lhes assegure uma melhor qualidade de vida	Francisco Lourenço da Silva	
29.	Associação Amiji-Kin		Rua dos Compadres, 380, casa F							
30.	Associação Para Resgate da Vida – Casa de Abraão	11.071.022/0001-69	Rua Bela Fonte, nº 440	Olho D'água	8615-1956 8621-3258	01/07/09	30/06/11	Atuar na recuperação de pessoas dependentes de drogas e substâncias entorpecentes, propiciando tratamento de desintoxicação, Promover a reinserção social dos seus internos por meio da qualificação profissional e apoio sócio-econômico.	Raimundo Ralidro Fernandes Brandão	
31.	Ler de Crianças Sarah e Burton Davis	04.366.445/0001-40	Rua Ezequiel Campina, 861	Tamatandubá	9994-2440	22/02/2001	25/11/2010	Acolhimento institucional para adolescentes entre 12 e 18 anos	Marcos Veira Monteiro	

ANEXO 2 – Ficha diagnóstica elaborada pelo Grupo de Trabalho do Meio Ambiente da AMACAUASSU.



**GRUPO DE TRABALHO DO MEIO AMBIENTE
FICHA DIAGNÓSTICA DO (A) ASSOCIADO (A) - MARÇO DE 2011**

1. IDENTIFICAÇÃO

NOME: _____ IDADE: _____
 ENDEREÇO: _____ Nº _____
 TEL. RESIDENCIAL/ CONTATO : _____ CELULAR: _____
 E-MAIL: _____

2. DIAGNÓSTICO

COM QUEM RESIDE? () SOZINHO () COM FAMILIARES OU AMIGOS – QUANTAS PESSOAS MORAM NA CASA? _____

SABE QUANTOS LITROS DE ÁGUA É UTILIZADO EM MÉDIA, DIARIAMENTE, EM SUA RESIDÊNCIA? () SIM. QUANTOS? _____ () NÃO.

E QUANTO A ENERGIA? SABE QUANTOS QUILOWATTS (KW) É GASTO MENSALMENTE EM SUA CASA? () SIM. QUANTOS? _____ () NÃO.

TEM IDÉIA DE QUANTOS QUILOS DE LIXO É PRODUZIDO DIARIAMENTE NA SUA CASA? () SIM. QUANTOS? _____ () NÃO.

QUAL É O CONTEÚDO DESSE LIXO? (DESCREVA) _____

VOCÊ OU OUTRO FAMILIAR COSTUMA FAZER A SELEÇÃO DESSE LIXO? () SIM. COMO? _____

() NÃO.

O CARRO DO LIXO PASSA NA SUA RUA? () SIM. QUANTAS VEZES/SEMANA? _____ () NÃO

VOCÊ UTILIZA O CARRO PARA “DESPACHAR” O LIXO”? () SIM. QUE TIPO DE LIXO VOCÊ MANDA PARA ESSE CARRO? _____

() NÃO.

SE NÃO HOUVESSE O CARRO, O QUE VOCÊ FARIA COM ESSE MATERIAL? _____

ESPECIFICAMENTE EM RELAÇÃO AO LIXO ORGÂNICO (RESTOS DE FOLHAS, FRUTOS E ALIMENTOS) O QUE VOCÊ FAZ COM ELE? _____

3. INTENCIONALIDADES

VOCÊ CONHECE ALGUMA TÉCNICA DE RECICLAGEM OU REAPROVEITAMENTO DO “LIXO”? () SIM. QUAL (QUAIS)? _____ () NÃO.

O QUE VOCÊ ACHA QUE DEVERIA SER FEITO PARA PRESERVAR O MEIO AMBIENTE? E QUEM DEVERIA FAZER? _____

QUE TIPO DE ATIVIDADE/PROJETO VOCÊ GOSTARIA QUE A AMACAUASSU OFERECESSE OU REALIZASSE NA BUSCA PELA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE? _____

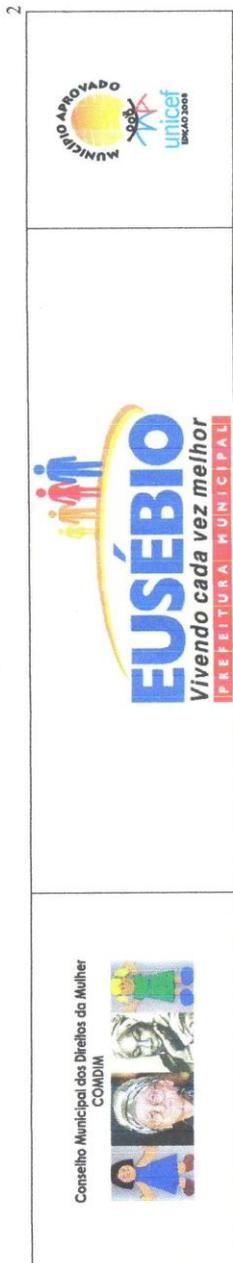
TERIA DISPONIBILIDADE PARA CONTRIBUIR NESSE PROJETO/ATIVIDADE? SIM () COMO? _____ () NÃO

EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE, QUAL É A SUA MAIOR NECESSIDADE/SONHO HOJE? _____

CAUASSU- EUSÉBIO, _____ DE _____ DE 2011.

ASSINATURA DO (A) ASSOCIADO (A)

ANEXO 3 – Matriz do Plano de Ação do COMDIM 2010/2011



Matriz de Plano de Ação para 2010/2011

EIXO 1 - NORMATIZAÇÃO

R 1 DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS NORMATIZADAS

ATIVIDADES / SUB-ATIVIDADES	EXECUTORES	PARCEIROS	PRAZO INÍCIO/FIM	RESPONSÁVEL
R.1.1. Elaboração de Diretrizes para a Política Municipal da Mulher	COMDIM	CEDM-CE, Universidades e Fórum Cearense de Mulheres	Agosto a Outubro 2010	Mima
R.1.2. Discussão e Elaboração de Proposta para constituição do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher	COMDIM	CEDM-CE	Agosto a Outubro 2010	Katiana

EIXO 2 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO COMDIM-EUSEBIO

R 2 IMAGEM INSTITUCIONAL DO COMDIM-EUSEBIO FORTALECIDA

ATIVIDADES / SUB-ATIVIDADES	EXECUTORES	PARCEIROS	PRAZO INÍCIO/FIM	RESPONSÁVEL
R.2.1. Realização de 4 reuniões ampliadas com a Comunidade, na sede e em distritos – 1 na sede, 1 no Jabuti, 1 na Pedra e outra na Mangabeira	COMDIM	SETAS - Pólos de Atendimento/CRAS/PSF / NASF / Associações Secretarias Educação, Cultura e Esporte Periféricos locais	Outubro 2010 Fevereiro 2011 Junho 2011 Setembro 2011	Jabuti – Elisandra Santo Antonio - Aidaniza Mangabeira – Katiana Sede - Regina
R.2.2. Preparação de um Release de Imprensa semestral sobre as propostas e atividades do COMDIM	COMDIM	Periféricos locais	Outubro 2010 a Dezembro 2011	Neici
R.2.3. Realização do III Eusebio Mulher	COMDIM	CEDM-CE	Março 2011	Marta Gonçalves

EIXO 3 - ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

R 3 CAMPANHAS EDUCATIVAS SOBRE OS DIREITOS DA MULHER PROMOVIDAS

ATIVIDADES / SUB-ATIVIDADES	EXECUTORES	PARCEIROS	PRAZO INÍCIO/FIM	RESPONSÁVEL
R.3.1. Produção de materiais educativos e desenvolvimento de campanhas em Março – dia internacional da mulher Maio – dia das mães e dia de combate a violência sexual Novembro 25 – Dia de Enfrentamento da Violência contra a Mulher	COMDIM	SETAS - CREAS, CRAS CEDM-CE Secretaria Saúde	Novembro 2010 a Dezembro 2011	Marta Gonçalves

R 4 CONSELHOS SETORIAIS E FÓRUMS ARTICULADOS COM O COMDIM-EUSEBÍO

ATIVIDADES /SUB.ATIVIDADES	EXECUTORES	PARCEIROS	PRAZO INICIO/FIM	RESPONSÁVEL
R.4.1. Realização de Conferência Municipal dos Direitos da Mulher	COMDIM	SETAS CEDM-CE	Março 2011	Regina
R.4.2. Participação com contribuições nas Conferências Regional, Estadual e Nacional dos Direitos da Mulher	COMDIM	CEDM-CE	Março a Dezembro/2011	Regina
R.4.3. Realização de 1 reunião ampliada anual com os CMAS, Conselho Tutelar, Conselho de Educação e Conselho de Saúde, etc	COMDIM	Conselhos	Agosto 2010 a Dezembro 2011	Rafaela
R.4.4. Participação regular com contribuições dos Conselheiros nas reuniões do Fórum de Enfrentamento de Violência Sexual e Fórum Estadual da Mulher	COMDIM	Fóruns	Agosto 2010 a Dezembro 2011	FEM - Mima FEVS - Izadora
R.4.5. Participação regular com contribuições dos Conselheiros na Escola de Pais	COMDIM	SEDUC	Agosto 2010 a Dezembro 2011	Tereza

EIXO 4 - MONITORAMENTO E CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

R 5 DIRETRIZES BÁSICAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO À MULHER ACOMPANHADAS

ATIVIDADES /SUB.ATIVIDADES	EXECUTORES	PARCEIROS	PRAZO INICIO/FIM	RESPONSÁVEL
R.5.1. Elaboração de diagnóstico da situação da mulher no município -	COMDIM	SETAS/EDUCAÇÃO/ SAÚDE	Agosto 2010 a Dezembro 2010	Marta Gonçalves
R.5.2. Realização do processo de escolha dos Conselheiros Representantes da sociedade civil para 2012/2013	COMDIM	SETAS	Setembro a Dezembro 2011	Rejane
R.5.3. Regulamentação do processo de inscrição das Entidades de Atendimento no COMDIM	COMDIM	SETAS	Agosto/10 a Dezembro 2010	SEDUC - Marta Cordeiro

R 6 EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS ACOMPANHADA

ATIVIDADES /SUB.ATIVIDADES	EXECUTORES	PARCEIROS	PRAZO INICIO/FIM	RESPONSÁVEL
R.6.1. Acompanhamento da execução orçamentária das políticas da mulher	COMDIM	Secretaria de Finanças / Câmara Municipal de Eusebio	Setembro/10 a Dezembro 2011	Nonilde

Aprovado em reunião extraordinária do COMDIM em 13/07/2010

ANEXO 4 – Carta anônima enviada à diretoria executiva da AMACAUASSU.**ASSOCIAÇÃO DO AMACAUASSU**

Composta por:
Eliabia
Leuda
Cristine
Glauber
Samia
Daniel e Outros.

Estão atrapalhando os serviços públicos de Eusébio, em vez de ajudar. Provalvemente tem interesse político por ai.

Pessoas como Cristine e Eliabia que diz ser tão esclarecidas, são as primeiras a não saber o que fazem e o que dizem. Querem ganhar fama jogando o nome dos outros na lama. Se vocês acham que com isso estão ajudando a comunidade sinto muito em dizer, mas com todo o esclarecimento que vocês tem, são mais leigas do que toda a comunidade junta.

O problema dos integrantes dessa associação, é único e exclusivamente com o Prefeito Dr. Acilon, então vão se entender com ele que é peixe grande, porque até agora essa associação não fez nada em prol da comunidade, a não ser falar mal dos outros.

Cai na real meu povo ninguém ganha política, com associação não! Só com dinheiro e muito dinheiro e isso vocês não tem.

Vão se unir que é melhor.

A comunidade precisa é de união, e não de pessoas, que nem sequer conseguem resolver seus próprios problemas, imagina só os problemas de uma comunidade inteira.

Se vocês não tem o que fazer deixe quem tem, em paz. Porque agente perde tempo lendo essas besteiras que vocês escrevem e o mais interessante, só que fala mal são vocês da associação e não a comunidade em geral. E o hexa fica para 2014.

E brasileiro somos todos os dias com ou sem copa do mundo, não precisava lembrar...

Morador da Rua dos Curios
cansado de ver e ouvir tantas
besteiras dessa Amacauassu.
E não é só eu não hein!
Dê a solução e não críticas!

ANEXO 5 – Carta enviada por uma coordenadora da Igreja Nossa Senhora de Fátima à diretoria executiva da AMACAUASSU.

I

28/06/12

A palavra de Deus ela é muito clara quando nos diz que a igreja católica ela é de Jesus Cristo, sustentada pelo Espírito Santo, e edificada sobre a rocha, que o homem que constrói sua casa sobre a rocha vem as tribulações e tempestades e não abalará, mais se a constrói sobre a areia, vem a chuva o vento e logo a destrói, também nos diz que tudo nos é permitido mais nem tudo nos convém, Deus nos dá liberdade de escolher onde e como viver a nossa fé, se somos católicos devemos obediência e respeito a nossa igreja, porque se achamos que tudo que ela nos ensina a viver é motivo de dúvidas, questionamentos, acusações e desconfiança, o que estamos fazendo nessa igreja, com tantas opções religiosas que temos? Só podemos viver aquilo que acreditamos principalmente confiamos. Nós somos aquilo que está cheio o nosso coração, se temos magoas, rancor, raiva de algo, vamos transbordar tudo isso na nossa comunidade, isso não é de Deus, mais se com todos os defeitos e imposições que a igreja nos prega, e não escondamos, mais como católicos aceitamos e respeitamos, do nosso coração transbordará amor, caridade, mansidão e misericórdia para tranquilizar a nós e nossos irmãos. Pra servir a Deus não precisamos ter bens, falar bonito ou mesmo construir templos perfeitos, pra servir a Deus basta ter **HUMILDADE DE SER SERVO** e não senhor, e deixar a **GRAÇA** de Deus entrar em nosso coração, absorver tudo de bom que nossa igreja tem a nos oferecer, como evangelização, consunção e a santificação, de qui adianto igrejas belíssimas cheia de pessoas onde não foram evangelizadas e convertidas, que por qualquer motivo se afasta da igreja e de Deus, onde sua fé é construída sobre a areia, as tribulações chega logo se abala, Deus não quer

Saber de quantidade mais de santidade. São Paulo era maior perseguidor dos cristãos, quando conheceu verdadeiramente a Cristo, passou de perseguidor a adorador. Todos nós temos dentro do nosso coração o mal e o bem. Prevalece em nossas vidas aquele que nós alimentamos com nossas palavras e atitudes. São Paulo quando perseguidor alimentava o mal, quando conheceu Jesus passou a alimentar o bem, adorando e vivendo para Cristo, diante de tudo que vem acontecendo em nossa comunidade deixo esses questionamentos.

- 1º. E nós somos adoradores ou perseguidores da nossa igreja?
- 2º. A quem estamos alimentando o bem ou o mal?
- 3º. Quais os benefícios que nossa igreja e comunidade vem ganhando com nossas atitudes?
- 4º. O que estamos vivenciando é um problema da comunidade ou pessoal?

Reflexões e refletamos no mais íntimo do nosso coração, e leixar as graças e testemunhos de vida recebidos em nossas famílias são maiores que as dificuldades e tribulações criadas por nós mesmos, ou se no nosso coração a raiva, raiva, magoas, frustrações e decepções são maiores que as graças alcançadas, se o mal prevalece sobre o bem, peça o auxílio do mãe Maria Santíssima, converse com Deus só você e ele tire suas conclusões, Deus nos dá o direito de escolher de fazer o que quiser de nossas vidas, mais não da vida dos outros e junto com nossas escolhas vem a consequência e devemos estar preparados e Deus seja ela qual for, pois toda ação tem uma reação.